

ANDREIA PATRÍCIA MIGUEL ANTUNES

**O ECOTURISMO COMO VALORIZAÇÃO DO
TERRITÓRIO – CONTRIBUTOS PARA O AUMENTO
DA OFERTA TURÍSTICA EXISTENTE NA COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO**

Orientador: Professor Doutor Paulo Alexandre Correia Nunes

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Mestrado em Turismo**

Lisboa

2012

ANDREIA PATRÍCIA MIGUEL ANTUNES

**O ECOTURISMO COMO VALORIZAÇÃO DO
TERRITÓRIO – CONTRIBUTOS PARA O AUMENTO
DA OFERTA TURÍSTICA EXISTENTE NA COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO**

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Turismo na Especialidade de Gestão Estratégica de Empresas Turísticas, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Professor Doutor Paulo Alexandre Correia Nunes

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Mestrado em Turismo**

**Lisboa
2012**

DEDICATÓRIA

“O Homem é do tamanho do seu sonho.”

Fernando Pessoa

Quero dedicar esta dissertação à minha família, especialmente aos meus pais, por acreditarem sempre em mim e nos meus sonhos e, por me ajudarem na sua concretização; por me educarem de acordo com as suas idealizações e valores, fazendo de mim a pessoa que hoje sou; e, ainda, por me introduzirem este gosto pelo mundo das viagens e do turismo, que me levou a prosseguir com o meu sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as entidades que se disponibilizaram a cooperar no desenvolvimento da presente investigação.

Agradeço ao meu orientador da dissertação de Mestrado, o Professor Doutor Paulo Nunes, pelos sábios conselhos e tolerância e, sobretudo pela orientação, disponibilidade e motivação para continuar o estudo.

Agradeço à minha família e aos meus amigos pela sua infinda paciência e confiança depositada, pelo apoio e incentivo e, pela afeição demonstrada em ocasiões de alguma hesitação.

Aos meus pais, António Antunes e Matilde Antunes, pelo amor incondicional, sinceridade e assistência constante.

Ao meu marido, Vítor Silva, agradeço o seu amor, amizade, paciência e disponibilidade.

À minha irmã, Tânia Antunes, agradeço-lhe a sua amizade, sentido crítico, determinação e conselhos.

Por último, mas não menos importantes, gostaria igualmente de agradecer à minha tia Lurdes, pela disponibilidade e ajuda na distribuição e recolha dos questionários e, ainda, à minha querida amiga, Maria Inês Policarpo, pela sua amizade e franqueza, bem como, por todo o apoio prestado durante todo o processo de elaboração da dissertação.

RESUMO

O Ecoturismo está a assumir um papel cada vez mais marcante tanto como produto complementar, como produto turístico central que utiliza a natureza de forma sustentada como o palco das suas realizações. Este produto promove uma nova forma de lazer turístico em que os visitantes se deslocam com o intuito de apreciar a natureza no seu estado mais puro e ausentar-se da rotina do quotidiano, muitas vezes através da prática de desportos de natureza.

O Ecoturismo alia as componentes ecológica, ambiental e turística e, visa integrar a experiência turística com a protecção dos recursos naturais e construídos, a valorização económica e a participação da população local, constituindo um meio privilegiado para a sustentabilidade do território. O presente estudo permite contribuir para a valorização da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo por via do aumento da oferta turística, tendo por base o Ecoturismo.

Palavras-chave: Ecoturismo, Desenvolvimento, Sustentabilidade, Recursos Naturais, Desportos de Natureza.

ABSTRACT

Ecotourism is assuming an ever growing important role either as a complementary product, such as a central tourist product that uses nature in a sustainable way as the stage of their achievements. This product promotes a new form of leisure tourism in which visitors are moving in order to enjoy nature in its most pure status and absent themselves from the daily routine, often through the sports of nature.

Ecotourism combines the ecological, environmental and tourist components, and intends to integrate the tourist experience with the protection of natural and constructed resources, the economic recovery and the participation of local people, constituting a privileged way to the sustainability of the territory. This study allows us to contribute to the enhancement of Intermunicipal Community of Middle Tagus by the increase of tourist offer, based on Ecotourism.

Keywords: Ecotourism, Development, Sustainability, Natural Resources, Sports of Nature.

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

AEP – Associação Empresarial de Portugal

AP – Áreas Protegidas

APP – Áreas Protegidas de estatuto Privado

BTT – Bicicleta Todo-o-Terreno

CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

DR – Decreto Regulamentar

EAU – Emirados Árabes Unidos

ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico

IUCN – The International Union for Conservation of Nature and Natural Resources

Km² – Quilómetro Quadrado

MONA – países do Médio Oriente e do Norte de África

OACI – Organização da Aviação Civil Internacional

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo

PIB – Produto Interno Bruto

PIENDS – Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

PNSAC – Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

PNTN – Programa Nacional de Turismo de Natureza

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RevPAR – Revenue Per Available Room

RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas

TER – Turismo e Espaço Rural

THR – Turismo Hotelería y Recreación

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

TIES – The International Ecotourism Society

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

VAF – Visita a Amigos e Familiares

WTO – World Tourism Organization

WTTC – World Travel & Tourism Council

WWF – World Wildlife Fund

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	III
AGRADECIMENTOS.....	IV
RESUMO.....	V
ABSTRACT.....	VI
ÍNDICE DE ABREVIATURAS.....	VII
ÍNDICE DE QUADROS.....	XII
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	XIII
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XV
ÍNDICE DE ESQUEMAS.....	XV
 FASE CONCEPTUAL.....	 1
APRESENTAÇÃO DO ESTUDO.....	1
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – AS TENDÊNCIAS DO TURISMO NA ÓPTICA DE ALGUNS AUTORES	4
1. CONTEXTOS E PRÁTICAS DO TURISMO.....	4
1.1. TENDÊNCIAS DO TURISMO INTERNACIONAL	4
1.1.1. CHEGADAS DE TURISTAS INTERNACIONAIS	4
1.1.2. RECEITAS DO TURISMO INTERNACIONAL.....	10
1.1.3. TURISMO INTERNACIONAL SEGUNDO REGIÃO DE ORIGEM.....	11
1.1.4. MERCADOS CONSUMIDORES DE TURISMO INTERNACIONAL.....	12
1.1.5. TURISMO INTERNACIONAL EM 2011.....	13
1.1.6. PREVISÕES DO TURISMO INTERNACIONAL PARA 2020.....	16
1.1.7. TENDÊNCIAS SOCIOECONÓMICAS COM IMPACTO NO TURISMO	17
1.2. O TURISMO EM PORTUGAL.....	19
1.2.1. ACTIVIDADE TURÍSTICA ATÉ 2011	19
 CAPÍTULO II – O ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO TURISMO DE NATUREZA/ECOTURISMO	 29
1. QUADROS LEGAIS.....	29
1.1. LEGISLAÇÃO FUNDAMENTAL	29
1.2. REDE NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS.....	30
1.3. PROTECÇÃO DAS ESPÉCIES.....	31

1.4. IMPACTES AMBIENTAIS.....	32
2. CONTEXTOS E PRÁTICAS DO TURISMO DE NATUREZA	32
2.1. CONCEITUALIZAÇÃO DO TURISMO DE NATUREZA.....	32
2.2. TURISMO DE NATUREZA EM PORTUGAL.....	34
2.3. PROGRAMA NACIONAL DE TURISMO DE NATUREZA	36
2.3.1. CARACTERIZAÇÃO CONTEXTUAL	36
2.3.2. DESPORTOS DE NATUREZA	36
3. TURISMO DE NATUREZA E ECOTURISMO.....	38
CAPÍTULO III – O ECOTURISMO COMO VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	40
1. ECOTURISMO	40
1.1. DEFINIÇÕES E OBJECTIVOS.....	40
1.2. PRINCÍPIOS, COMPONENTES E IMPACTOS	44
1.3. PERFIL DO ECOTURISTA.....	47
1.4. TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS.....	48
2. O ECOTURISMO E O TURISMO ALTERNATIVO	50
2.1. ECOTURISMO E TURISMO SUSTENTÁVEL	50
2.2. ECOTURISMO E TURISMO CULTURAL	51
2.3. ECOTURISMO E TURISMO AVENTURA.....	51
3. NÚCLEOS DE ATRACTIVIDADE TURÍSTICA EXISTENTES NO TERRITÓRIO.....	52
3.1. MUNICÍPIOS.....	53
3.2. CASO PARTICULAR DE TOMAR	56
4. O POTENCIAL DO ECOTURISMO NA REGIÃO	56
4.1. A IMPORTÂNCIA DO (ECO) TURISMO	56
5. OS IMPACTOS DO ECOTURISMO	57
CAPÍTULO IV – O TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO.....	59
1. CARACTERIZAÇÃO CONTEXTUAL	59
1.1. OS MUNICÍPIOS.....	60
1.2. CASO PARTICULAR DE TOMAR	62
2. ANÁLISE ESTRATÉGICA	63

3. EXPLICAÇÃO DE OBJECTIVOS	66
3.1. PERGUNTA DE PARTIDA	66
FASE METODOLÓGICA	67
CAPÍTULO I – METODOLOGIA.....	67
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	67
2. MODELO DE ANÁLISE	68
3. DELIMITAÇÃO DA AMOSTRA.....	69
4. MÉTODOS DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS	70
4.1. QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MUNICÍPIOS DA CIMT	73
4.1.1. OBJECTIVOS DE INVESTIGAÇÃO (CIMT)	73
4.2. QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS EMPRESAS DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA DA CIMT	75
4.2.1. OBJECTIVOS DE INVESTIGAÇÃO (EMPRESAS)	75
FASE EMPÍRICA.....	77
CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	77
1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	77
1.1. CARACTERIZAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL.....	78
1.2. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA E PERFIL DA PROCURA.....	81
1.3. POLÍTICAS, MODELOS DE GESTÃO E ESTRATÉGIA.....	83
1.4. QUALIFICAÇÃO GERAL DO PRODUTO NO TERRITÓRIO.....	88
2. DISCUSSÃO DE RESULTADOS	98
CAPÍTULO II – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	103
CONCLUSÃO.....	103
CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO	105
BIBLIOGRAFIA.....	108
LEGISLAÇÃO DE CONSULTA.....	113
APÊNDICES.....	115

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Top 10 das chegadas de turistas internacionais em 2010.....	9
Quadro 2 - Top 10 das receitas turísticas internacionais em 2010.....	10
Quadro 3 - Top 10 dos mercados emissores de turismo internacional.....	12
Quadro 4 - Top 10 dos países segundo contribuição para o PIB, 2020.....	17
Quadro 5 - Top 10 dos países com maior crescimento em turismo, 2010-2020.....	17
Quadro 6 - Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros.....	20
Quadro 7 - Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por localização geográfica em 2010.....	21
Quadro 8 - Movimentos aéreos nos aeroportos nacionais, variação 2009/2010.....	22
Quadro 9 - Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros.....	24
Quadro 10 - Movimentos aéreos nos aeroportos nacionais, variação 2010/2011.....	27
Quadro 11 - Características e objectivos do turismo de natureza.....	34
Quadro 12 - Benefícios do ecoturismo.....	46
Quadro 13 - Recursos turísticos existentes nos municípios que integram a CIMT, 2011.....	53
Quadro 14 - Análise SWOT da CIMT, 2008.....	63
Quadro 15 - Números aleatórios referentes à População-alvo.....	70
Quadro 16 - Comportamento do fluxo de visitantes nas empresas de animação turística da CIMT, nos últimos anos.....	83
Quadro 17 - Motivações do ecoturismo segundo as empresas, em frequência e percentagem (%) de resposta total.....	85
Quadro 18 - Motivações do ecoturismo segundo a CIMT e seus municípios, em frequência e percentagem (%) de resposta total.....	86
Quadro 19 - Intervenções para a afirmação do ecoturismo no território segundo as empresas, em frequência e percentagem (%) de resposta total.....	87
Quadro 20 - Intervenções para a afirmação do ecoturismo no território segundo a CIMT e seus municípios, em frequência e percentagem (%) de resposta total.....	88

Quadro 21 - Grau de importância atribuído aos factores de desenvolvimento existentes na CIMT.....	89
Quadro 22 - Intensidade de ocorrência dos problemas ambientais e sociais existentes na CIMT.....	90
Quadro 23 - Grau de importância atribuído às medidas sociais e ambientais.....	92
Quadro 24 - Grau de importância atribuído aos recursos turísticos existentes na CIMT.....	93
Quadro 25 - Grau de importância atribuído aos equipamentos e serviços turísticos existentes na CIMT.....	94
Quadro 26 - Grau de importância atribuído aos equipamentos e infra-estruturas complementares ao turismo existentes na CIMT.....	95
Quadro 27 - Grau de importância atribuído aos núcleos de atracção turística existentes na CIMT.....	96
Quadro 28- Grau de importância atribuído às atracções turísticas existentes na CIMT.....	98

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Motivações do turismo internacional, 2010.....	5
Gráfico 2 - Turismo internacional segundo modo de transporte, 2010.....	5
Gráfico 3 - Evolução das chegadas de turistas internacionais.....	6
Gráfico 4 - Chegadas de turistas internacionais por região, 2010.....	7
Gráfico 5 - Chegadas de turistas internacionais (variação 2008/2010).....	9
Gráfico 6 - Chegadas de turistas internacionais segundo região de origem, 2010.....	12
Gráfico 7 - Chegadas de turistas internacionais (variação 2009/2010/2011).....	14
Gráfico 8 - Chegadas internacionais de turistas, 1950-2020.....	16
Gráfico 9 - Dormidas do estrangeiro nos estabelecimentos hoteleiros por país de residência habitual, 2010.....	20
Gráfico 10 - Dormidas por tipo de estabelecimento hoteleiro, 2010.....	21

Gráfico 11 - RevPar 2010, média diária (valores homólogos).....	22
Gráfico 12 - Passageiros movimentados em <i>low cost</i> no aeroporto de destino, 2010.....	23
Gráfico 13 - Receitas do turismo por país emissor (%), 2010.....	24
Gráfico 14 - Dormidas do estrangeiro nos estabelecimentos hoteleiros por país de residência habitual, 2011.....	25
Gráfico 15 - Dormidas por tipo de estabelecimento hoteleiro, SET/OUT/NOV 2011.....	26
Gráfico 16 - RevPar 2011, média diária SET/OUT/NOV (valores homólogos).....	26
Gráfico 17 - Passageiros movimentados em <i>low cost</i> no aeroporto de destino, SET/OUT/NOV 2011.....	27
Gráfico 18 - Receitas do turismo por país emissor (%), 2011.....	28
Gráfico 19 - Género dos inquiridos.....	78
Gráfico 20 - Grupo etário dos inquiridos.....	78
Gráfico 21 - Profissão dos inquiridos.....	79
Gráfico 22 - Habilitações literárias dos inquiridos.....	79
Gráfico 23 - Designação do curso dos inquiridos.....	80
Gráfico 24 - Função principal dos inquiridos.....	80
Gráfico 25 - Objecto das empresas.....	81
Gráfico 26 - Tempo de existência da empresa, 2011.....	82
Gráfico 27 - Quantidade média de visitantes por mês, 2011.....	82
Gráfico 28 - Envolvimento em projectos de trabalho ou de investigação relevantes para o ecoturismo.....	84
Gráfico 29 - Condições dos municípios da CIMT para o desenvolvimento do ecoturismo	84
Gráfico 30 - Grau de importância atribuído aos factores de desenvolvimento.....	89
Gráfico 31 - Intensidade de ocorrência dos problemas ambientais e sociais existentes na CIMT.....	90
Gráfico 32 - Grau de importância atribuído às medidas sociais e ambientais.....	91
Gráfico 33 - Grau de importância atribuído aos recursos turísticos existentes na CIMT.....	93

Gráfico 34 - Grau de importância atribuído aos equipamentos e serviços turísticos existentes na CIMT.....	93
Gráfico 35 - Grau de importância atribuído aos equipamentos e infra-estruturas complementares ao turismo existentes na CIMT.....	94
Gráfico 36 - Grau de importância atribuído aos núcleos de atracção turística existentes na CIMT.....	95
Gráfico 37 - Grau de importância atribuído às atracções turísticas existentes na CIMT.....	96

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Áreas Protegidas abrangidas pela CIMT, 2012.....	55
Figura 2 - Municípios associados da CIMT, 2012.....	59

ÍNDICE DE ESQUEMAS

Esquema 1 - Modelo de análise.....	69
------------------------------------	----

FASE CONCEPTUAL

APRESENTAÇÃO DO ESTUDO

INTRODUÇÃO

O turismo é uma actividade que está altamente dependente, tanto dos recursos naturais e culturais, como dos sociais e artificiais e, para isso deve-se lutar no sentido da sua preservação para o futuro, evoluindo, consoante os princípios da sustentabilidade e, da responsabilidade social e ambiental. Deste modo, a gestão responsável e sustentada dos recursos naturais e o respeito pela conservação da identidade cultural das comunidades de acolhimento é algo que deve servir de modelo para todos, de forma a assegurar o verdadeiro desenvolvimento do ecoturismo.

Descobrir alternativas de desenvolvimento que melhorem a qualidade de vida das populações locais e, ao mesmo tempo, preservem o património natural e cultural, tem sido um desafio para todos os envolvidos no processo. Entre as diversas actividades económicas que hoje surgem como alternativa de desenvolvimento sustentável, para comunidades que se situam em ambientes frágeis, está o ecoturismo. O ecoturismo trata-se, assim, de uma actividade económica que se caracteriza por promover o uso sustentável dos recursos, com vista a alcançar a consciência ambiental e o envolvimento das populações locais no processo de decisão.

A presente investigação visa, então, contribuir para a valorização do território, nomeadamente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), tendo por base o desenvolvimento do ecoturismo, através da apresentação de factores que podem, por esta via, contribuir para o aumento da oferta turística existente na região.

O Médio Tejo é uma sub-região estatística portuguesa, pertencente à Região Centro e ao distrito de Santarém, cujo território depende, em grande parte, da actividade turística. A CIMT encerra um património extremamente rico, tanto a nível natural e paisagístico, como a nível monumental e cultural, pelo que a afirmação do ecoturismo se torna uma possibilidade latente.

O propósito geral deste estudo prende-se com a necessidade de responder à seguinte pergunta de partida: "Quais os factores que contribuem para o desenvolvimento do ecoturismo na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo?". Deste modo, a presente investigação pretende avaliar quais os factores a ter em conta e que devem ser melhorados, no sentido de estabelecer/afirmar o ecoturismo como pólo de atracção turística da CIMT.

Em congruência com o contexto anteriormente apresentado, pretende-se atingir os seguintes objectivos específicos:

- Avaliar o conhecimento dos municípios e das empresas de animação turística da CIMT, sobre políticas, modelos de gestão e estratégia no que diz respeito à compreensão e desenvolvimento do ecoturismo;
- Obter informações dos municípios e das empresas de animação turística locais relativamente à apreciação geral do sistema turístico na perspectiva da oferta;
- Conhecer a opinião dos municípios e das empresas de animação turística da CIMT sobre a classificação global do ecoturismo no que respeita à percepção e desenvolvimento do mesmo;
- Perceber quais os núcleos de atractividade turística presentes na CIMT com maior potencial a nível do ecoturismo;
- Aferir dos municípios e das empresas de animação turística locais a sua opinião relativamente aos recursos e às atracções turísticas mais susceptíveis de atrair uma maior procura do produto ecoturismo.

O presente estudo trata-se de uma investigação descritiva, que poderá não implicar a generalização dos resultados, assentando num método de investigação-acção que reverte para um estudo de caso. Para a sua consecução, foram utilizados dois métodos de análise, um de carácter qualitativo, e outro de cariz mais quantitativo. A análise qualitativa prende-se com a necessidade de utilização de diversos instrumentos de recolha de dados, nomeadamente a análise documental, a análise estratégica/SWOT, os instrumentos operacionais (literatura da especialidade, dissertações de mestrado/doutoramento) e a aplicação dos inquéritos por questionário. Por outro lado, a análise quantitativa não deixa de ser relevante, nomeadamente pelo facto de ser uma característica comum neste tipo de investigações-acção, em que a análise de conteúdo e de dados é primordial.

No que respeita à estrutura do presente projecto de investigação, esta divide-se em três fases: conceptual, metodológica e empírica. A fase conceptual estrutura-se do seguinte modo: num estágio inicial será apresentado o tema, nomeadamente a introdução do estudo, que irá incidir especialmente sobre o ecoturismo. O capítulo I apresenta as tendências do turismo na óptica de alguns autores, tendo em conta a evolução dos fluxos turísticos. O capítulo II enquadra e contextualiza o turismo de natureza/ecoturismo, os respectivos quadros legais, contextos e práticas e, ainda, relaciona o turismo de natureza com o ecoturismo. No capítulo III, é abordado o tema ecoturismo, bem como a sua relação com outros tipos de turismo alternativo, tais como o turismo sustentável, o turismo cultural e o

turismo aventura. O capítulo IV caracteriza o território de intervenção, a CIMT, e analisa estrategicamente o mesmo. Além disso, são igualmente apresentados os objectivos e a pergunta de partida da presente investigação.

Na fase metodológica, é apresentada de forma breve a metodologia utilizada, nomeadamente, o enquadramento teórico, o modelo de análise, a delimitação da amostra e os métodos de recolha e análise de dados.

Por fim, na fase empírica, segue o capítulo I com a apresentação e discussão dos resultados obtidos após a aplicação dos inquéritos por questionário. O capítulo II expõe as considerações finais e as contribuições do estudo, direccionadas aos responsáveis pelo planeamento e promoção turísticos e aos dirigentes dos municípios que constituem a CIMT, com vista à implementação de estratégias de diversificação e aumento da oferta turística baseadas no ecoturismo.

Espera-se, com a estrutura exposta previamente, conseguir extrair as informações suficientes e necessárias para responder à pergunta de partida, de forma a esclarecer o propósito da presente investigação científica.

Importa ainda mencionar que o regulamento utilizado para as citações e referências do presente trabalho é a Norma APA (5ª edição – 2001), tal como recomendado nas Normas para a Elaboração e Apresentação de Teses de Doutoramento – aplicáveis às Dissertações de Mestrado – da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

CAPÍTULO I – AS TENDÊNCIAS DO TURISMO NA ÓPTICA DE ALGUNS AUTORES

1. CONTEXTOS E PRÁTICAS DO TURISMO

1.1. TENDÊNCIAS DO TURISMO INTERNACIONAL

É importante realçar, antes de mais, qual o significado da palavra “Turismo”, que como clarifica o Sistema de Estatísticas de Turismo e as Recomendações Internacionais para as Estatísticas de Turismo de 2008, pode ser definido como “as actividades que as pessoas realizam durante as suas viagens e a permanência em locais fora do seu ambiente habitual de residência, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, por motivos de lazer, negócios ou outros” (Carvão, 2009).

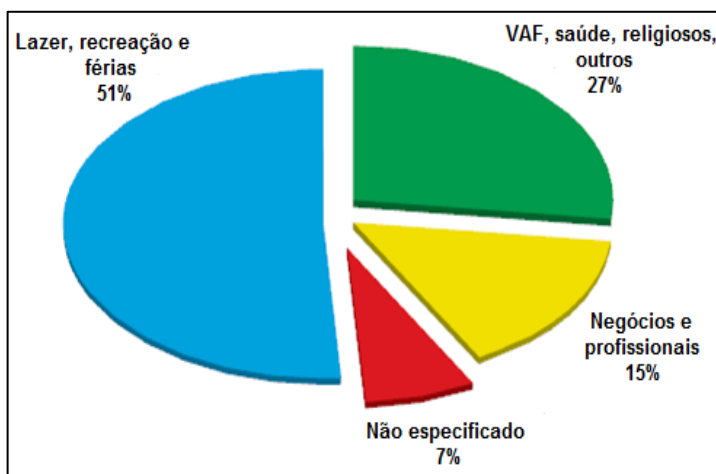
De acordo com Cunha (2003), o turismo internacional trata-se de uma forma de turismo “que abrange todas as deslocações que obrigam a atravessar uma fronteira”, o que indica que um turista internacional é um visitante que transpõe uma fronteira e que pernoita no destino.

Deste modo, interessa ainda salientar que são diversas as motivações que levam uma pessoa a deslocar-se para lugares diferentes daqueles que normalmente costuma frequentar como, por exemplo, motivos culturais, profissionais, de lazer, de saúde, de religião, visita a familiares e amigos, entre muitos outros.

1.1.1. CHEGADAS DE TURISTAS INTERNACIONAIS

Como se pode observar no Gráfico 1 e, de acordo com a Organização Mundial de Turismo – OMT (World Tourism Organization [WTO]), em 2010, as viagens realizadas por motivos de lazer, de recreação e de férias representaram pouco mais de metade do total das chegadas de turistas internacionais. Cerca de 15% dos turistas internacionais viajaram por razões profissionais ou de negócios e, outros 27% viajaram com outros propósitos, como a visita a amigos e familiares (VAF), motivos religiosos, de saúde, entre outros.

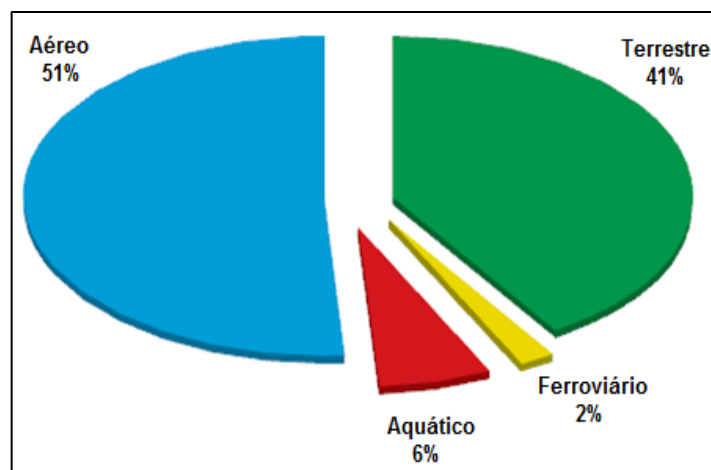
Gráfico 1: Motivações do turismo internacional, 2010.



Fonte: Adaptado de OMT (2011).

Por sua vez, no Gráfico 2, é possível verificar que, em 2010, os transportes de eleição dos turistas internacionais para alcançarem o seu destino foram o transporte aéreo (51%) e terrestre (41%), seguido do aquático (6%) e ferroviário (2%), sendo que a importância atribuída a estes últimos foi quase irrelevante.

Gráfico 2: Turismo internacional segundo modo de transporte, 2010.



Fonte: Adaptado de OMT (2011).

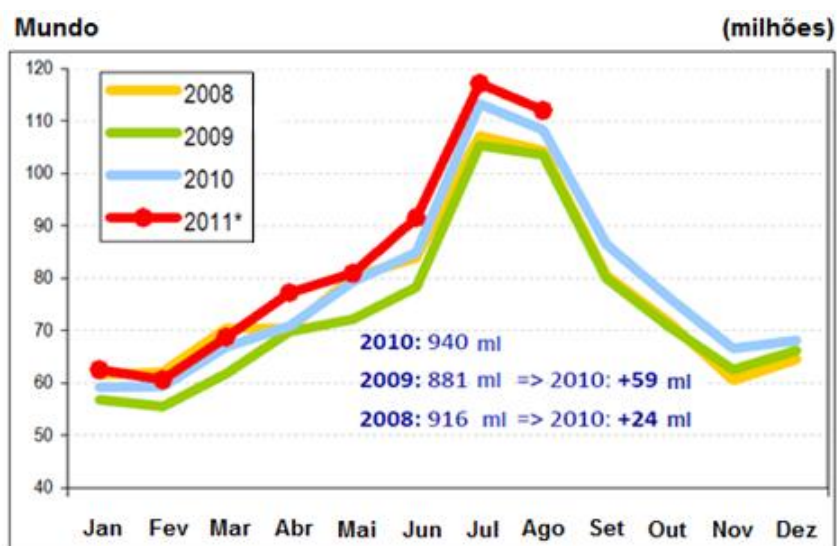
Dados publicados pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) revelaram o acréscimo da procura do tráfego internacional do transporte aéreo (+9%), com um aumento de cerca de 8% do tráfego regular de passageiros em 2010. Este incremento

deveu-se ao restabelecimento das viagens de negócios e de lazer de longa distância, sobretudo as provenientes dos mercados emergentes (OMT, 2011).

Nos últimos anos, o turismo mundial tem sofrido algumas alterações em função da situação económica e financeira vivida pela maioria dos países a nível mundial. Contudo, segundo dados revelados pela OMT, o turismo mundial conseguiu recuperar, no ano de 2010, a quebra sofrida em final de 2008 e 2009, provocada pela crise financeira global e pela recessão económica.

Desta forma, as chegadas de turistas internacionais em 2010, alcançaram os 940 milhões de turistas, ou seja, mais 59 milhões do que o ano precedente – 2009 –, tornando-se no novo ano recorde, depois de 2008 (Gráfico 3). Em termos de variação absoluta, o turismo internacional sofreu um decréscimo de 3,8%, de 2008 para 2009, tendo recuperado 6,6%, de 2009 para 2010, superando em 2,8% o valor obtido em 2008. Este incremento veio compensar largamente a quebra originada pelas conjunturas até então vividas, alcançando mais 24 milhões de chegadas do que o ano que conservava esse máximo histórico – 2008.

Gráfico 3: Evolução das chegadas de turistas internacionais.



Fonte: Adaptado de OMT (2011).

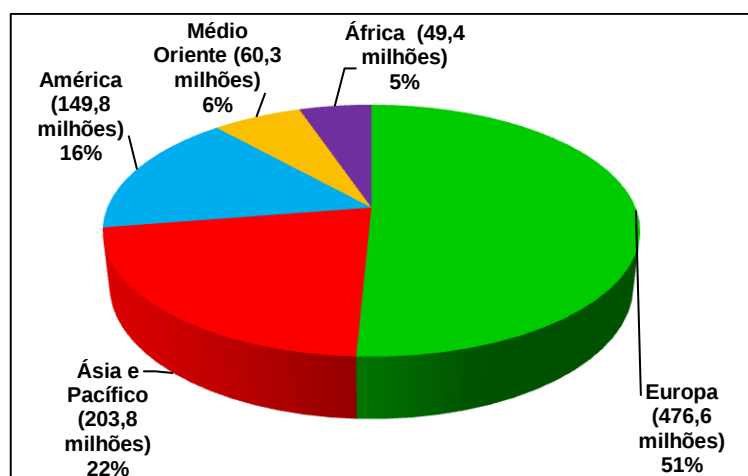
Dos 940 milhões de chegadas de turistas internacionais, em 2010, aproximadamente 53% registaram-se em países de economias avançadas e, cerca de 47%, em destinos emergentes.

Grande parte dos destinos mundiais conseguiu obter resultados positivos, nalguns casos de dois dígitos, que foram suficientes para compensar as perdas sofridas ou, pelo menos, para acercar-se nitidamente desse objectivo.

Apesar de ser perceptível o crescimento das chegadas de turistas internacionais, os principais propulsores deste incremento foram, sem margem para dúvidas, as economias emergentes. Consequentemente, observa-se a nível mundial alguma divergência em termos de velocidade de recuperação, sendo mais lenta nos mercados mais avançados (+5,1%) e bastante mais acelerada nas economias emergentes ou recentemente industrializadas (+8,4%). Esta situação é consequência da condição económica geral que se vive em todo o mundo e, que provavelmente determinará a tendência em 2011 e num futuro próximo.

No que respeita ao número de chegadas de turistas internacionais por região, a Europa continua a dominar o turismo mundial receptor (Gráfico 4), com 476,6 milhões de chegadas, o que perfaz um total de 51%; seguindo-se a Ásia e o Pacífico com 203,8 milhões (22%), a América com 149,8 milhões (16%), o Médio Oriente com 60,3 milhões (6%) e, finalmente, África com 49,4 milhões (5%).

Gráfico 4: Chegadas de turistas internacionais por região, 2010.



Fonte: Adaptado de OMT (2011).

A nível regional, a Ásia e o Pacífico foi a região que recuperou mais rapidamente, tendo atingido em 2010, um recorde de aproximadamente 204 milhões de chegadas de turistas internacionais. O grande desenvolvimento da economia dos países que constituem esta região instigou às viagens internacionais, dando origem a uma taxa de crescimento de 13%, ou seja, 23 milhões de visitas adicionais, fazendo com que a Ásia e o Pacífico constituam 22% do mercado turístico internacional.

O crescimento das viagens no Médio Oriente foi bem acelerado (+14%), contudo esta região havia obtido resultados muito baixos em 2009. Este acréscimo foi, portanto,

impulsionado pelas viagens intra-regionais, proporcionadas pelo elevado preço do petróleo, o que fez com que o território tenha conseguido um total de 60 milhões de chegadas.

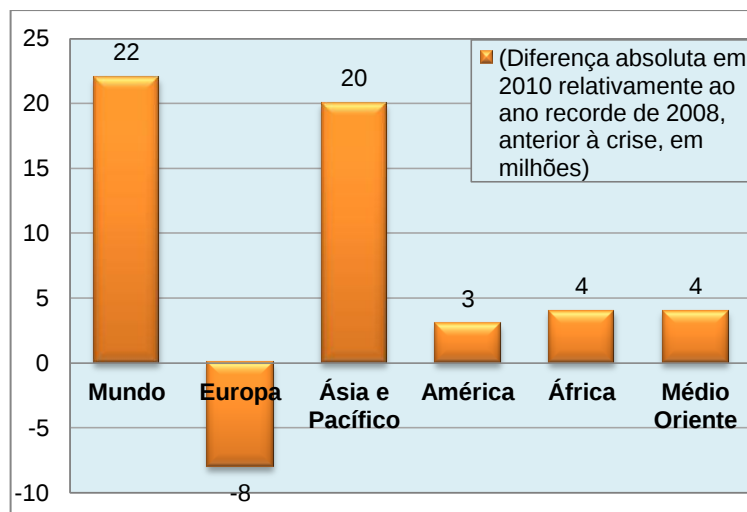
Relativamente à América, o incremento registado (+7%) pode explicar-se em grande parte por factores económicos, mais concretamente pelos sinais de recuperação da economia dos Estados Unidos da América (EUA), pelo dinamismo dos países latino-americanos, bem como pela crescente integração regional da América Central e do Sul.

No que concerne a África, o facto de esta região ter obtido resultados positivos no ano anterior – 2009 –, fez com que beneficiasse de um crescimento de 6% em 2010. O incremento verificado em 2009 foi sustentado pelo Campeonato Mundial de Futebol, decorrido na África do Sul, que veio dar ao continente africano uma grande projecção internacional. Por conseguinte, a região conseguiu preservar esse ímpeto, em 2010, o que fez com que tenha alcançado um aumento de 49 milhões de chegadas de turistas internacionais.

Embora o número de chegadas de turistas internacionais tenha sido bastante auspicioso nas demais regiões em 2010, na Europa, pelo contrário, este valor não foi tão eminente (+3%). Os efeitos da crise financeira que afectou fortemente a região, bem como, o encerramento do espaço aéreo em Abril de 2010, devido à erupção do vulcão islandês e, ainda a incerteza em torno da situação económica vivida, foram factores cruciais para o retraimento da recuperação desta região. O crescimento das chegadas de turistas internacionais a que se assistiu, apesar de fraco, só foi possível graças aos resultados excedentes de alguns países europeus de grande relevância para o turismo, sobretudo da Alemanha (+11%) e da Turquia (+6%), assim como de alguns destinos emergentes, como é o caso dos Balcãs e do Sul do Cáucaso, que contrastaram com o crescimento médio europeu.

Em contrapartida, os países europeus mais expressivos em termos de chegadas de turistas internacionais foram a França com 76.800 chegadas (16,1%), a Espanha com 52.677 (11,1%) e a Itália com 43.626 (9,2%). Estes três países em conjunto perfizeram um total de 36,4%, representando mais de um terço das chegadas de turistas internacionais à Europa.

Por outro lado, no Gráfico 5 pode-se verificar que todas as regiões mundiais, à excepção da Europa, conseguiram aumentar o número de chegadas de turistas internacionais, em comparação com o ano em que estas atingiram o seu pico máximo – 2008. O resultado negativo apresentado pelo continente europeu é consequência da crise financeira e económica já referida anteriormente que, apesar de ter afectado todo o mundo, atingiu mais severamente a Europa.

Gráfico 5: Chegadas de turistas internacionais (variação 2008/2010).

Fonte: Adaptado de OMT (2011).

A nível global, no *ranking* das chegadas de turistas internacionais (Quadro 1), os cinco países que lideraram a tabela foram a França, os EUA, a China, a Espanha e a Itália. Além disso, os destinos cujo crescimento do turismo internacional foi mais evidente de 2009 para 2010 foram, respectivamente, a Alemanha, a China e os EUA. Em contrapartida, o único país do *top 10* que sofreu um declínio nas chegadas de turistas internacionais, neste período, foi o Reino Unido. Observa-se, portanto, que a maioria dos países que mais turistas estrangeiros recebeu, pertence à Europa, o que vem reforçar a importância do turismo nesta região.

Quadro 1: Top 10 das chegadas de turistas internacionais em 2010.

		2010 (milhões)	10/09 (%)
1	França	76,8	0,0
2	EUA	59,7	8,7
3	China	55,7	9,4
4	Espanha	52,7	1,0
5	Itália	43,6	0,9
6	Reino Unido	28,1	- 0,2
7	Turquia	27,0	5,9
8	Alemanha	26,9	10,9
9	Malásia	24,6	3,9
10	México	22,4	4,4

Fonte: Adaptado de OMT (2011).

1.1.2. RECEITAS DO TURISMO INTERNACIONAL

No que diz respeito às receitas turísticas internacionais, constata-se que se obteve, em 2010, um total de 919 mil milhões de dólares, contra 851 mil milhões, em 2009, ou seja, mais 8% (Quadro 2).

Tal como sucede com as chegadas de turistas internacionais, as receitas geradas pelo turismo internacional encontram-se maioritariamente concentradas na Europa (44%), na Ásia e Pacífico (27%) e na América (20%). Contudo, a Europa é a única região que não conseguiu atingir, nem superar, as receitas produzidas pelo turismo internacional em 2009, caindo 0,4% em 2010.

Mais uma vez, os cinco países mundiais que lideraram o *ranking* mundial das receitas geradas pelo turismo internacional foram, respectivamente, os EUA, a Espanha, a França, a China e a Itália, mas desta vez em diferentes posições (Quadro 2). A mudança mais significativa que houve a nível das receitas turísticas internacionais foi a entrada de Hong Kong (China) para o *top* 10, alcançando a 9ª posição, com uma ascensão de 39,5%, sobrepondo todos os outros países em termos de crescimento. Atrás de Hong Kong, com um incremento igualmente muito satisfatório, seguiu a Austrália, com 18,6% e, a China, com 15,5%.

Todavia, nem todos os países do *top* 10 evidenciaram um crescimento das receitas do turismo internacional de 2009 para 2010. A França, a Itália, a Turquia e a Espanha ficaram muito aquém da maioria dos outros destinos, tendo reduzido os seus valores em 6,2% (França), 3,6% (Itália), 2,1% (Turquia) e 1,2% (Espanha), relativamente ao ano antecedente de 2009 (Quadro 2).

Quadro 2: Top 10 das receitas turísticas internacionais em 2010.

	2010 (biliões de US\$)	10/09 (%)
MUNDO	919	8,0
1 EUA	103,5	9,9
2 Espanha	52,5	- 1,2
3 França	46,3	- 6,2
4 China	45,8	15,5
5 Itália	38,8	- 3,6
6 Alemanha	34,7	0,1
7 Reino Unido	30,4	0,8
8 Austrália	30,1	18,6
9 Hong Kong (China)	23,0	39,5
10 Turquia	20,8	- 2,1

Fonte: Adaptado de OMT (2011).

1.1.3. TURISMO INTERNACIONAL SEGUNDO REGIÃO DE ORIGEM

O turismo internacional é assim uma das principais actividades económicas a nível global, responsável por uma grande fracção das exportações mundiais de serviços, alcançando mesmo percentagens superiores a 50% em países onde o turismo é a actividade que mais contribui para as suas economias, nomeadamente as ilhas (Carvão, 2009).

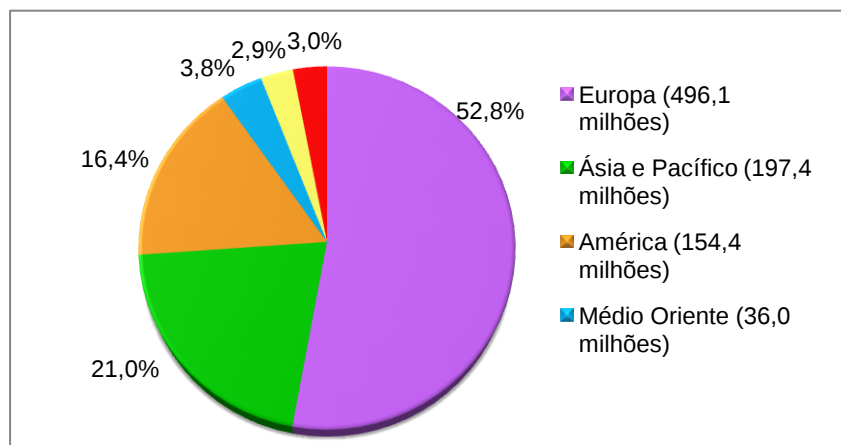
A emergência de novos destinos turísticos a nível mundial tem feito com que o mercado global seja cada vez mais complexo e competitivo, levando a que haja uma maior quantidade de destinos a lutarem entre si, de forma eficaz, para atrair a atenção dos turistas internacionais. Um exemplo desta situação, enunciada por Carvão (2009), é o facto de que em 1950, os cinco primeiros destinos mundiais em termos de turistas internacionais recebiam aproximadamente 70% do total de turistas e, em 2009, essa percentagem desceu para cerca de 31%.

De acordo com a OMT (2011), ao falar-se de turismo internacional fala-se, fundamentalmente, de turismo intra-regional, uma vez que a grande parte dos turistas internacionais que se registam nas regiões de maior afluência resultam, na realidade, do intenso mercado intra-regional. Isto significa que, a grande maioria das chegadas de turistas internacionais assinaladas na Europa, na Ásia e Pacífico ou na América são provenientes de mercados emissores da própria região. Por outro lado, nas restantes regiões como África e o Médio Oriente, os turistas internacionais que as visitam provêm maioritariamente de mercados emissores fora da sua região, como é exemplo o mercado europeu.

Deste modo, como se pode constatar no Gráfico 6, os mercados de origem dos turistas internacionais ainda se encontram maioritariamente concentrados nos países industrializados da Europa (52,8%), da Ásia e Pacífico (21,0%) e da América (16,4%). Todavia, com o aumento dos níveis de rendimento disponível, muitas economias emergentes evidenciaram um crescimento acelerado nos últimos anos, sobretudo alguns mercados do Nordeste e Sudeste Asiático, da Europa Central e de Leste, do Médio Oriente, da África do Sul e, da América do Sul.

Segundo dados recolhidos pela OMT em Junho de 2011, cerca de 77% (721,3 milhões) dos turistas internacionais são oriundos de países da mesma região e apenas 20% (190,1 milhões), procedem de outras regiões.

Gráfico 6: Chegadas de turistas internacionais segundo região de origem, 2010.



Fonte: Adaptado de OMT (2011).

1.1.4. MERCADOS CONSUMIDORES DE TURISMO INTERNACIONAL

O *ranking* do *top 10* dos mercados emissores que mais gastos efectuaram em turismo internacional, no ano de 2010, apresenta uma notável mudança com a ascensão da China para a 3ª posição, ultrapassando assim, o Reino Unido (Quadro 3). Conjuntamente com a China, os únicos países que deram origem a alguma movimentação no *top 10* foram o Canadá, que conseguiu subir duas posições, alcançando agora a 6ª posição e, a Austrália que entrou para o *top*. Nos dois casos, a valorização das respectivas moedas ajudou claramente à conquista deste resultado. Os dois primeiros lugares do *ranking* continuam assegurados pela Alemanha e pelos EUA.

De entre os países que constituem o *top 10*, a Federação Russa foi o mercado que registou um crescimento mais vigoroso (+26,8%), depois de ter sofrido, em 2009, uma quebra de 12% no seu consumo em turismo internacional, seguida da China (+25,6%). Por sua vez, devido à frágil economia e à desvalorização da libra, o Reino Unido foi o único mercado que evidenciou uma quebra nos gastos (-2,4%).

Quadro 3: *Top 10* dos mercados emissores de turismo internacional em 2010.

		Gastos em 2010 (bilhões de US\$)	10/09 (%)
	Mundo	919	100
1	Alemanha	77,7	0,7
2	EUA	75,5	1,9
3	China	54,9	25,6
4	Reino Unido	48,6	- 2,4
5	França	39,4	7,6

6	Canadá	29,5	10,0
7	Japão	27,9	4,0
8	Itália	27,1	2,0
9	Federação Russa	26,5	26,8
10	Austrália	22,5	9,0

Fonte: Adaptado de OMT (2011).

1.1.5. TURISMO INTERNACIONAL EM 2011

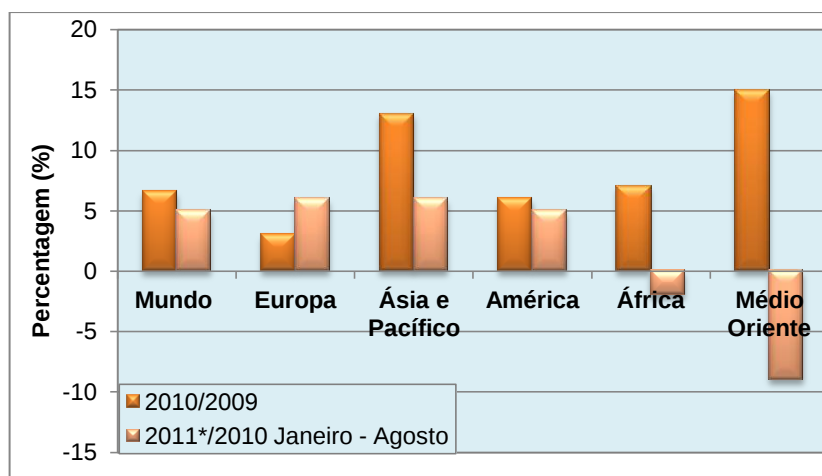
De acordo com a OMT (2011), e com base em dados provisórios, o número de chegadas de turistas internacionais alcançou, no prazo de Janeiro a Agosto de 2011, um total de 671 milhões, ou seja, mais 29 milhões do que o valor obtido no mesmo período do ano de 2010 (642 milhões), fazendo com que o turismo internacional crescesse a um ritmo estimado de 4,5%.

Dos quase 150 países de todo o mundo, aprovados pela OMT, 122 revelaram valores positivos (82%), dos quais 57 com dois dígitos (38%), enquanto os restantes 27 demonstraram resultados negativos (18%).

Contrastando com a tendência dos últimos anos, o crescimento das chegadas de turistas internacionais foi maior nos destinos de economias avançadas (+4,8%) do que nos de economias emergentes (+4,2%), devido em grande parte ao resultado firme evidenciado pela Europa (Gráfico 7).

Desde o início do ano de 2011 que a maioria dos mercados emergentes continuou a progredir, ao contrário de muitas das economias avançadas – à exceção das economias recentemente industrializadas da Ásia –, cujo progresso tem sido lento e atormentado pela dúvida. Porém, uma série de circunstâncias negativas, tais como o terramoto e o *tsunami* que assolaram a região de Tōhoku, no Japão e, as revoluções e protestos que ocorreram nalguns países do Médio Oriente e do Norte de África (MONA), tiveram mais impacto nos destinos emergentes do que nos mercados mais avançados. Portanto, em função destes acontecimentos, as regiões de África (-2%) e do Médio Oriente (-9%) acabaram por sofrer um declínio real das chegadas de turistas internacionais em comparação com o ano de 2010, pelo menos, nos primeiros oito meses de 2011 (Gráfico 7).

Gráfico 7: Chegadas de turistas internacionais (variação 2009/2010/2011).



Fonte: Adaptado de OMT (2011).

O incremento das chegadas de turistas internacionais verificado na Europa (+6%) pode ser explicado, não só pelo desvio da procura de férias para destinos distantes dos MONA, mas também, por três outros motivos. Em primeiro lugar, o valor obtido foi calculado com base no resultado, relativamente fraco, de 2010. Em segundo lugar, a propensão dos europeus em realizar férias no seu país ou dentro da sua região foi fortemente revigorada pelo estado actual de incerteza política e económica. Por último, a prosperidade de muitos mercados de economias emergentes, bem como, a valorização das suas moedas, trouxe muitos visitantes de longa distância à Europa.

Deste modo, muitos destinos europeus evidenciaram, nos primeiros oito meses de 2011, um acréscimo de entradas de turistas provenientes de diversos mercados asiáticos, africanos e sul-americanos. Nas férias de lazer e de negócios os principais beneficiários foram o Norte da Europa e, a Europa Central e de Leste. Por sua vez, o facto de os turistas preferirem áreas turísticas distantes dos MONA, fez com que a procura de sol e mar aumentasse nos países litorais europeus, afectados pela crise económica e financeira, contribuindo para a consolidação desses mercados e das suas economias frenéticas. Essa procura veio beneficiar fortemente alguns dos países que têm sido confrontados com maiores desafios a nível económico, como é o caso da Grécia (+14%), de Portugal (+11%), da Irlanda (+10%) e de Espanha (+8%). Apesar da actual instabilidade, o turismo internacional provou ser uma das actividades económicas mais relevantes para muitas economias europeias, trazendo divisas e ajudando a aliviar a pressão existente em torno da balança de pagamentos.

No que concerne à Ásia e Pacífico, o desenvolvimento do turismo internacional não foi tão forte como é habitual, devido em parte às catástrofes naturais que ocorreram no Japão. Se, por um lado, nos destinos do Sudeste (+12%) e Sul da Ásia (+13%) as chegadas de turistas continuaram a crescer a um ritmo saudável, por outro, no Nordeste asiático e na Oceânia, este incremento já foi bem mais lento. O Nordeste da Ásia, com um acréscimo de apenas 1%, foi nitidamente assinalado por um declínio de 32% das chegadas no Japão e, também pela suspensão provisória das viagens dos japoneses para a sub-região afectada. Similarmente, o crescimento do turismo internacional na China foi igualmente fraco (1%), porém os valores que se haviam obtido no ano de 2010 foram resultado do mega evento Expo Shanghai.

Nos primeiros oito meses do ano de 2011, o desenvolvimento das chegadas de turistas na Oceânia foi nulo, sendo que o terramoto que ocorreu em Christchurch, no Sul da ilha da Nova Zelândia, que interrompeu temporariamente o turismo nessa área, foi um dos principais acontecimentos responsáveis.

Por outro lado, a América do Sul (+13%) foi a sub-região do continente americano que mais conseguiu crescer até Agosto de 2011.

Os destinos do *top 10* com maior notoriedade em termos de receitas do turismo internacional, no período de Janeiro a Agosto de 2011, foram os EUA (+11%), a Espanha (+10%), a Itália (+7%), o Reino Unido (+7%) e a Alemanha (+6%).

No que diz respeito aos mercados emissores, os gastos com turismo internacional procedentes das economias emergentes continuaram a sobressair no panorama mundial, com mercados como o Brasil (+40%), a Índia (+33%), a China (+30%) e a Rússia (+21%) a liderarem a lista dos países cujo crescimento foi mais intenso. Em contrapartida, nas economias mais avançadas o desempenho também foi positivo, no entanto, com uma expressão bem mais reduzida, como é o caso do Canadá (+6%), dos EUA (+5%), da Alemanha (+3%), da França (+2%) e da Itália (+2%), enquanto nos mercados da Escandinávia, da República da Coreia e, da Austrália foi particularmente forte.

Desta forma, a OMT previu que haverá um abrandamento das chegadas de turistas internacionais nos restantes meses de 2011 e, projectou ainda que, no final do ano, o turismo internacional assistirá a um crescimento na ordem dos 4,0% a 4,5%.

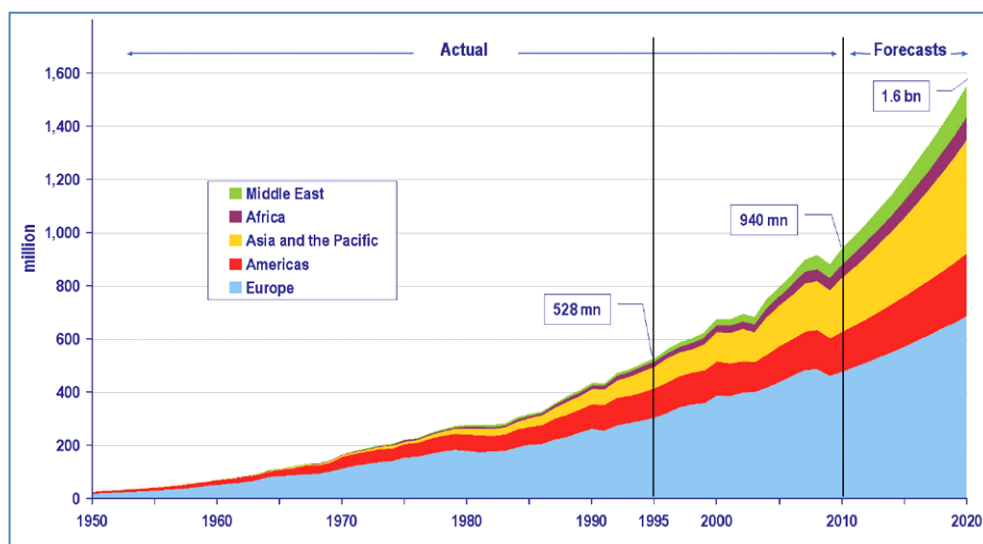
Para o ano de 2012, as projecções apontam para um acréscimo entre os +3% e os 4%, um número ligeiramente inferior ao alcançado em 2011, mas que vem sustentar os resultados positivos de 2010 e 2011.

1.1.6. PREVISÕES DO TURISMO INTERNACIONAL PARA 2020

Quanto às perspectivas a longo prazo divulgadas pela OMT para o ano de 2020, espera-se que as chegadas de turistas internacionais se aproximem dos 1,6 mil milhões (Gráfico 8), o que implica uma taxa de crescimento anual na ordem dos 4%, contabilizando mais 660 milhões de turistas do que em 2010 (OMT, 2011). Do total das chegadas mundiais em 2020, cerca de 1,2 mil milhões serão de origem intra-regional, enquanto as restantes 0,4 mil milhões, serão de turistas de longo curso. O turismo irá, desta forma, ser um dos sectores económicos com maior crescimento e diversificação na economia mundial.

A actividade turística tem vindo a “sofrer” períodos de rápido crescimento – 1995, 1996, 2000, 2004 a 2007 e 2010 – intercalados com fases de crescimento mais lento – 2001 a 2003, 2008 e 2009 – e, mesmo apesar da crise que se assiste actualmente, a OMT prevê o contínuo crescimento do turismo a nível global (Gráfico 8).

Gráfico 8: Chegadas internacionais de turistas, 1950-2020.



Fonte: OMT (2011).

As conjecturas apontam para que o Este da Ásia e o Pacífico, bem como, o Sul da Ásia, o Médio Oriente e África, venham a crescer mais de 5% ao ano, em contraste com a média mundial de 4,1%. Em contrapartida, nas regiões mais maduras do globo, Europa e América, antevê-se que as taxas de crescimento atinjam valores inferiores à média.

A Europa continuará a ser a região a conservar um maior número de chegadas de turistas internacionais (717 milhões), contudo enquanto, em 1995, a região compreendia 60% do total de chegadas de turistas a nível mundial, em 2020, este valor cairá para, aproximadamente, 46%. Imediatamente após a Europa seguirá o Este da Ásia e Pacífico

(397 milhões), a América (282 milhões), África (77 milhões), o Médio Oriente (69 milhões) e, finalmente, o Sul da Ásia (19 milhões).

Prevê-se ainda que, em 2020, os principais destinos turísticos do mundo por chegada de turista serão, em primeiro lugar, a China, seguida da França, dos EUA, da Espanha e, de Hong Kong (Carvão, 2009).

De acordo com o World Travel & Tourism Council (WTTC), 2010, os países que contribuirão com uma maior quantia em termos de Viagens e Turismo para o Produto Interno Bruto (PIB), no ano de 2020, serão os EUA, a China, o Japão, o Reino Unido e a França (Quadro 4). Quanto aos países que se espera que apresentem uma taxa de crescimento mais rápida relativamente à contribuição das Viagens e Turismo para o PIB, no período de 2010-2020, serão a China, o Zimbabué, o Malawi, a Índia e a Mongólia (Quadro 5).

Quadro 4: Top 10 dos países segundo contribuição para o PIB, 2020.

	Bilhões de US\$
1 EUA	2,485.7
2 China	1,948.9
3 Japão	594.8
4 Reino Unido	393.3
5 França	379.9
6 Alemanha	377.1
7 Espanha	341.1
8 Índia	330.1
9 Itália	292.5
10 Federação Russa	258.2

Fonte: Adaptado de WTTC (2010).

Quadro 5: Top 10 dos países com maior crescimento em turismo, 2010-2020.

	Taxa Anual, %
1 China	9.0
2 Zimbabué	8.7
3 Malawi	8.7
4 Índia	8.5
5 Mongólia	8.1
6 Emirados Árabes Unidos (EAU)	8.1
7 Cabo Verde	7.9
8 Tailândia	7.9
9 Qatar	7.7
10 São Tomé e Príncipe	7.6

Fonte: Adaptado de WTTC (2010).

Ao nível do emprego, a WTTC (2011) espera que a actividade turística crie 21 milhões de postos de trabalho directos adicionais, durante a próxima década, elevando o total de empregos, directamente ligados ao Turismo, para mais de 120 milhões, ou seja, o correspondente a mais de 3,5% do total de postos de trabalho existentes no mundo.

1.1.7. TENDÊNCIAS SOCIOECONÓMICAS COM IMPACTO NO TURISMO

Relativamente às tendências demográficas do turismo mundial, o envelhecimento geral da população, a mudança na composição das famílias com o acréscimo do número de solteiros, de famílias monoparentais e a redução da dimensão dos agregados familiares, têm vindo a contribuir para a criação de novas práticas. Por conseguinte, tem-se assistido a uma maior exigência ao nível da qualidade dos serviços oferecidos, a um aumento do

rendimento disponível para turismo e lazer, a um incremento da estadia média e do gasto médio, bem como, a um acréscimo do turismo sénior e, da “compra por impulso” (Deloitte, 2010).

O desenvolvimento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na actividade turística conduziu a uma nova extensão do mercado global das viagens. Esta nova realidade veio facilitar o acesso, por parte do cliente, a novos serviços, passando, deste modo, a ter um maior domínio do processo de decisão e de compra. Deste modo, as TIC encontram-se presentes em todas as fases do processo, desde a pesquisa de informação até à distribuição de lembranças das viagens, o que só é realizável através do desenvolvimento da Web 2.0 (Carvão, 2009) e, futuramente, da Web 3.0.

A crescente preocupação com as questões climáticas tem revelado uma maior consciência ambiental por parte do turista. No entanto, apesar dos esforços que se têm desenvolvido nesse sentido, a maioria destes consumidores ainda não incorpora este tipo de preocupações nas suas decisões de compra. Por este motivo, torna-se urgente que todos os intervenientes no processo turístico, desde turistas a empresas, tenham presente a necessidade de alterar os padrões de consumo, com vista à sustentabilidade da actividade turística, através do desenvolvimento de produtos turísticos *eco friendly* (Deloitte, 2010).

Outra tendência que se tem vindo a registar nos últimos anos, que já foi referida anteriormente, é o desenvolvimento das economias emergentes como a China, a Índia e a Rússia. Esta situação levou ao incremento da classe média com poder de compra e com um rendimento disponível para realizar viagens, numa primeira etapa dentro do seu país, depois na sua região e, posteriormente, noutras regiões. Esta tendência tem sido sobretudo evidente nos mercados emissores asiáticos (Carvão, 2009).

Nos últimos anos, a área do transporte, e em especial do transporte aéreo, tem transformado claramente o cenário do turismo internacional. Alguns factores têm sido fulcrais nesta mudança, nomeadamente a crescente liberalização do transporte aéreo e a expansão das companhias aéreas *low-cost*. Esta condição originou uma redução significativa do custo das viagens aéreas, o que veio contribuir para o acréscimo dos *short-breaks* e *city breaks* (Deloitte, 2010) e, consequentemente, para a atenuação da sazonalidade.

Por conseguinte, por todas as tendências acima descritas, entre outras, percebe-se que o comportamento dos consumidores/turistas tem mudado constantemente, tornando-os em indivíduos «super» informados, maduros, experientes e exigentes, que sabem bem o que querem e como o podem conseguir da melhor forma. Por estas razões, torna-se fundamental que os produtores turísticos lutem no sentido de satisfazer todas as

necessidades e expectativas dos seus clientes, de forma a conseguirem, não só, a sua fidelização, mas também, a tornarem os seus negócios cada vez mais competitivos.

1.2. O TURISMO EM PORTUGAL

A presente dimensão procura não só demonstrar a influência da actividade turística em Portugal, mas também enquadrá-la no contexto turístico internacional, avaliando o seu contributo para a economia do país.

1.2.1. ACTIVIDADE TURÍSTICA ATÉ 2011

A crise financeira internacional com que Portugal e toda a Europa se têm vindo a debater desde o final de 2008, causando efeitos retroactivos na economia mundial, estendeu-se até aos dias de hoje e, teve algumas repercussões na actividade turística global.

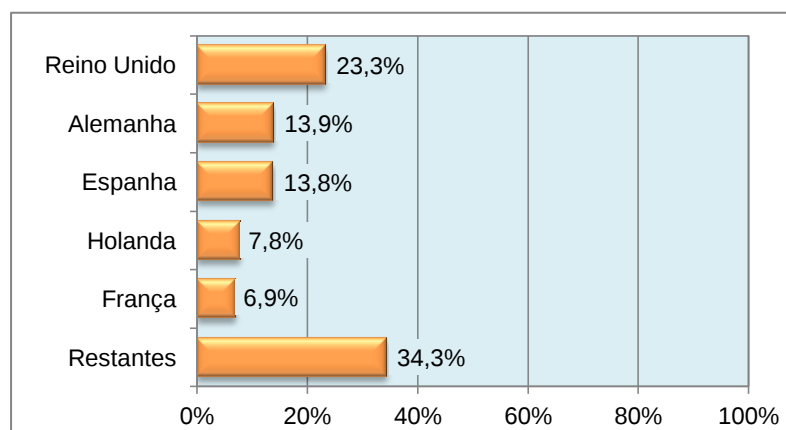
De acordo com os dados publicados pelo Turismo de Portugal em 2011, as dormidas nos estabelecimentos hoteleiros nacionais aumentaram 2,6% em 2010, comparativamente com o ano de 2009. Do total de dormidas, cerca de 37% foram efectuadas por portugueses e, as restantes 63%, por estrangeiros, o que revela a grande relevância do turismo internacional para o país. De igual modo, o número de hóspedes que, segundo esclarece a Impactur, é o indivíduo que realiza no mínimo uma dormida num estabelecimento hoteleiro, apresentou um acréscimo de 4,7% em 2010. No entanto, os hóspedes do estrangeiro representam somente 50,5% do total, aproximando-se nitidamente do peso dos hóspedes de Portugal – 49,5% (Quadro 6).

Quadro 6: Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros.

	Var. 09/10	2010
Dormidas	2,6%	100%
Dormidas de Portugal	4,1%	36,9%
Dormidas do estrangeiro	1,7%	63,1%
Hóspedes	4,7%	100%
Hóspedes de Portugal	4,0%	49,5%
Hóspedes do estrangeiro	5,4%	50,5%

Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011).

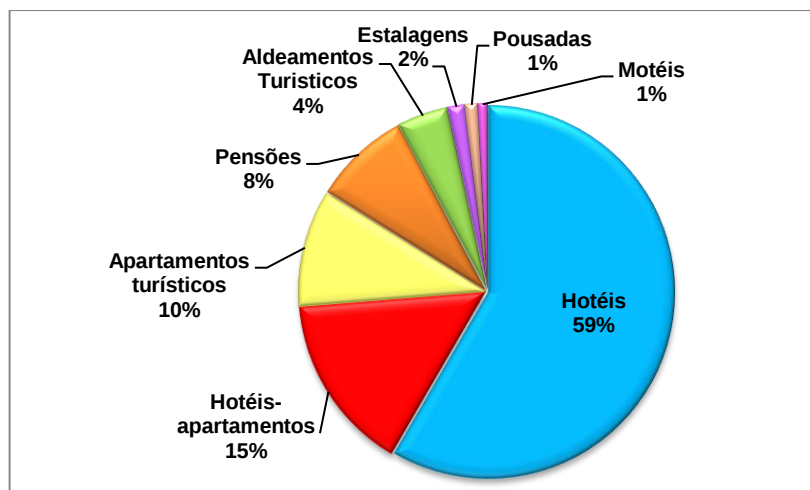
Em termos de dormidas do estrangeiro e, como se pode observar no Gráfico 9, os principais mercados emissores foram, por ordem de importância, o Reino Unido, a Alemanha, a Espanha, a Holanda e, a França.

Gráfico 9: Dormidas do estrangeiro nos estabelecimentos hoteleiros por país de residência habitual, 2010.

Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011).

Quanto às dormidas por tipo de estabelecimento hoteleiro, os dados divulgados em 2011 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) revelaram que, em 2010, mais de metade das dormidas nacionais foram efectuadas em hotéis (59%), seguidos dos hotéis-apartamentos (15%), dos apartamentos turísticos (10%) e das pensões (8%). Com menor representatividade ficaram os aldeamentos turísticos, as estalagens, as pousadas e, por fim, os motéis (Gráfico 10).

Gráfico 10: Dormidas por tipo de estabelecimento hoteleiro, 2010.



Fonte: Adaptado de INE (2011).

Estes dados só vêm reforçar a ideia de que os hotéis e hotéis-apartamentos são o tipo de estabelecimento hoteleiro mais desejado em Portugal, o que significa que os turistas elegem preferencialmente estabelecimentos de qualidade e com um maior nível de conforto. Como se pode observar no Quadro 7, em termos de localização geográfica, mais de 80% das dormidas concentrou-se no continente, e somente 13% na Região Autónoma da Madeira, o que deixa transparecer a carência de dormidas na Região Autónoma dos Açores. Esta situação pode ser explicada, em parte, pelo facto de existir uma maior facilidade nas viagens para a Madeira, com a introdução da companhia aérea *low cost* – Easyjet – o que veio diminuir significativamente o custo das viagens para a ilha.

Quadro 7: Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por localização geográfica em 2010.

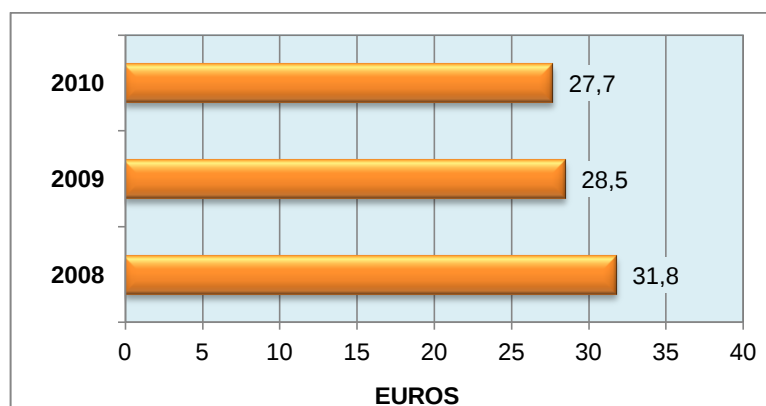
	2010 (milhões)	2010 (%)
Portugal	37,4	100%
Continente	31,4	83,8%
Região Autónoma da Madeira	5,0	13,4%
Região Autónoma dos Açores	1,0	2,8%

Fonte: Adaptado de INE (2011).

Relativamente ao indicador Revenue Per Available Room (RevPAR), que segundo clarifica a Impactur (2011), trata-se do rendimento médio por quarto, pode-se verificar no Gráfico 11 que desde o ano 2008 a média diária do RevPAR tem vindo a diminuir, tendo

passado de 31,8€, em 2008, para 27,7€, em 2010. Depreende-se que esta situação poderá ter como causa principal a conjectura política e económica que se vive em toda a Europa, desde os últimos anos, que fez com que os hoteleiros tivessem que tomar medidas radicais para conseguirem suprimir as suas despesas.

Gráfico 11: RevPAR 2010, média diária (valores homólogos).



Fonte: Adaptado de Impactur (2011).

No que concerne aos movimentos aéreos dos aeroportos nacionais, assistiu-se a um incremento de 8,0% no período de 2009 a 2010, sendo que do total de passageiros desembarcados nos aeroportos portugueses, 53% procederam de voos internacionais clássicos ou regulares, 39% de voos internacionais *low cost* ou de baixo custo e, 8% de voos internacionais *charter* ou não regulares. Tendo em conta o ambiente de carência que se tem vivido nos últimos anos, sentiu-se a necessidade de reduzir alguns dos voos *charter* que eram efectuados anteriormente e, nesta medida, a quebra foi visível nos movimentos aéreos deste tipo de transporte (-8,2%), de 2009 para 2010. Por outro lado, a propensão para a utilização de companhias aéreas de baixo custo tem sido, nos últimos anos, uma realidade cada vez mais patente, daí o aumento acentuado (17,1%) deste modo de transporte, em 2010 (Quadro 8).

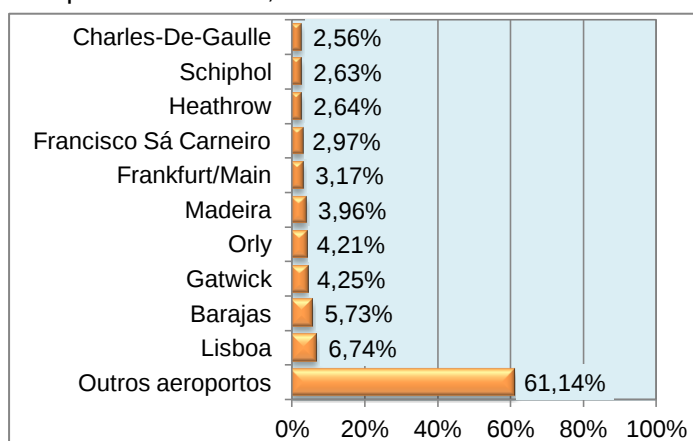
Quadro 8: Movimentos aéreos nos aeroportos nacionais, variação 2009/2010.

	Var. 09/10	2010
Movimentos aéreos	8,0%	100%
Voos internacionais clássicos	4,7%	53,0%
Voos internacionais <i>low cost</i>	17,1%	39,0%
Voos internacionais <i>charter</i>	-8,2%	8,0%

Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011).

Segundo o relatório anual de 2010, publicado pela Impactur, pode-se aferir no Gráfico 12, que Lisboa foi o aeroporto de destino que reuniu a maior percentagem de passageiros movimentados em voos *low cost*, pelo que se pode depreender a relevância que as companhias aéreas de baixo custo representam para o mercado nacional, ao nível do tráfego aéreo.

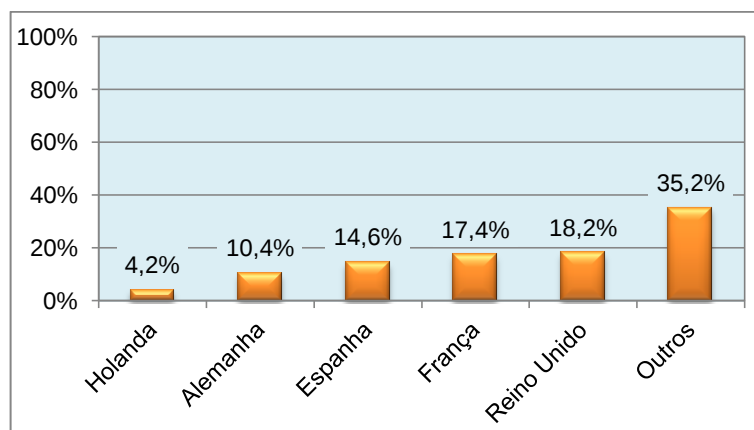
Gráfico 12: Passageiros movimentados em *low cost* no aeroporto de destino, 2010.



Fonte: Adaptado de Impactur (2011).

Apesar das circunstâncias vividas nos últimos anos, o saldo da rubrica «Viagens e Turismo» da balança de pagamentos portuguesa foi positivo, apresentando um resultado de 4.648,5 milhões de euros. Desta forma, manifestou-se um excedente das receitas de turismo nacionais em cerca de 7.601,3 milhões de euros, contra 2.952,8 milhões de euros das despesas do turismo.

A partir da observação do Gráfico 13, pode-se verificar que os três principais mercados emissores, que mais gastos efectuaram em Portugal – receitas turísticas – foram, respectivamente, o Reino Unido (18,2%), a França (17,4%) e a Espanha (14,6%). No entanto, assistiu-se a um decréscimo dos gastos realizados por todos os países apresentados, com excepção da Holanda (0,1%).

Gráfico 13: Receitas do turismo por país emissor (%), 2010.

Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2011).

De acordo com os dados mais recentes do Turismo de Portugal, as dormidas nos estabelecimentos hoteleiros nacionais, em 2011, acresceram 5,9% relativamente a 2010. Do total de dormidas efectuadas, aproximadamente 66% foram realizadas por estrangeiros e 34% por portugueses, permanecendo o turismo internacional como o principal impulsor do turismo do país. Porém, as dormidas dos nacionais apresentaram um declínio de 1,9%, enquanto as dormidas dos estrangeiros aumentaram 10,4%, comparativamente com o ano de 2010 (Quadro 9).

Quadro 9: Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros.

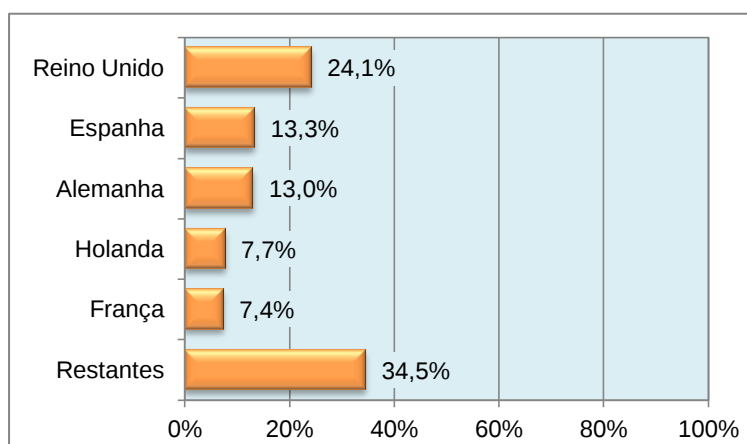
	Var. 10/11	2011
Dormidas	5,9%	100%
Dormidas de Portugal	-1,9%	34,1%
Dormidas do estrangeiro	10,4%	65,9%
Hóspedes	3,8%	100%
Hóspedes de Portugal	-1,2%	47,1%
Hóspedes do estrangeiro	8,8%	52,9%

Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2012).

Observando o Quadro 9, pode-se verificar que o número de hóspedes cresceu 3,8% em 2011, sendo que existiu, igualmente, uma diminuição dos hóspedes portugueses em cerca de 1,2% e, ainda, um incremento de 8,8% do número de hóspedes estrangeiros. Deste modo, os hóspedes internacionais representaram mais de metade do total de hóspedes (52,9%), enquanto os hóspedes residentes em Portugal caracterizaram, no período em questão, apenas 47,1% o que, mais uma vez, vem reforçar a grande importância do turismo internacional para o turismo nacional.

No referente às dormidas do estrangeiro nos estabelecimentos hoteleiros portugueses, constata-se no Gráfico 14, que os principais países emissores, em 2011, foram o Reino Unido, a Espanha e a Alemanha. Comparativamente com o ano de 2010, comprova-se que houve um aumento das dormidas do Reino Unido (0,8%) e da França (0,5%) e, ainda, uma diminuição das dormidas da Holanda (0,1%), da Espanha (0,6%) e da Alemanha (0,9%).

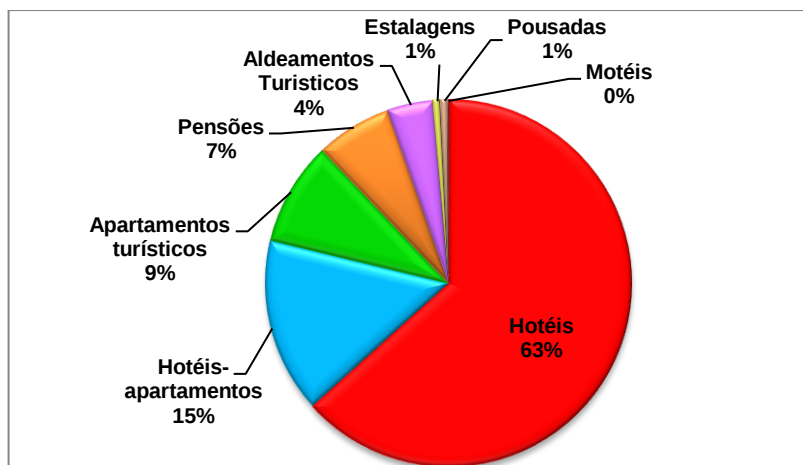
Gráfico 14: Dormidas do estrangeiro nos estabelecimentos hoteleiros por país de residência habitual, 2011.



Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2012).

Segundo os dados publicados pela Impactur (2012), no conjunto dos três últimos meses de 2011 com dados disponíveis – Setembro, Outubro e Novembro –, os tipos de estabelecimentos hoteleiros que mais dormidas auferiram foram, mais uma vez os hotéis (63%), os hotéis-apartamentos (15%), os apartamentos turísticos (9%) e as pensões (7%) (Gráfico 15).

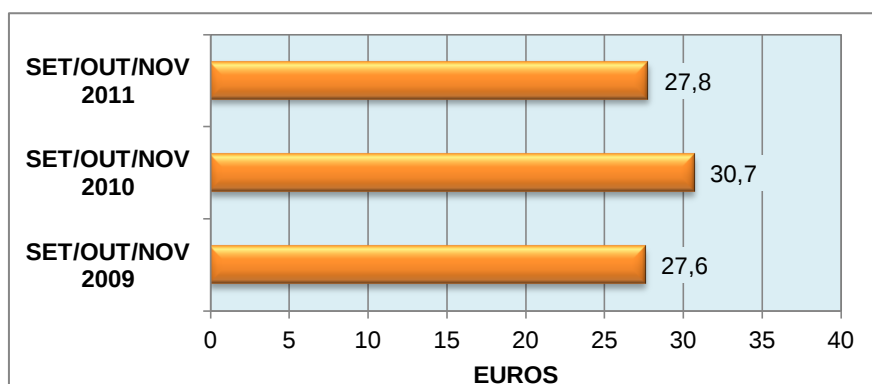
Gráfico 15: Dormidas por tipo de estabelecimento hoteleiro, SET/OUT/NOV 2011.



Fonte: Adaptado de Impactur (2012).

No Gráfico 16 pode-se aferir que a média diária do RevPAR, nos meses de Setembro, Outubro e Novembro de 2011, foi 27,8€, ou seja, menos cerca de 3€ que a média diária do mesmo período do ano de 2010. A conjuntura económica e política vivida no país agravou-se em 2011, em consequência do pedido de ajuda do país ao FMI (Fundo Monetário Internacional), o que pode ter constituído um dos motivos pelos quais o RevPAR sofreu uma quebra neste último ano.

Gráfico 16: RevPAR 2011, média diária SET/OUT/NOV (valores homólogos).



Fonte: Adaptado de Impactur (2012).

Relativamente aos movimentos aéreos dos aeroportos portugueses, verificou-se um aumento de 8,6%, em 2011, em comparação com o ano anterior de 2010. Do total de passageiros desembarcados nos aeroportos nacionais, aproximadamente, 57% advieram de

voos internacionais clássicos ou regulares, 37% de voos internacionais *low cost* e, 7% de voos internacionais *charter* ou não regulares. Mais uma vez, a redução do número de passageiros desembarcados procedentes de voos *charter* foi bem perceptível (-10,6%) e, em contrapartida, a afluência de voos regulares acresceu 16,4% no ano de 2011 (Quadro 10).

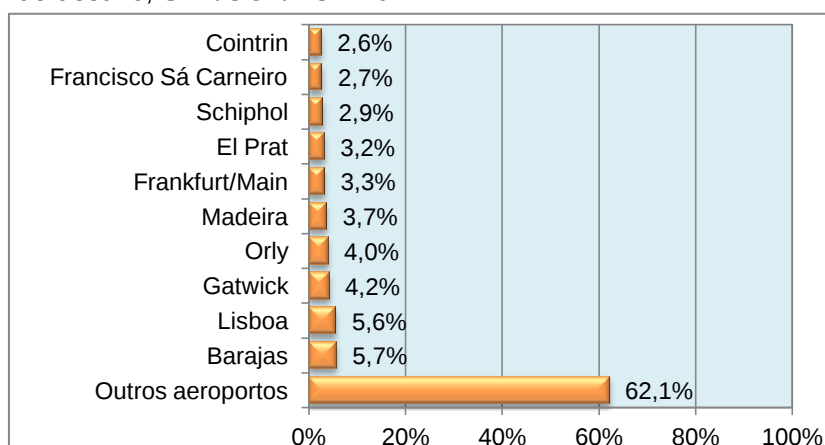
Quadro 10: Movimentos aéreos nos aeroportos nacionais, variação 2010/2011.

	Var. 10/11	2011
Movimentos aéreos	8,6%	100%
Voos internacionais clássicos	16,4%	56,9%
Voos internacionais <i>low cost</i>	1,8%	36,6%
Voos internacionais <i>charter</i>	-10,6%	6,5%

Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2012).

De acordo com o relatório do trimestre flutuante de Setembro, Outubro e Novembro de 2011, divulgado pela Impactur, os aeroportos de destino que congregaram um maior número de passageiros movimentados em voos *low cost* foram, respectivamente, o de Barajas, de Lisboa, de Gatwick, de Orly e de Madeira (Gráfico 17).

Gráfico 17: Passageiros movimentados em *low cost* no aeroporto de destino, SET/OUT/NOV 2011.

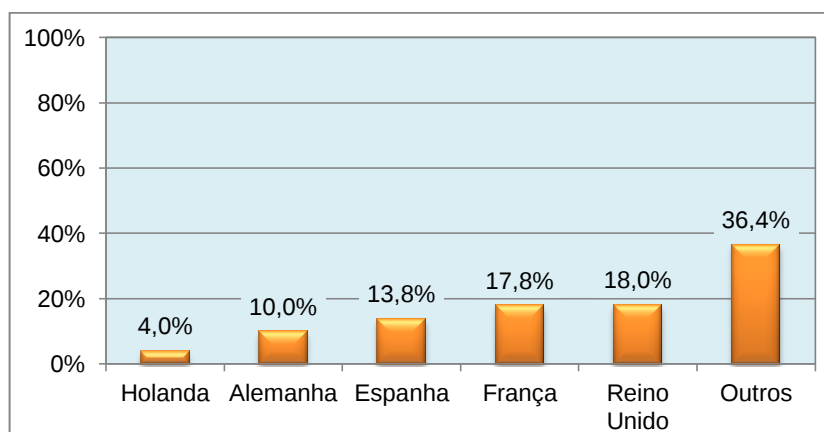


Fonte: Adaptado de Impactur (2012).

Apesar das conjunturas económicas e políticas a que se assistiu em 2011, o saldo da rubrica “Viagens e Turismo” da balança de pagamentos portuguesa foi, mais uma vez, positivo, apresentando um resultado de 5.172 milhões de euros.

Desta forma, através da análise do Gráfico 18, verifica-se que os países que contribuíram para que o saldo da balança de pagamentos nacional fosse positivo, isto é, que concorreram para as receitas turísticas do país foram, por ordem de importância, o Reino Unido (18,0%), a França (17,8%) e a Espanha (13,8%).

Gráfico 18: Receitas do turismo por país emissor (%), 2011.



Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2012).

CAPÍTULO II – O ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO TURISMO DE NATUREZA/ECOTURISMO

1. QUADROS LEGAIS

A crescente importância que se tem vindo a dar aos valores naturais, paisagísticos e culturais fez com que a procura pelas Áreas Protegidas aumentasse, nomeadamente a nível de actividades de recreio e lazer, bem como de contacto directo com a natureza e com as culturas locais. Desta forma, torna-se pertinente conhecer um pouco daquilo que são os quadros legais do Turismo de Natureza em Portugal.

1.1. LEGISLAÇÃO FUNDAMENTAL

O Turismo de Natureza mediante a extrema relevância que detém no mundo moderno e na conservação do ambiente e da biodiversidade merece a implementação de uma legislação apropriada, para a protecção e cumprimento dos seus fins.

O Decreto-Lei n.º 39/2008 vem deste modo, definir o novo conceito de Turismo de Natureza, que passa a ser alargado a todas as áreas do território nacional de interesse natural, além da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP). Desta forma, o conceito de turismo de natureza foi alterado assim como a entidade que tutela a área – o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) –, face ao Decreto-Lei n.º 135/2012 de 29 de Junho e à legislação posterior, que altera e estabelece o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), extinguindo o ICNB.

Deste modo, é aprovada pela Constituição da República Portuguesa, em 2005 – Sétima Revisão Constitucional –, a Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto, que declara que o Estado tem como um dos seus principais deveres – alínea d) do artigo 9º – “proteger e valorizar o património cultural português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar o correcto ordenamento do território”. Além disso, para corroborar o que foi dito anteriormente, o artigo 66º afirma que “todos têm direito a um ambiente de vida humano sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”, esclarecendo que o ambiente e a qualidade de vida constituem não só um direito, mas fundamentalmente, um dever de todos.

Em prosseguimento da lei anterior surge a Lei de Bases do Ambiente – lei n.º 11/87, de 7 de Abril, da Assembleia da República – que vem “definir as bases da política de ambiente em cumprimento do disposto nos artigos 9º e 66º da Constituição da República.

Esta lei pretende “assegurar a defesa da qualidade apropriada dos componentes ambientais naturais”, ou seja, do ar, da luz, da água, do solo vivo, do subsolo, da flora e da fauna.

Posteriormente, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/95 aprova o Plano Nacional da Política do Ambiente.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de Agosto vem determinar a criação do Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), que “prevê a prática integrada de actividades de animação ambiental, aplicável na Rede Nacional de Áreas Protegidas”. No ano seguinte, o Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de Março, estabelece o regime jurídico do Turismo de Natureza.

Por sua vez, o Decreto Regulamentar n.º 18/99, de 27 de Agosto, posteriormente alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 17/2003, de 10 de Outubro, deu origem ao Programa de Desporto de Natureza em Áreas Protegidas e veio regulamentar “a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza” nas zonas supra citadas. Além disso, regulariza “o processo de licenciamento das iniciativas e projectos de actividades, serviços e instalações de animação ambiental”.

Mais tarde, é adoptada a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade pela ordem jurídica portuguesa através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Outubro; e, em 2007, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007 aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – 2015 (ENDS) e o correspondente Plano de Implementação, abrangendo os indicadores de monitorização (PIENDS).

1.2. REDE NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS

O turismo de natureza e o ecoturismo constituem um produto turístico que integra serviços e actividades que são maioritariamente prestados em territórios naturais integrados na RNAP. Os territórios que constituem as Áreas Protegidas (AP) são, habitualmente, locais onde prevalece uma herança biológica de valor incalculável, nos quais subsiste igualmente, um conjunto ecológico e cultural com um grande nível de vulnerabilidade, fruto da relação existente entre o Homem e a natureza (Nunes, 2010). As AP são fracções do território nacional que pelas suas particularidades, sobretudo no domínio do património natural, estão providas de um regime de protecção específico, cujo propósito visa precisamente a preservação da biodiversidade, dos ecossistemas, da herança geológica, bem como a valorização da paisagem.

Segundo o ICNF, as AP podem ser subdivididas em cinco tipos, sendo eles: Parque Nacional, Parque Natural, Reserva Natural, Paisagem Protegida e Monumento Natural. As tipologias acima referidas podem ser adoptadas por qualquer AP de âmbito regional ou local, exceptuando o «Parque Nacional», desde que sejam acompanhadas da designação «regional» ou «local», segundo o caso – «regional» quando se trate de mais do que um município e «local» quando seja somente uma autarquia.

Deste modo, compete ao Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho, o processo de criação das AP, podendo a classificação das AP de âmbito nacional ser proposta pela autoridade nacional – ICNF – ou por quaisquer entidades públicas ou privadas. A avaliação técnica das mesmas pertence ao ICNF, sendo a sua classificação determinada pela tutela.

Por outro lado, a classificação das AP pode ser feita por municípios ou associações de municípios quando se tratem de AP de âmbito regional ou local, desde que observem as condições e os termos previstos no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho.

Além disso, o mesmo Decreto-Lei prevê ainda a oportunidade de criação de Áreas Protegidas de estatuto privado (APP), a pedido do respectivo proprietário.

1.3. PROTECÇÃO DAS ESPÉCIES

No que respeita à fauna e flora, foram promulgados alguns decretos-lei que, visam a protecção das espécies faunísticas e florísticas, não só a nível nacional, como também, europeu e, cuja importância tem sido destacada pelo ICNF.

Neste contexto, o Decreto-Lei n.º 316/89, de 22 de Setembro, regula a aplicação da convenção relativa à conservação da vida selvagem e dos habitats naturais na Europa – Convenção de Berna, 1979. Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro, controla a inserção de espécies não autóctones da flora e da fauna na natureza.

Simultaneamente, foram criadas algumas leis e decretos-lei para a protecção de fauna e flora indígenas de Portugal e da Península Ibérica, de entre os quais se destacam a Lei n.º 90/88, de 13 de Agosto, que se destina à defesa do lobo ibérico e, que se encontra estatuída no Decreto-Lei n.º 139/90, de 27 de Abril; o Decreto-Lei n.º 423/89, de 4 de Dezembro, que estabelece o regime de protecção do azevinho espontâneo; e, ainda, o Decreto-lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, que determina as medidas de defesa a serem aplicadas ao sobreiro e à azinheira, espécies autóctones do país.

A par com os decretos-lei acima referidos, a publicação de certos despachos – Despacho n.º 12697/2008 e Despacho n.º 21997/2009 – também se revela essencial para o assunto em questão, na medida em que se tratam de resoluções que visam, igualmente, a definição de Planos de Acção para a salvaguarda e monitorização de espécies endémicas

nacionais, algumas delas criticamente ameaçadas a nível mundial, nomeadamente o lince-ibérico e os roazes do Estuário do Sado.

1.4. IMPACTES AMBIENTAIS

Os impactes ambientais é outro tema que merece a atenção dos organismos jurídicos, na medida em que, devem ser controlados e, sobretudo, evitados, de modo a que a natureza possa continuar a ser preservada e desfrutada por todas as gerações presentes e vindouras, contribuindo desta forma, para a salvaguarda da saúde pública.

Por conseguinte, a avaliação do impacte ambiental é um instrumento preventivo essencial da política do ambiente e do ordenamento do território e, como tal, encontra-se declarado na Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87, de 7 de Abril).

O Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território estatui, neste âmbito, o Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio – alterado pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro –, que aprova o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projectos públicos e privados capazes de produzir consequências significativas no ambiente, constituindo uma ferramenta básica da política de desenvolvimento sustentável.

2. CONTEXTOS E PRÁTICAS DO TURISMO DE NATUREZA

2.1. CONCEITUALIZAÇÃO DO TURISMO DE NATUREZA

O aumento progressivo dos fluxos turísticos e, consequentemente, da sazonalidade da procura turística são problemas que têm vindo a fomentar a saturação dos territórios e a diminuir a qualidade do produto turístico. O interesse crescente pelos espaços naturais, pelas preocupações com as questões ambientais, bem como, a maior propensão para o consumo de produtos ligados à natureza, ao desporto e à cultura, foram fundamentos básicos para o aparecimento do turismo de natureza e, consequentemente, do Ecoturismo (Nunes, 2010).

As motivações que levam as pessoas a interpretar e compreender o motivo da conservação dos valores da natureza e da biodiversidade, a praticar desportos e actividades de ar livre, como forma de contactar directamente com os elementos naturais, a experimentar e a valorizar as culturas locais, a sua gastronomia, artesanato, festas e costumes, constituem a base para o desenvolvimento do turismo de natureza (Burnay, 2006).

Adoptando como modelo a explicação avançada por Ceballos-Lascuráin, 1992 (citado por Rodrigues, 2002), o turismo de natureza ou turismo ecológico ou ecoturismo pode ser definido como um tipo de turismo que se desenvolve em áreas naturais relativamente intocadas e tranquilas, com o objectivo específico de estudar, admirar e desfrutar da paisagem, das suas plantas e animais selvagens, bem como, de qualquer manifestação cultural do passado e do presente existente nos locais em questão. Desta forma, o turismo de natureza é um produto que relaciona simultaneamente lazer, ambiente e turismo.

Ao longo dos anos, foram diversas as expressões atribuídas ao turismo de natureza pelos diferentes autores. Em 1984, Lucas (citado por Valentine, 1992) definiu o turismo de natureza como um estilo de turismo que se baseia na contemplação de áreas naturais e na observação da natureza, reforçando ainda que se trata de um tipo de turismo com um baixo impacto a nível ambiental e que contribui social e economicamente para o país ou região. Laarman e Durst (1987, citado por Rodrigues, 2002), por outro lado, empregaram o termo ‘viagem de natureza’ ou, por vezes, ‘turismo orientado para a natureza’ para descrever um tipo de turismo que “combina educação, recreação e, muitas vezes, aventura numa base comum: na natureza”. Verifica-se, então, que apesar de cada autor estar tendente a desenvolver o seu próprio conceito, as concepções de cada um são, ainda assim, próximas das restantes definições.

De acordo com Rodrigues (2002), através de uma leitura atenta dos estudos que se têm vindo a realizar sobre este tema, pode-se verificar que a maioria dos autores convergiu para o mesmo tipo de ideias. Deste modo, é possível identificar dois pontos comuns na grande parte das designações: a ocupação física e fruição do espaço natural e o facto de integrar actividades associadas ao conceito de lazer, recreação e de férias activas.

Além disso, o turismo de natureza integra dois mercados diferentes, sendo um de natureza *soft* e outro de natureza *hard*. No primeiro, as experiências apoiam-se na prática de actividades ao ar livre de baixa intensidade, tais como passeios, excursões, percursos pedestres, entre outras, e representa, aproximadamente, 80% do total das viagens de natureza. No segundo, as experiências relacionam-se com a prática de desportos de natureza e/ou actividades que exigem um elevado grau de concentração ou de conhecimento, como é o caso do *birdwatching*, representando cerca de 20% do total de viagens de natureza (Associação Empresarial de Portugal [AEP], 2008).

O turismo de natureza, assumindo-se como uma forma de oposição ao domínio do turismo de massas – turismo convencional –, tem como propósito básico garantir a

preservação da natureza e o respeito pelo ambiente, assentando, por conseguinte, nas seguintes características e objectivos:

Quadro 11: Características e objectivos do turismo de natureza.

Características	Objectivos
a) Desenvolve-se em zonas rurais e naturais fora dos grandes centros urbanos; em muitos casos desenvolve-se em espaços naturais protegidos, como seja em parques nacionais e naturais, constituindo a manifestação mais emblemática do turismo de natureza; b) Ajuda a desenvolver as precárias economias rurais, especialmente em zonas de montanha; c) A oferta turística é de baixo impacto ambiental, muito cuidadosa com a natureza e com a população local; d) A oferta turística tende para a dispersão, isto é, os equipamentos turísticos não se concentram todos no mesmo local; e) O ecoturismo é um tipo de turismo activo que procura descobrir a realidade envolvente, tanto a cultural como a natural; é comum a promoção de actividades lúdico-desportivas e educativo-culturais, sendo que as primeiras são as que mais se notam; f) O ecoturismo é um segmento turístico relativamente recente e, em parte, é promovido e regulamentado pela política de parques nacionais e parques naturais.	a) Facilitar o uso público do espaço natural, tendo-se em conta que as actividades recreativas realizadas devem ser compatíveis com a conservação dos valores naturais e culturais do espaço; em caso de conflito, deve prevalecer a conservação sobre o uso público; b) Proporcionar o conhecimento dos recursos da área; a capacidade de satisfação e desfrute da visita aumenta consideravelmente quando se entende e valoriza o meio ambiente em que nos encontramos; c) Gerar impactes positivos para a conservação e protecção do meio ambiente. Nota: Para além destes objectivos gerais, cada espaço natural, segundo as suas peculiaridades, tende a estabelecer os seus próprios objectivos específicos.

Fonte: Adaptado de Nunes (2010) e Rodrigues (2002).

2.2. TURISMO DE NATUREZA EM PORTUGAL

Embora Portugal encerre um abundante património natural, o que faz do turismo de natureza um dos 10 produtos turísticos estratégicos que já o anterior Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) abrangia, no qual se encontra inserido o ecoturismo, demonstra a relevância deste produto no território nacional. Contudo, e apesar dessas características, as empresas do sector ainda se debatem com a necessidade de quadros especializados.

Além disso, a existência de dados quantitativos respeitantes às actividades de turismo de natureza e de ecoturismo em Portugal é praticamente nula. As poucas informações disponíveis são as reveladas pelo ICNF e pelos serviços dos Parques e das AP que, infelizmente, não se encontram detalhadas o suficiente para desenvolver um estudo mais aprofundado sobre o assunto. Deste modo, as únicas informações estatísticas existentes dizem respeito ao número de visitantes que usufruíram de visitas guiadas nas AP, nos últimos anos, tendo-se assistido em 2011 a um total de 24.627 deste tipo de visitas, menos 1.049 que no ano de 2010.

Por conseguinte, através da análise dos números referidos, pode-se deduzir que a procura por este tipo de turismo é representativa, não podendo descurar o facto de não estarem contabilizados todos os turistas que simplesmente visitam as áreas naturais protegidas, bem como, todos os espaços naturais que estão aptos à prática do turismo de natureza e do ecoturismo, mas que não possuem legislação específica ou não se encontram abrangidos na rede nacional de AP.

Estas situações, entre outras, fazem reconsiderar se a ocorrência do turismo de natureza e do ecoturismo não deveria transpor a barreira das AP e abarcar toda a Rede Natura 2000, bem como, outros territórios naturais que as autarquias elegessem, em sede de ordenamento, como vocacionadas para o turismo de natureza ou ecoturismo, apostando na aplicação dos critérios do turismo sustentável (Burnay, 2006).

Apesar dos constrangimentos relativos ao estudo do turismo de natureza em Portugal, depreende-se que o país conta com os factores básicos essenciais para que este produto possa ser desenvolvido com sucesso no mercado. O facto de Portugal integrar uma vasta rede de espaços naturais protegidos e não protegidos, bem como, uma ampla diversidade de recursos naturais – ecossistemas, fauna e flora – faz com que a riqueza natural do património nacional possa vir a ser susceptível de um maior interesse, não só nacional, mas também internacional, a nível de turismo de natureza e, fundamentalmente, de ecoturismo. À parte dos recursos naturais, no geral, o território nacional conta igualmente com boas acessibilidades e garante a conservação e limpeza das zonas envolventes.

No entanto, as poucas informações disponíveis relativamente a esta dimensão, desenvolvidas no antigo PENT, revelam que as AP nacionais encontram-se pouco preparadas e adequadas para o seu aproveitamento turístico. A maioria dos parques nacionais é deficitária em termos de infra-estruturas e serviços, recursos humanos especializados, não possuindo uma gestão turística dos espaços naturais, já para não falar da inadequação da legislação que regula a utilização turística dos espaços protegidos.

Desta forma, como explicita Burnay (2006), no turismo de natureza torna-se imprescindível a conformidade da certificação e da regulamentação do produto, visto que estas são ferramentas essenciais para consolidar esta oferta no mercado. A sua existência permite não só enaltecer os profissionais que a desenvolvem, mas também garantir aos turistas a qualidade do produto e dos locais que procuram, tanto a nível ambiental como cultural.

2.3. PROGRAMA NACIONAL DE TURISMO DE NATUREZA

2.3.1. CARACTERIZAÇÃO CONTEXTUAL

O PNTN tem como principal objectivo a instituição de medidas concretas para o desenvolvimento sustentável das áreas protegidas, de entre as quais se destacam o apoio a práticas turísticas de recreio e lazer não prejudiciais à natureza e o enquadramento legal para a utilização turística de casas tradicionais recuperadas que ainda não se encontravam previstas na legislação (Ante Mare, 2005). De acordo com Nunes (2010), a criação do PNTN vem, desta forma, promover e assegurar os valores e as potencialidades dos espaços abrangidos pela RNAP, ou mais concretamente do património natural nacional, criando um produto turístico sustentável – o ‘Turismo de Natureza’ –, inteiramente divergente dos restantes produtos turísticos, com os quais todavia, deverá constituir as convenientes sinergias.

Deste modo, o turismo que assume este tipo de características desenvolve-se de acordo com diversas formas de alojamento, de actividades e de serviços de animação ambiental, que possibilitam a observação e o usufruto do património natural, arquitectónico, paisagístico e cultural (Rodrigues, 2002).

A nível nacional, atribui-se singularidade às AP, no que respeita ao património natural e cultural, devendo estar visivelmente orientadas para actividades de lazer que se encontrem ligadas à proximidade com o meio natural e com as culturas locais.

Segundo esclarece a Ante Mare (2005), para que as actividades inerentes ao produto Turismo de Natureza possam ser reguladas de forma ambiental, social, cultural e economicamente sustentável, na RNAP, foram propostos os seguintes objectivos:

- Sensibilização da actividade turística, das comunidades locais e de outras organizações interessadas;
- Promoção da criação de infra-estruturas adequadas;
- Criação de legislação específica, que assente especialmente na conservação da natureza, no desenvolvimento local, na qualificação da oferta turística e na diversificação da actividade turística.

2.3.2. DESPORTOS DE NATUREZA

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de Março, designam-se por desportos de natureza “todas as modalidades

que sejam praticadas em contacto directo com a natureza e que, pelas suas características, possam ser praticadas de forma não nociva para a conservação da natureza” (citado em Nunes, 2010). Deste modo, verifica-se que os desportos de natureza são todos aqueles cuja prática aproxima o homem do meio natural de uma forma saudável e, ainda, que concorram para a gestão das áreas protegidas, ajustando-se a uma política de desenvolvimento sustentável (Ante Mare, 2005).

A emergência do desporto de natureza surge como resposta às novas aspirações em matéria de turismo e de recreio, constituindo, possivelmente, um dos fenómenos mais simbólicos dos novos conceitos de lazer e, igualmente, das novas formas de praticar desporto ou fazer turismo (Nunes, 2010). Por conseguinte, são diversas as motivações que podem ser associadas ao desporto de natureza, entre as quais Barbosa & Rego (1999) destacam a “necessidade de evasão do quotidiano urbano, a importância conferida ao desporto informal, o gosto pelo contacto com a natureza e o desafio que constituem alguns desportos chamados de aventura” (citado por Rodrigues, 2002).

De acordo com Burnay (2006), “ o Turismo de Natureza extrapolou a fronteira dos limites das áreas protegidas, tendo-se alargado a todo o território nacional, no que respeita, essencialmente, à prática de actividades relacionadas com o desporto de natureza”, tendo desenvolvido particularmente, a vertente de animação ambiental, mais especificamente, a variante de desporto de natureza.

Com enquadramento nas modalidades consignadas no PNTN, as actividades, serviços e instalações do desporto de natureza devem perfazer os seguintes requisitos específicos (DR N.º 18/99, de 27 de Agosto):

- Respeitar o quadro legal próprio de cada actividade ou sector;
- Respeitar os locais indicados para a prática de cada modalidade desportiva;
- Respeitar os acessos e trilhos delimitados, bem como os locais de estacionamento e de acampamento;
- Respeitar as limitações estabelecidas quanto aos locais, ao número de praticantes e à época do ano;
- Acondicionar e prover de forma apropriada os locais com equipamentos de qualidade e segurança imprescindíveis à prática de cada modalidade;
- Dotar os locais com sinalização e informação sobre as condições de utilização dos mesmos e recomendações para a prática de cada modalidade;
- Garantir a manutenção dos equipamentos, sinalização, acessos, estacionamento e locais de pernoita, bem como a qualidade ambiental de cada local e respectiva área envolvente;

- Respeitar as regras e orientações estabelecidas no código de conduta.

Por conseguinte, a legislação menciona algumas actividades, serviços e instalações de desporto de natureza, que podem ser sintetizadas em: desportos terrestres, desportos aéreos e desportos aquáticos, bem como, quaisquer outras actividades não motorizadas ou de carácter não nocivo para a natureza (Ante Mare, 2005).

Os desportos terrestres pressupõem o contacto directo com o meio terrestre, tanto à superfície como a nível subterrâneo, nomeadamente em grutas e cavernas, podendo incluir actividades de inverno, na medida em que se realizam na superfície terrestre coberta de neve ou de gelo. De entre os desportos terrestres os mais comuns são o pedestrianismo, o montanhismo, o alpinismo, o *snowboard*, o *slide*, o *rapel*, a escalada, a orientação, a Bicicleta Todo o Terreno (BTT), o hipismo e a espeleologia. Quanto aos desportos do ar, tal como o nome indica, desenvolvem-se no meio aéreo, sendo também designados por actividades de ‘voo livre’, por não requererem motores para a sua propulsão. A asa delta, o parapente, o pára-quedismo, a queda livre e o balonismo são os mais vulgares. Por fim, no que respeita aos desportos aquáticos, os mais frequentes são a vela, o mergulho, a canoagem, o *windsurf*, o *surf*, o *bodyboard*, o remo, o *canoying*, o *kyte surf*, o *hidrospeed* e, o *rafting*. São desportos que se desenvolvem através do contacto directo com o meio aquático, como o mar, os rios ou as lagoas, e que incluem actividades praticadas tanto na superfície da água como em profundidade (Ante Mare, 2005).

3. TURISMO DE NATUREZA E ECOTURISMO

Segundo a OMT (2002), o termo ‘ecoturismo’, criado por Hector Ceballos-Lascurain em 1983, foi utilizado primeiramente para descrever as viagens de natureza efectuadas a regiões relativamente preservadas com um fim essencialmente educativo.

Em 1987, o mesmo autor iguala o termo ‘ecoturismo’ ao ‘turismo de natureza’ ou ao ‘turismo ecológico’, avançando com uma explicação do conceito, posteriormente muito reconhecida a nível mundial, que se apresenta de seguida: “uma viagem a áreas naturais relativamente sem distúrbios ou contaminação, com o objectivo específico de estudar, admirar e desfrutar o panorama junto à fauna e à flora silvestres, assim como qualquer manifestação cultural passada ou presente que aí se encontre” (citado por Rodrigues, 2004).

Deste modo, constata-se que o termo a ser primeiramente utilizado para descrever este tipo de turismo ligado à natureza foi o ‘ecoturismo’, associado ao turismo de natureza e, apenas posteriormente, começaram a avançar com designações diferentes tanto para o ecoturismo como para o turismo de natureza.

O ecoturismo precede o turismo de natureza, na medida em que antecede a existência de qualquer regulamentação ou legislação e, imposição à liberdade de movimento do Homem. Desde o início dos tempos, que as pessoas praticam o ecoturismo, mesmo quando o termo era ainda desconhecido, visitando áreas naturais protegidas e não classificadas com o intuito de as descobrir, estudar e contemplar, não só a sua envolvente, mas também os seus recursos naturais e culturais.

Verifica-se então, que o turismo de natureza se inspirou no ecoturismo, dando origem às leis e normas que regulam, actualmente, todas as formas do turismo dito alternativo, onde se insere o ecoturismo, o turismo de natureza, o turismo activo, o turismo aventura, o turismo cultural e, por aí adiante. Contudo, inversamente ao ecoturismo, estes tipos de turismo não requerem uma componente de aprendizagem e conhecimento, nem ambicionam ser sustentáveis.

O turismo de natureza veio assim, concretizar e agrupar, num pacote legislativo, um conjunto de acções isoladas que, de forma inicial, começavam a surgir no domínio do aproveitamento dos recursos naturais, culturais, gastronómicos, entre outros, com fins turísticos. Veio, igualmente, tentar alcançar uma resposta a uma procura cada vez mais crescente por espaços naturais, por lugares com paisagens fabulosas e por sítios diferentes, onde é possível passar férias e tempos livres de uma forma única (Burnay, 2006).

CAPÍTULO III – O ECOTURISMO COMO VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO

1. ECOTURISMO

1.1. DEFINIÇÕES E OBJECTIVOS

A crescente procura de turismo torna obrigatório a adopção de medidas de organização e de controlo da actividade nas zonas turísticas receptoras, de modo a maximizar as suas vantagens e, ao mesmo tempo, a minimizar os impactos negativos que a actividade normalmente provoca no destino. Por este motivo, existe cada vez mais uma maior preocupação, por parte de estudiosos de todo o mundo, em divulgar a importância da preservação do ambiente e do planeamento turístico.

O correcto desenvolvimento e planeamento do turismo pode contribuir para o desenvolvimento económico do destino, bem como da população local, na medida em que cria oportunidades de emprego e de diversificação dos seus produtos, e ainda coopera na conservação e valorização ambiental, cultural e do património histórico (World Wildlife Fund [WWF], 2003). Desta forma, o ‘ecoturismo’ tem sido, nos últimos anos, o tipo de turismo que mais cresceu em todo o mundo, isto porque, o número de ecoturistas que visitam áreas naturais, principalmente reservas naturais protegidas, aumentou exponencialmente.

O ecoturismo é uma área da actividade turística que tem vindo a ganhar grande relevância e a crescer muito rapidamente no mundo actual, sendo frequentemente apontado como a solução para os problemas do ambiente e do turismo tradicional.

O ecoturismo trata-se, assim, de um conceito relativamente recente, ambíguo e cuja utilização ainda não é consensual.

Segundo Pires (2002), o termo foi estabelecido pela primeira vez na década de 80, quando alguns jovens turistas, oriundos de países desenvolvidos, viajavam para regiões remotas, dispensando qualquer conforto, pretendendo, simplesmente, a aventura, ou seja, procurando o bem-estar (citado por Santos, Neto, & Krom, 2006). Desde aí, diversos foram os autores que tentaram esclarecer o significado do conceito, embora muitas vezes, sem qualquer sucesso, pois muitas dessas definições acabaram por tornar a sua interpretação ainda mais complexa e imprecisa. Todavia, neste trabalho, serão apresentados alguns autores, bem como organizações, que ganharam algum reconhecimento ao longo dos anos e, que conseguiram de uma forma mais ou menos sucinta, tornar este conceito compreensível.

As primeiras preocupações com o ecoturismo surgiram no final da década de 80, quando representantes do movimento ambientalista e diversas áreas do *trade*, que actuavam com produtos que tinham maior ênfase nos atractivos naturais preservados, começaram a debater conceitos, critérios, princípios e directrizes para este tipo de turismo (Ferreira, 2003).

Relativamente às organizações, a primeira definição a ser aceite a um nível mais amplo e que continua a ser válida e concisa, foi a proposta pela Sociedade Internacional de Ecoturismo (The International Ecotourism Society [TIES]), em 1990, que define o ecoturismo como uma viagem responsável para áreas naturais que visa a conservação do ambiente e a preservação do bem-estar da população local (citado por Drumm & Moore, 2002; Wood, 2002; Breton, 2004; Dinis, 2005; Burnay, 2006; Koens, Dieperink, & Miranda, 2009; Neves, 2009).

Pouco mais tarde, o Departamento de Turismo da Commonwealth (1994), descreve o Ecoturismo como sendo o “turismo baseado na natureza que envolve educação e interpretação do ambiente natural e é ecologicamente sustentável, envolvendo a comunidade e conservando os recursos” (Neves, 2009). Neste seguimento, a EMBRATUR, em 1994, apontou algumas das razões que deram origem ao termo ecoturismo, sendo estas “a necessidade de fuga ao estilo de vida urbano, a procura de locais mais saudáveis e a consciencialização das pessoas relativamente aos problemas do ambiente” (citado por Mariani, 2006).

Em 1996, a União Internacional para a Conservação da Natureza – The International Union for Conservation of Nature and Natural Resources [IUCN] – adoptou uma definição que veio criar o consenso entre as organizações envolvidas no ecoturismo, que foi a seguinte: “viagem ambientalmente responsável e visita a áreas naturais relativamente intocadas, com o fim de desfrutar e apreciar a natureza, promovendo a conservação e as visitas de baixo impacto e, fomentando o envolvimento socioeconómico activo das populações locais” (citado por Drumm & Moore, 2002; Ormsby & Mannle, 2006).

Por outro lado, a OMT (2002) descreve o ecoturismo como “todas as formas de turismo em que a motivação principal do turista é a observação e apreciação da natureza, de forma a contribuir para a sua preservação e minimizar os impactos negativos no ambiente natural e sociocultural onde se desenvolve”.

No que respeita aos autores, o primeiro a conseguir maior aprovação com a sua descrição de ecoturismo foi Ceballos-Lascurain, em 1987, com a definição apresentada no ponto 2.1. do capítulo anterior.

Para Wallace e Pierce (1996), ecoturismo é “uma viagem a áreas naturais relativamente intocadas para estudo, divertimento ou assistência voluntária. É uma viagem em que existe preocupação com a flora, a fauna, a geologia e os ecossistemas do destino, assim como, com a comunidade local, as suas necessidades, a sua cultura e o seu relacionamento com a terra” (citado por Rodrigues, 2003).

Por outro lado, Ruschmann (1997) define o ecoturismo como “uma viagem realizada por empresas especializadas com o objectivo de proporcionar ao turista o contacto directo com a natureza, respeitando os princípios do desenvolvimento socioeconómico dos destinos, promovendo a educação ambiental e a sustentabilidade dos locais visitados” (citado por Mariani, 2006). Já para Honey (1999), o ecoturismo é “a viagem para áreas geralmente protegidas, frágeis e intocadas, geralmente em pequena escala e que busca causar baixo impacto” (citado por Drumm & Moore, 2002).

Para Coriolano (2000), o ecoturismo trata-se de uma viagem responsável, que busca defender o ambiente, a cultura e a estética dos impactos negativos. “Pode ser um turismo de conflito quando esses objectivos não estão claros. O que se busca é colocar o ecoturismo ao serviço da conservação ambiental, do desenvolvimento, minimizando os custos e maximizando os benefícios” (citado por Filho, 2007). Por conseguinte, este autor afirma que nem sempre o ecoturismo tem impactos positivos na sociedade, ou seja, pode gerar um turismo de conflito, sobretudo quando os desígnios do ecoturismo não são compreendidos.

Nesta medida, Oliveira (2001) define como principais objectivos do ecoturismo a promoção e o desenvolvimento do turismo cultural e ecologicamente sustentável; a promoção e o incentivo aos investimentos para a conservação dos recursos culturais e naturais utilizados; o benefício para as comunidades envolvidas; a orientação de acordo com critérios que visem o mínimo impacto, de forma a ser um instrumento de protecção e conservação ambiental e cultural; e, a educação e a motivação das pessoas através da participação em actividades que demonstrem a importância de áreas natural e culturalmente conservadas (citado por Neves, 2009).

Segundo Wearing e Neil (2001) o conceito de ecoturismo abrange, no mínimo, quatro elementos essenciais: a ideia de movimento e viagem para locais naturais, como unidades de conservação ou áreas em recuperação de degradação; o facto de ocorrer na natureza, para lazer, estudo, voluntariado ou como forma de auxílio à comunidade local; o compromisso de preservação do ambiente, através de programas de conservação; e, finalmente, a responsabilidade de uma função educativa (citado por Pedrini, 2006).

De acordo com uma pesquisa realizada por Fennell, em 2002, grande parte das explicações de ecoturismo têm em comum quatro princípios fundamentais: o interesse pela natureza; a contribuição para a conservação; a assistência em parques e áreas protegidas; e a geração de benefícios para a população local (citado por Ferreira, 2003).

Desta forma, verifica-se que a grande maioria das definições analisadas reforçam a importância da execução de um mínimo impacto possível, dado que o que o ecoturista ambiciona é ser alguém que contribui, de certa forma, para a preservação do ambiente natural e cultural que visita e, não ser responsável pela degradação desse meio. Além disso, existem outros traços comuns que se encontram, implícita ou explicitamente, em todas as definições acima mencionadas, como é o caso da utilização sustentável do meio natural ou cultural, seja ele preservado ou pouco modificado para a realização do ecoturismo e ainda, o estímulo à conservação do mesmo e ao envolvimento das comunidades locais no seu processo de desenvolvimento.

Por conseguinte, se reunirmos todos os pontos comuns das definições analisadas, obteremos uma descrição completa daquilo que deverá ser o ecoturismo. Sendo assim, o ecoturismo pode ser definido como uma viagem para espaços naturais, para lazer, estudo ou voluntariado, que visa o contacto directo com a natureza, a contribuição para a conservação do ambiente natural e cultural, através da sua função educativa e do mínimo impacto e, sobretudo, a criação de benefícios para as populações locais, bem como o seu envolvimento no processo de desenvolvimento local.

De acordo com Honey (1999), o crescimento do Ecoturismo em todo o mundo tem vindo a ser notável, sendo este encarado, cada vez mais, como uma forma de combater os maus hábitos, dando lugar à implementação de boas práticas no turismo. Estas práticas têm vindo a ser uma forma de fomentar a conservação da natureza, de instigar à investigação, de proteger os ecossistemas frágeis, de fortalecer a sensibilidade cultural e ecológica, assim como, de beneficiar a comunidade local, de impulsionar o desenvolvimento dos países mais carenciados e, finalmente, de promover a consciência social na actividade turística, agradando e instruindo os turistas (citado por Dinis, 2005; Neves, 2009).

Por sua vez, Burnay (2006) declara que a partir dos conceitos estabelecidos pelos diversos autores, é possível descrever 4 tipos de viagens que podem ser classificadas 'Ecoturismo' que são: o turismo baseado na natureza; o turismo que apoia a conservação, o turismo que consciencializa o público sobre a importância da natureza; e, por fim, o turismo conduzido de forma sustentável. No fundo, estas designações acabam por ser um sumário de tudo aquilo que já foi aqui descrito, acabando por consolidar os ideais de cada um dos investigadores. Não obstante, note-se que as definições de ecoturismo progrediram de um

turismo mais ligado à natureza para um turismo que evidencia objectivos tanto de conservação como culturais.

Porém, nem sempre o aumento da procura turística constitui um aspecto positivo. Conforme corrobora Butler (1991), “quando um destino se começa a tornar popular, as forças comerciais trabalham no sentido de aumentar o número de visitantes, mudando a natureza dos recursos e alterando o tipo de experiência turística” (citado por Neves, 2009). Quando tal acontece, o turismo passa a ser um fenómeno insustentável, na medida em que está a pôr em causa a sustentabilidade não só dos recursos, mas também da própria comunidade local, ao exceder os limites da capacidade de carga turística de um destino.

A este respeito, a OMT (2001) descreve a capacidade de carga como sendo “o uso máximo que se pode fazer de um destino sem que sejam causados efeitos negativos sobre os recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que sejam produzidos efeitos adversos na sociedade receptora, economia ou cultura local” (citado por Prado, Andrade, & Faccioli, 2004). Como se verifica, este conceito encontra-se ligado tanto às variáveis ecológicas, quanto às questões sociais e culturais.

Consequentemente, quando ocorre, num determinado destino, uma situação de ‘sobrecapacidade’ turística, torna-se imprescindível unir esforços no sentido de combater contra esse estado de insustentabilidade, de forma a tornar esse lugar num destino novamente ‘sadio’ e sustentável. Nesta medida, o Ecoturismo tem sido apontado como uma alternativa ao turismo massificado que envolve duas opções: alterar o tipo de turista e a sua educação e, ao mesmo tempo, contribuir para a conservação dos recursos, igualmente através da instrução de todos os envolvidos no processo. Neste sentido, Lindberg já divulgava, em 1991, que se devia apostar no Ecoturismo, de modo a tirar-se proveito do património e dos recursos naturais existentes e, para isso, seria necessário informar e educar não só os turistas, mas também a população local (citado por Neves, 2009).

Verifica-se então que, de acordo com Wesche (1995), “o verdadeiro ecoturismo promove ética ambiental, experiências efectivas com a natureza e vida selvagem e, benefícios para o meio ambiente, bem como para as comunidades locais. Envolve não somente observação, mas também informação, interacção e participação responsável” (citado por Patacho, 2010).

1.2. PRINCÍPIOS, COMPONENTES E IMPACTOS

O ecoturismo está associado a regiões de elevada sensibilidade ecológica, geralmente AP, onde o turismo contribui, directa ou indirectamente, para a conservação do ambiente e para o bem-estar das comunidades locais. Tal significa que aqueles que

planeiam e participam nas actividades de ecoturismo devem, de acordo com a TIES (1991), seguir determinados princípios (citado por Wood, 2002), que são:

- Minimizar os impactos negativos sobre os recursos naturais e cultura local;
- Educar o turista sobre a importância da conservação, desenvolvendo a consciência e o respeito ambiental e cultural;
- Salientar a importância da empresa responsável que trabalha em conjunto com as autoridades e comunidades locais, no sentido de conhecer as suas necessidades e fornecer benefícios para a conservação;
- Proporcionar receitas directas para a conservação e gestão das áreas naturais e protegidas;
- Apoiar os estudos ambientais e sociais;
- Trabalhar no sentido de maximizar os benefícios económicos para o país de acolhimento e para as empresas e comunidade local, principalmente para a população que viva em áreas naturais ou protegidas, ou nas zonas contíguas a estas;
- Procurar garantir que o desenvolvimento turístico não exceda os limites ambientais e sociais da mudança aceitável;
- Proporcionar experiências positivas aos visitantes e à população local.

De acordo com uma publicação da OMT (2007), para que qualquer iniciativa de ecoturismo consiga alcançar o êxito pretendido deve-se ter em conta as componentes básicas do ecoturismo entre as quais se destaca: a apreciação e conservação das características naturais e dos valores culturais do destino; a contribuição para a protecção da biodiversidade e para o bem-estar da população local; o mínimo uso possível de recursos não renováveis, entre outras (citado por Popesku, 2007).

Relativamente aos impactos positivos e negativos gerados pelo ecoturismo, a sua ocorrência e intensidade dependem, em grande parte, de como a actividade é projectada, executada e supervisionada. Desta forma, para realçar os impactos positivos e atenuar os negativos é necessário que o ecoturismo seja bem planeado e regulamentado, de modo que as acções desenvolvidas pelo sector público e privado estejam sempre sincronizadas, no sentido de atingir o desenvolvimento sustentável.

Consequentemente, de acordo com a OMT (citado por Popesku, 2007), os benefícios que provêm do desenvolvimento do Ecoturismo podem assumir três tipos: económicos, sociais e ambientais (Quadro12).

Quadro 12: Benefícios do ecoturismo.

Benefícios económicos	Benefícios sociais	Benefícios ambientais
- Aumento das receitas turísticas do país, através da procura por parte de ecoturistas nacionais e internacionais. - Criação de empregos para a população local, através da criação de micro e pequenas empresas. - Geração de rendimentos para a comunidade local, em alternativa aos baixos rendimentos agrícolas. - Participação dos empresários locais no ecoturismo (restauração, artesanato, serviços de guia, recreação e lazer). - Imposição de taxas de arrendamento e de concessão que retornam para os residentes locais. - Estabelecimento de preços de entrada nas Reservas Naturais, como fonte de financiamento para a conservação e gestão das AP. - Atração de capital de investimento para o desenvolvimento das infra-estruturas locais.	- Preservação da cultura, das tradições e da sabedoria local. - Elevação da auto-confiança e do orgulho da população local por pertencer à sua comunidade. - Inclusão das mulheres e dos jovens no ecoturismo, o que ajuda a reter a população nessas áreas. - Redução da emigração da população.	- Consciencialização da importância do desenvolvimento sustentável nas AP. - Protecção e conservação do património cultural e natural. - Diminuição do impacto no plano estético e paisagístico.

Fonte: Adaptado de Popesku (2007).

Em síntese, os impactos positivos do ecoturismo encontram-se sobretudo relacionados com a melhoria geral das condições de vida das comunidades locais e com o melhor desenvolvimento das economias locais, regionais e nacionais, bem como, com a protecção e conservação dos recursos naturais e da biodiversidade (Loureiro, 2005).

Por outro lado, a fragilidade dos ecossistemas naturais faz com que a existência de possíveis impactos negativos não seja remota. O facto dos recursos naturais e da biodiversidade serem demasiado delicados pode constituir um risco acrescido, na medida em que não suportam um elevado número de visitantes e, muito menos, o tráfego desmedido de veículos pesados. Além disso, se as infra-estruturas necessárias não estiverem de acordo com as normas pré-estabelecidas, estas podem gerar fortes danos no ambiente, na paisagem e no sistema hídrico, podendo ainda comprometer a conservação dos recursos naturais, da flora e da fauna (Ormsby & Mannle, 2006; Barbosa, 2008). Porém, não só o ambiente merece atenção neste aspecto, mas também a população local, uma vez que os residentes acabam por sofrer, muitas vezes, as consequências da sobrelotação de turistas. Pode observar-se, nalguns casos, a perda da identidade cultural, a mudança dos hábitos e costumes da população e a geração de conflitos entre residentes e visitantes. Finalmente, segundo Middleton e Hawkins (1998), de entre os impactos económicos negativos, que podem ocorrer não só no ecoturismo como noutros segmentos turísticos, destacam-se a inflação dos preços locais – de bens e terrenos –, a distribuição desigual dos rendimentos pela população e o desemprego sazonal (citado por Nogueira, Imbroisi, & Rios, 2008).

Pode-se concluir então que, é imprescindível que todas as normas, programas e projectos de ecoturismo assentem num planeamento e gestão adequados à sua consecução, para que também, as gerações vindouras possam ser beneficiadas..

1.3. PERFIL DO ECOTURISTA

Nos últimos anos, tem-se assistido ao grande crescimento de um tipo de consumidor atento às transformações ambientais que se têm verificado no planeta, ou seja, o ecoturista.

Segundo Orams (2001), o ecoturista pode ser diferenciado do turista vulgar pela sua motivação, interesse, postura e valores (citado por Patacho, 2010). Além disso, os ecoturistas são normalmente pessoas que residem em grandes centros urbanos e que desejam conhecer outras áreas distintas do seu meio habitual, geralmente ambientes naturais preservados (Aoki, 2005). Visitam áreas relativamente intocadas ou pouco desenvolvidas com um espírito de apreciação, participação e sensibilização, sendo motivados sobretudo pela sua história natural e cultural (Hvenegaard, 2002).

O ecoturista é caracterizado por possuir uma grande consciência ambiental, por procurar experiências únicas que conservem os recursos naturais e socioculturais e por desejar integrar-se nas comunidades locais, esperando que as actividades realizadas venham a beneficiar as populações de acolhimento, melhorando o seu bem-estar e qualidade de vida (Ferreira, 2003). Procuram, igualmente, estar informados sobre os destinos que visitam, compreender a natureza e a rotina diária das comunidades anfitriãs, de modo a poderem contribuir para a sua conservação e, preferem conhecer e adquirir produtos típicos da região (Aoki, 2005).

O nível de sensibilidade ambiental que este tipo de consumidores apresenta, deriva da experiência que eles têm ao viver, em grandes aglomerados urbanos, com um elevado grau de poluição e de degradação. Estas pessoas procuram, portanto, reencontrar ambientes saudáveis a nível natural e cultural, onde possam compensar o *stress* vivido no seu quotidiano das grandes cidades (Ferreira, 2003).

Com o intuito de classificar os ecoturistas, Lindberg (1991) enfatiza a importância da dedicação e do tempo como elementos básicos na definição de diferentes tipos de ecoturistas, incluindo as expectativas dos turistas no que respeita ao ecoturismo, o local para onde pretendem viajar, bem como, a forma como o pretendem fazer. Deste modo, os quatro tipos de ecoturistas identificados pelo autor são (citado por Dinis, 2005; Fennell, 2008):

- Núcleo activo de turistas de natureza – *hard-core nature tourists*: compostos por investigadores científicos ou membros de viagens organizadas com o objectivo específico de educar, remover lixo ou outro propósito similar;
- Turistas de natureza dedicados – *dedicated nature tourists*: pessoas que viajam especialmente para contemplar áreas protegidas e que ambicionam compreender a história natural e cultural do local;
- Corrente dominante dos turistas de natureza – *mainstream nature tourists*: pessoas que visitam a Amazónia, o parque dos Gorilas do Ruanda ou outros destinos, particularmente para realizarem uma viagem invulgar;
- Turistas de natureza casuais – *casual nature tourists*: pessoas que ao efectuarem uma viagem mais ampla, acabam por contactar fortuitamente com a natureza.

Já Weaver (2001) considera que os ecoturistas podem ser segmentados numa escala contínua, com uma classificação que varia de muito activo – ‘*harder ecotourist*’ – a liberal – ‘*softer ecotourist*’. O primeiro é caracterizado por uma atitude fortemente biocêntrica, com um alto nível de compromisso com o ambiente e com os princípios da sustentabilidade, preferindo experiências, sempre em contacto com a natureza, que envolvam actividades físicas e desafios. Em contrapartida, o ecoturista ‘*softer*’ é mais antropocêntrico, com um nível de compromisso com o ambiente moderado e, apesar de apreciar as atracções propostas e de pretender ter um maior conhecimento em matéria de sustentabilidade, não se encontra empenhado nas questões ambientais. As actividades desenvolvidas requerem menos aptidão física, sendo que a experiência ecoturística é somente mais uma de várias actividades de uma viagem organizada (citado por Fennel, 2002; Dinis, 2005).

Em síntese, o ecoturista prefere produtos de ecoturismo que fomentem a conservação da natureza, respeita as culturas e tradições locais, instrui as pessoas no sentido de minimizar os impactos ambientais e dá apoio às comunidades locais (Loureiro, 2005).

1.4. TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS DO ECOTURISMO

A nível mundial, o ecoturismo não conta ainda com estimativas muito precisas sobre o mercado que representa e sobre o potencial de crescimento. A declaração, em 2002, do Ano Internacional do Ecoturismo pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi um dos momentos que veio destacar a crescente importância do mercado do ecoturismo (Patacho, 2010). Nesse âmbito, a OMT preparou uma série de relatórios com o objectivo de

dar a conhecer sete países considerados 'mercados emissores de Ecoturismo': Canadá, EUA, Alemanha, Reino Unido, Espanha, França e Itália. Todos estes países em conjunto representam a maior parcela do mercado do ecoturismo mundial (ICN & TT, 2006).

Ainda que o ecoturismo não compita com as modalidades do turismo de massa, é o segmento da actividade turística que mais tem crescido em todo o mundo, nomeadamente nas regiões mais carenciadas e menos activas. Alguns destes casos são os países de África, onde a actividade se concentra na observação dos grandes mamíferos e dos gorilas do Ruanda, protegidos nos parques nacionais, o Caribe – Costa Rica e Belize –, o Nepal, as Ilhas Galápagos, os países do Pacífico, Índico e Atlântico Sul e, até mesmo, as áreas debilitadas do interior dos EUA e da Europa (Spinola, 2005).

De acordo com a OMT, o ecoturismo representa, actualmente, entre 15 a 20% do mercado turístico mundial. A preferência pelas viagens ecológicas e pelo contacto com a natureza tem-se tornado cada vez mais evidente, o que reflecte os cerca de 50 milhões de pessoas em todo o mundo que praticam o ecoturismo. Estima-se que o crescimento anual deste nicho turístico seja de 20% no mundo, constituindo desde já um potencial superior ao do turismo convencional, cujo crescimento é de cerca de 7,5% ao ano (César, Stigliano, Raimundo, & Nucci, 2007).

Actualmente, o mercado do turismo de sol e mar encontra-se já numa fase de maturação e a previsão para o seu crescimento é que se mantenha estagnado. Em contrapartida, o turismo “experencial”, que engloba o ecoturismo, o turismo de natureza, e cultural, bem como, o turismo rural, está entre as actividades que se prevê que mais rapidamente cresçam nos próximos 10 anos (The International Ecotourism Society [TIES], 2006).

Cerca de 10% das viagens realizadas pelos americanos e europeus têm como motivação principal desfrutar da natureza, sendo este o propósito básico de viagem dos turistas que visitam a Costa Rica e o Quénia (César, Stigliano, Raimundo, & Nucci, 2007). Alguns dos principais destinos de ecoturismo a nível mundial são: o Quénia – atracção turística dos animais do Parque Nacional Amboseli; o Ruanda – o Parque Nacional dos Volcans, cuja atracção principal são os gorilas; os EUA – nos parques nacionais e estaduais; a Costa Rica – que constitui um dos principais focos de ecoturismo no mundo; e o Peru.

Como se pode verificar, o ecoturismo trata-se de uma actividade turística que tem um elevado potencial a nível internacional e que deve, por isso, ser apoiada por todos e desenvolvida de forma racional e planeada, tendo em atenção o ambiente e a supressão dos recursos naturais, que são o alicerce básico do ecoturismo.

2. O ECOTURISMO E O TURISMO ALTERNATIVO

2.1. ECOTURISMO E TURISMO SUSTENTÁVEL

Depois dos argumentos e reflexões para o desenvolvimento de formas alternativas de turismo se terem dispersado, surgem novas contrariedades relacionadas com a implementação do turismo sustentável.

Tal como o desenvolvimento sustentável constitui um novo paradigma, o turismo sustentável, dentro da actividade turística, proporciona um modelo ideal para que todo o *trade* do turismo ambicione trabalhar estabelecendo parâmetros que respeitem as limitações impostas pela envolvente natural, socioeconómica e cultural dos locais visitados. Deste modo, pode-se classificar o turismo sustentável como “aquele que atende às necessidades do *trade* e dos turistas actuais, utilizando os recursos naturais e culturais, sem comprometer a possibilidade do usufruto destes mesmos recursos pelas gerações futuras” (Ferreira, 2003).

Em 1999, a OMT (citado por Neves, 2009) descreveu o turismo sustentável como “aquele que se desenvolve de modo a que haja oportunidade de proteger e engrandecer as regiões para o futuro, de acordo com as necessidades dos turistas e das próprias regiões”. Além disso, o turismo sustentável assenta em três pilares básicos que são a sustentabilidade ambiental, económica e sociocultural, de modo a garantir, respectivamente, a preservação do ambiente, a rentabilidade económica e a equidade social entre a comunidade, mantendo e reforçando a sua identidade local. O turismo sustentável remete, desta forma, para um modelo de desenvolvimento e não para um tipo de turismo.

Para Ceballos-Lascurain (1998), o ecoturismo é uma modalidade do turismo sustentável que, por sua vez, se interpõe dentro do limite geral de desenvolvimento sustentável. O autor reporta-se ao ecoturismo como um protótipo de transformação socioeconómica de estruturas, que potencializa os benefícios sociais e económicos do presente, sem comprometer a capacidade das gerações vindouras de satisfazer as suas próprias necessidades (citado por Barbosa, 2008).

Segundo Neves (2009), o ecoturismo é um instrumento não só do turismo, mas também do desenvolvimento sustentável, de onde se pode subentender a existência de um forte vínculo entre o ecoturismo e o turismo sustentável uma vez que, a prática destes produtos determina restrições na utilização dos recursos naturais e reconhece as necessidades da população local. Consequentemente, Partidário (1999) declara que o turismo sustentável e o ecoturismo têm um objectivo em comum, que é induzir o desenvolvimento de práticas sustentáveis num dado destino, que podem ser alcançadas se

existir uma convergência de acções por parte de todos os intervenientes, em todos os níveis de actuação e em todos os segmentos do mercado turístico (citado por Neves, 2009).

Por outro lado, Weaver (2005, citado por Neves, 2009) afirma que o termo turismo sustentável refere-se a um objectivo básico, ou seja, tornar o turismo mais sustentável. Para o autor, “este deve ser utilizado para se referir a um estado de turismo e não a um tipo de turismo”, exemplificando que, o ecoturismo é por vezes empregado como sinónimo de turismo sustentável. Na realidade, o ecoturismo rege-se pelos princípios da sustentabilidade, mas dirige-se a um determinado nicho de mercado. A criação de uma rede global de ecoturismo partilha os princípios do conhecimento, da complexidade e da interdisciplinaridade, dado que o sucesso deste conceito deve-se particularmente ao conhecimento das áreas protegidas e à filosofia de gestão.

Desta forma, torna-se necessário evidenciar que, enquanto o conceito de turismo sustentável anuncia uma transformação nos padrões de produção, o ecoturismo, como modelo da sustentabilidade, tem nos atractivos naturais um instrumento básico para a ocorrência do turismo sustentável (Roos, Ribeiro, & Prado, 2006).

2.2. ECOTURISMO E TURISMO CULTURAL

De acordo com Cunha (2003), no turismo cultural encontram-se contidas “as viagens provocadas pelo desejo de ver coisas novas, de aumentar os conhecimentos, conhecer as particularidades e os hábitos doutros povos, conhecer civilizações e culturas diferentes, do passado e do presente, ou ainda a satisfação de necessidades espirituais (religião)”.

Por conseguinte, embora o ecoturismo envolva uma componente cultural não se mistura com o turismo cultural. De facto, neste último a componente cultural é o elemento fundamental para a sua concretização, enquanto no ecoturismo este elemento é secundário (Dinis, 2005).

2.3. ECOTURISMO E TURISMO AVENTURA

São diversas as vezes em que o ecoturismo é confundido com o turismo de aventura, chegando-se mesmo a encarar o ecoturismo como um ramo do turismo de aventura, justamente pelo facto de algumas actividades serem comuns a ambos os tipos de turismo. Desta forma, Fennel (2003) esclarece a ligação existente entre estes dois tipos de turismo, declarando que o turismo de aventura é “um primo próximo que se desenvolveu ao mesmo tempo que o ecoturismo”. Incluindo um factor de risco e um alto nível de esforço

físico, o turismo de aventura exige ainda, alguns conhecimentos com um certo grau de especialização, de modo a que a participação nas actividades seja feita em segurança (citado por Dinis, 2005).

Conforme a definição apresentada pela Embratur, em 2001, o turismo de aventura pode ser designado como o tipo de turismo que fomenta a prática de actividades desportivas de recreio ao ar livre, envolvendo emoções e riscos controlados e que exige ainda, a utilização de técnicas e equipamentos específicos, a adoção de procedimentos para garantir a segurança de todos os intervenientes, bem como, o respeito pelo património natural e sociocultural (César, Stigliano, Raimundo, & Nucci, 2007).

Todavia, a maioria do turismo de aventura não pode ser qualificada de ecoturismo, isto porque, nem sempre este tipo de turismo tem em conta a preservação da natureza e, “apesar de algumas das suas actividades serem praticadas de forma sustentável, a sustentabilidade não é um dos seus princípios estruturantes”. Por sua vez, e de acordo com Weaver (2001), a principal diferença entre ecoturismo e turismo de aventura é que enquanto o ecoturista busca uma experiência de aprendizagem e conhecimento, o turista de aventura procura um ambiente de risco, desafio e esforço físico (citado por Dinis, 2005).

3. NÚCLEOS DE ATRACTIVIDADE TURÍSTICA EXISTENTES NO TERRITÓRIO

Importa, antes de mais, compreender a noção de atracção turística que, de acordo com Cunha (2003), “é qualquer elemento ou factor que, por si próprio ou em conjunto com outro ou outros, provoque a deslocação de pessoas em resposta a uma motivação ou motivações destas”. Desta forma, o mesmo autor classifica os núcleos receptores naturais como “todos os destinos que baseiam a sua capacidade de gerar movimentos turísticos na existência de atracções naturais sujeitas a classificação ou a certas regras legais ou normas estabelecidas para a sua manutenção e visita”. As reservas naturais, os parques e monumentos naturais, as paisagens protegidas e os jardins constituem os exemplos de núcleos receptores naturais.

À parte dos núcleos receptores naturais, existem também os núcleos receptores monumentais e culturais, os núcleos receptores religiosos, os núcleos receptores climáticos e hidrológicos, os núcleos receptores temáticos, os núcleos turísticos desportivos e, por fim, os eventos especiais e megaeventos. Os núcleos receptores climáticos e hidrológicos abrangem as praias, as estâncias montanhosas de inverno e as estâncias hidrológicas e climáticas. Por outro lado, os núcleos receptores temáticos envolvem os parques temáticos,

as compras de lazer, o turismo industrial – visitas a atracções em fábricas ou outras unidades produtivas – e, os jogos, nomeadamente, os casinos (citado por Cunha, 2003).

Estes ainda podem ser agrupados em: núcleos concebidos com intenção – piscinas, praias artificiais, etc.; núcleos concebidos sem intenção – monumentos, castelos e afins; núcleos naturais – praias fluviais e marítimas, parques naturais, jardins, entre outros; e eventos.

3.1. MUNICÍPIOS

O território da sub-região do Médio Tejo encerra um património extremamente rico, tanto a nível natural e paisagístico, como a nível monumental e cultural. Nos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) são diversos os recursos turísticos que podem ser descobertos, como castelos, conventos, igrejas, museus, parques, praias fluviais e, até mesmo, artesanato e gastronomia. Para confirmar o que aqui é dito, o Quadro 13 mostra a multiplicidade de recursos turísticos que podem ser encontrados em cada um dos municípios que constituem a CIMT.

Quadro 13: Recursos turísticos existentes nos municípios que integram a CIMT, 2011.

	Castelos e/ ou Museus	Monumentos Religiosos	Manifestações Culturais*	Edifícios Históricos	Atracções Naturais	Alojamento Turístico	Artesanato e Gastronomia	Equipamentos desportivos
Abrantes	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Alcanena	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Constância	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Entroncamento	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Ferreira do Zêzere	✗	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Mação	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Ourém	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Sardoal	✗	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Tomar	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Torres Novas	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Vila Nova da Barquinha	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

Fonte: Elaboração própria.

(*) Manifestações culturais abrangem as festas religiosas e tradicionais, o folclore, as feiras e romarias.

Como se pode averiguar, em termos de núcleos de atractividade turística, a CIMT apresenta uma grande riqueza a todos os níveis, salvo no que respeita aos núcleos receptores temáticos e aos eventos especiais e megaeventos. Na realidade, a inexistência de grandes centros comerciais, bem como, de casinos ou parques temáticos, impossibilita o

aparecimento de turistas cuja principal motivação é a visita a atracções de ordem temática. O mesmo acontece no que concerne aos eventos e megaeventos, dado que os acontecimentos que ocorrem na região não se tratam de eventos de grande escala, mas sim de pequenos e médios eventos.

A região do Médio Tejo conta com um ‘imenso’ património, construído e imaterial, com um grande potencial. Podem ser visitados cerca de trinta e cinco museus, públicos e privados, e 88 bens patrimoniais classificados – um como Património da Humanidade; 21 como monumentos nacionais pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), que se encontram divididos em diversas categorias: Arquitectura Religiosa, Arquitectura Civil, Arquitectura Militar e Arqueologia; e, 66 como de interesse público. Na CIMT existem igualmente, 175 alojamentos turísticos, 381 restaurantes, 175 festas e 23 feiras (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo [CIMT], n.d.).

O alojamento na região é bastante diversificado e de qualidade, existindo desde os estabelecimentos hoteleiros tradicionais, ao Turismo no Espaço Rural (TER), com um acréscimo de unidades nestes últimos anos. Com vista a atrair mais turistas, as unidades de alojamento têm vindo a apostar na vertente de animação turística, através da disponibilização de programas variados – fins-de-semana gastronómicos, circuitos culturais, visita a espaços naturais com componente de desportos de natureza, etc. –, organizados por si próprias ou em parceria com as diversas empresas de animação turística existentes.

A região integra ainda, três das quarenta AP (Figura1), de âmbito nacional, que fazem parte da RNAP, que são: o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC), criado a 4 de Maio de 1979 pelo Decreto-Lei N.º 118/79, que abrange três dos municípios do Médio Tejo; o Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurio de Ourém/Torres Novas, integrado no PNSAC, formado a 22 de Outubro de 1996 pelo Decreto Regulamentar n.º 12/96; e, finalmente, a Reserva Natural do Paul do Boquilobo, criada pelo Decreto-Lei n.º 198/80 de 24 de Junho e reclassificada pelo Decreto Regulamentar n.º 49/97 de 20 de Novembro (CIMT, n.d.).

Figura 1: Áreas Protegidas abrangidas pela CIMT, 2012.

Fonte: ICNF (2012).

Além das AP, a região integra igualmente o Sítio de Sicó/Alvaiázere, integrado na Rede Natura 2000 – prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/00 –, bem como, outras zonas naturais não protegidas de grande interesse.

O Médio Tejo é singularmente conhecido pelos 5 castelos e 5 rios que compõem a paisagem da região, engrandecendo o seu património histórico-cultural e natural. Os castelos de Almourol, Ourém, Abrantes, Torres Novas e Tomar, constituem algumas das fortalezas mais importantes a nível nacional, em termos históricos. Já os rios Almonda, Alviela, Nabão, Tejo e Zêzere, o segundo maior rio inteiramente português, compõem uma das maiores redes hidrográficas do país. A construção da Barragem de Castelo do Bode no Rio Zêzere possibilitou a criação de um dos maiores lagos artificiais da Europa, com quase 60 km de extensão, que abastece cerca de três milhões de pessoas em toda a Área Metropolitana de Lisboa, graças à pureza e transparência das suas águas (CIMT, n.d.).

Dada a riqueza dos seus recursos turísticos, a região Centro de Portugal, zona na qual a CIMT se insere, é uma das regiões de primeira prioridade de desenvolvimento do turismo de natureza e, por conseguinte, do ecoturismo (Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A. [THR], 2006).

Em suma, esta região conserva potencialidades turísticas bastante interessantes para o desenvolvimento do ecoturismo. Porém, e tendo em conta que o turismo é uma actividade económica, a simples existência de recursos não é condição suficiente para gerar receitas e promover o desenvolvimento de uma região. Importa organizá-los de uma forma sustentável, para que a sua utilização não ponha em risco a extinção ou destruição dos mesmos.

3.2. CASO PARTICULAR DE TOMAR

O concelho de Tomar conta com um património histórico-cultural e natural riquíssimo. O Castelo de Tomar, considerado uma das edificações militares portuguesas mais importantes do século XII, acolheu a ordem dos Templários e preserva no seu interior o Convento de Cristo, classificado como Património da Humanidade pela UNESCO em 1983. Nas imediações do Convento de Cristo, é possível visitar a famosa Janela do Capítulo que se tornou um ícone do património português, alusivo às Descobertas e à História de Portugal, a Charola Templária, o Claustro Principal, bem como, o Aqueduto dos Pegões, a Ermida de Nossa Senhora da Conceição e, a Mata dos Sete Montes, que conta com uma enorme variedade de espécies vegetais que se estendem ao longo de 39 hectares.

Os monumentos religiosos são uma constante em todo o município, sendo os mais emblemáticos a Capela de São Gregório, o Convento de São Francisco, a Igreja de Santa Maria do Olival e a Igreja de São João Baptista. A nível de edifícios históricos, além do Aqueduto dos Pegões, existem ainda, os Estaus, os Moinhos e Lagares D'El Rei e os Paços do Concelho. No que concerne a museus, a cidade conserva o Museu Municipal João de Castilho, o Museu dos Fósforos, o Museu Hebraico Abraão Zacuto e o Arquivo Fotográfico Silva Magalhães. A gastronomia do concelho é muito rica e diversa, contudo as iguarias mais reconhecidas são os doces conventuais: 'Fatias de Tomar' e 'Beija-me Depressa'.

Tomar é palco de variadas feiras, festivais, romarias e festas de pequena e média dimensão que ocorrem anualmente, como são exemplo a Feira de Santa Iria e o Festival de Estátuas Vivas de Tomar ou, no caso da simbólica Festa dos Tabuleiros, de 4 em 4 anos. Além disso, o município encontra-se rodeado por uma vasta zona de vegetação e possui alguns espaços verdes como é o caso da Mata dos Sete Montes, do Jardim do Mouchão e da Várzea Pequena, equipados com infraestruturas e equipamentos desportivos. Em termos de alojamento turístico, o concelho conta com alguns estabelecimentos hoteleiros, dos quais o mais popular é o Hotel dos Templários e, ainda com TER e Parques de Campismo (Câmara Municipal de Tomar [CMT], 2007).

4. O POTENCIAL DO ECOTURISMO NA REGIÃO

4.1. A IMPORTÂNCIA DO (ECO) TURISMO

Pelas particularidades acima descritas, não só a nível natural como também a nível histórico-cultural, verifica-se que a CIMT apresenta uma vasta rede de áreas naturais e

hidrológicas, protegidas e não protegidas, com um grande potencial para a prática do ecoturismo. Toda a região depende, em grande parte, da actividade turística, embora uns municípios com maior expressividade do que outros.

5. OS IMPACTOS DO ECOTURISMO

O ecoturismo tem-se vindo a tornar num dos produtos com um crescimento mais acelerado dentro da actividade turística. Contudo, por vezes, este rápido incremento pode ter afeitos adversos sobre as pessoas e o ambiente. Por este motivo, Ruschmann (1997) declara que os impactos motivados pelo ecoturismo são grandes e irreversíveis, reforçando ainda, que é praticamente impossível desagregar os impactos ambientais das consequências que estes têm sobre as comunidades humanas das localidades contíguas aos estabelecimentos hoteleiros. Deste modo, a autora aponta como impactos negativos do ecoturismo:

- A acumulação de lixo na margem dos caminhos e dos trilhos, nas praias, nas montanhas, nos rios e lagos;
- A utilização de sabão e de detergentes pelos turistas, contaminando as águas dos rios e lagos, pondo em causa a sua pureza e a vida dos peixes e da vegetação aquática;
- A contaminação das nascentes de água doce e salgada nas imediações dos alojamentos, incitada pelo lançamento de lixos e esgotos nos rios e nos oceanos;
- A poluição sonora e da atmosfera;
- O estrago e a recolha de corais do mar e de estalagmites e estalactites das grutas e cavernas para utilização como *souvenirs*;
- A variação da temperatura das cavernas e grutas e o aparecimento de fungos nas rochas, originados pelo sistema de iluminação;
- A colheita e a destruição da vegetação junto das margens dos trilhos e dos caminhos nas florestas;
- A erosão de encostas devido ao mau planeamento e à falta de escoamento dos trilhos;
- A ampliação e o espezinhamento da vegetação dos caminhos e trilhos;
- Os ruídos que assustam e afugentam os animais;
- A alimentação de animais por parte dos turistas, com produtos que contêm substâncias químicas, podendo provocar-lhes doenças ou, até mesmo, a sua morte;
- O lixo e o abandono de restos de comida ao ar livre;
- A caça e pesca ilícitas, em locais e épocas interditas;

- Os incêndios nas áreas mais secas, causados por cigarros, fogueiras, entre outros;
- A desflorestação para a construção de alojamentos hoteleiros e de equipamentos de apoio.

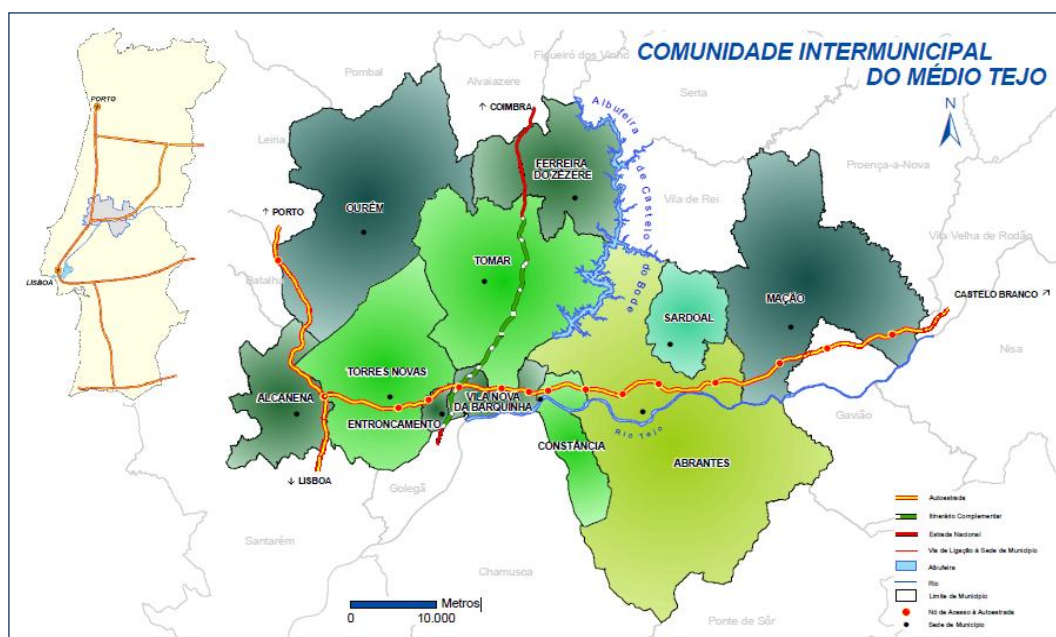
Importa pois, educar e conscientizar as pessoas no sentido de minimizar os impactos negativos, superando-os através da criação de iniciativas, programas e entidades – governamentais e não governamentais – de protecção da fauna e flora, que tenham por base o desenvolvimento sustentável do local, região ou país, a nível sociocultural, ambiental e económico.

CAPÍTULO IV – O TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO

1. CARACTERIZAÇÃO CONTEXTUAL

A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, anteriormente designada Comunidade Urbana do Médio Tejo, foi estabelecida em Dezembro de 2008, por publicação dos respectivos Estatutos no Decreto Regulamentar n.º 233 II Série de 2 de Dezembro de 2008. O Médio Tejo é uma sub-região estatística portuguesa, que faz parte da Região Centro e do distrito de Santarém e, que confina a norte com o Pinhal Interior Norte, a leste com o Pinhal Interior Sul e o Alto Alentejo, a sul com a Lezíria do Tejo e a oeste com o Pinhal Litoral. Com efeito, a Comunidade Intermunicipal é actualmente constituída por onze municípios: Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha, os quais abrangem, na sua totalidade, um território com cerca de 2.706 km² (Figura 2). De acordo com os últimos censos realizados em 2011 pelo INE, a população total do Médio Tejo é de, aproximadamente, 220 660 habitantes e a densidade populacional da Região é de 95,7 habitantes por quilómetro quadrado (km²) (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo [CIMT], n.d.).

Figura 2: Municípios associados da CIMT, 2012.



Fonte: CIMT, 2012.

1.1. OS MUNICÍPIOS

Abrantes é um município composto por 19 freguesias, que ocupam uma área total de 714.7 km², onde residem cerca de 39 325 habitantes. As freguesias são: Aldeia do Mato, Alferrarede, Alvega, Bemposta, Carvalhal, Concavada, Fontes, Martinchel, Mouriscas, Pego, Rio de Moinhos, Rossio ao Sul do Tejo, São Facundo, São João Baptista, São Miguel de Rio Torto, São Vicente, Souto, Tramagal e Vale das Mós. É um concelho que se encontra praticamente no centro do país, na convergência de três regiões: Ribatejo, Beira Baixa e Alto Alentejo, o que faz com que absorva destas províncias vizinhas algumas analogias. É o maior concelho do Médio Tejo em termos de superfície. O município de Abrantes apresenta uma estrutura industrial com um nível tecnológico relativamente avançado e, além disso, tem realizado investimentos no sentido de valorizar a sua relação com o rio Tejo e de projectar uma imagem de “cidade desportiva”, assinalada pelo Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes e pela cidade desportiva. Enquanto espaço de lazer e desporto provido de infraestruturas vocacionadas para a prática de desportos náuticos e de ar livre, o Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes, tem capacidade para receber acontecimentos desportivos de carácter nacional e internacional (Médio Tejo & Pinhal Interior Sul, 2008).

O concelho de **Alcanena** encontra-se compreendido no extremo norte do Ribatejo e localiza-se a noroeste do distrito de Santarém. É constituído por 10 freguesias: Alcanena, Bugalhos, Espinheiro, Louriceira, Malhou, Minde, Moitas Venda, Monsanto, Serra de Santo António e Vila Moreira, as quais em conjunto abrangem uma área total de 127.3 km². A população do município, de aproximadamente 13 868 pessoas, apresenta uma distribuição irregular pelo território, sendo que quase metade da população reside nas freguesias de Alcanena e Minde.

Constância situa-se na confluência dos rios Tejo e Zêzere. É o concelho menos povoado do Médio Tejo com três freguesias – Constância, Montalvo e Santa Margarida da Coutada – integradas numa superfície de 80,4 km² e ocupadas por um total de 4 056 pessoas. O Centro de Ciência Viva, localizado no Parque Temático de Astronomia de Constância é um dos pontos de referência do concelho. Além disso, o município pretende consolidar-se como um pólo de turismo activo e náutico, sustentado pela localização privilegiada na confluência dos dois rios (Médio Tejo & Pinhal Interior Sul, 2008).

O município do **Entroncamento** situa-se no Vale do Tejo e é um ponto de intersecção essencial da rede viária e ferroviária. Em termos de superfície, é o concelho mais pequeno do Médio Tejo, com apenas 13,8 km², mas com um total de 20 206 habitantes, constituindo assim, o município com maior densidade populacional (1471,9 hab/km²). Actualmente, possui somente duas freguesias que são Nossa Senhora de Fátima

e São João Baptista. As raízes do concelho do Entroncamento encontram-se ligadas à actividade ferroviária e, por conseguinte, o Museu Nacional Ferroviário assume-se como um projecto estruturante que visa o estudo, a conservação e a valorização do património ferroviário histórico, cultural e tecnológico português (Médio Tejo & Pinhal Interior Sul, 2008).

O concelho de **Ferreira do Zêzere** encontra-se envolto pelo rio Zêzere, pela albufeira de Castelo do Bode e pelo Lago Azul. É composto por 9 freguesias: Águas Belas, Areias, Beco, Chãos, Dornes, Ferreira do Zêzere, Igreja Nova do Sobral, Paio Mendes e Pias, onde habitam 8 619 pessoas, distribuídas por 190.5 km². As condições naturais de Ferreira do Zêzere são extraordinárias para o desenvolvimento de formas de turismo ligadas à água, à natureza e à aventura, pelo que a concretização do ecoturismo ou de um turismo “verde” é uma realidade bem patente neste município (Médio Tejo & Pinhal Interior Sul, 2008).

Mação encontra-se implantado na sub-região do Pinhal, sendo delimitado pelo rio Tejo. Além disso, Mação contém uma grande mancha florestal que separa a Beira Baixa do Ribatejo. O concelho é constituído por oito freguesias – Aboboreira, Amêndoa, Cardigos, Carvoeiro, Envendos, Mação, Ortiga e Penhascoso – que se estendem ao longo de 400.2 km², abrigando 7 338 habitantes.

Em **Ourém** encontra-se um dos símbolos religiosos mais importantes do mundo, o Santuário de Fátima, o que confere ao concelho grande importância a nível nacional e internacional. Ourém é formado por duas cidades, duas vilas e inúmeras aldeias que se encontram dispostas em 18 freguesias: Alburitel, Atouguia, Casal dos Bernardos, Caxarias, Cercal, Espite, Fátima, Formigais, Freixianda, Gondemaria, Matas, Nossa Senhora da Piedade, Misericórdias, Olival, Ribeira do Fárrio, Rio de Couros, Seiça e Urqueira. O município está sobreposto numa área de apenas 416.6 km² e conta com uma população de 45 932 pessoas, sendo o concelho mais populoso da Região do Médio Tejo.

O município do **Sardoal** contém uma população de 3 941 habitantes, sendo formado por quatro freguesias, dispersas por uma área total de 92,1 km²: Alcaravela, Santiago de Montalegre, Sardoal e Valhascos. É, de acordo com os últimos censos realizados pelo INE em 2011, o município associado do Médio Tejo com a menor densidade populacional – 42,8 hab/km². A atribuição do título de “Vila Jardim” ao concelho do Sardoal é justificada pelo facto de ostentar características de ruralidade e floresta, em que a tradição das festas religiosas da Quaresma, Semana Santa e Páscoa lhe conferem um simbolismo significativo (Médio Tejo & Pinhal Interior Sul, 2008).

No concelho de **Torres Novas** residem cerca de 36 717 pessoas, numa superfície de 270 km², sobre a qual se distribuem as suas 17 freguesias: Alcorochel, Assentis,

Brogueira, Chancelaria, Lapas, Meia Via, Olaia, Paço, Parceiros da Igreja, Pedrógão, Riachos, Ribeira Branca, Salvador, Santiago, Santa Maria, São Pedro e Zibreira. O município tem investido em infraestruturas culturais e desportivas no sentido de promover o turismo cultural da zona, nomeadamente no que respeita ao ofício das artes e à criatividade (Médio Tejo & Pinhal Interior Sul, 2008).

Finalmente, **Vila Nova da Barquinha** é delimitada pelos rios Tejo e Zêzere, sendo o primeiro o responsável pela sua existência, dado que três das suas cinco freguesias se situam na margem do rio Tejo. No concelho habitam cerca de 7 322 pessoas, divididas pelas freguesias de Atalaia, Vila Nova da Barquinha, Moita do Norte, Tancos e Praia do Ribatejo, numa área total de 49,6 km². A aposta do concelho no Parque Almourol, como forma de usufruir dos seus percursos ribeirinhos, património histórico, cultural e natural, bem como, no desenvolvimento de actividades de lazer ligadas ao rio Tejo e a um turismo activo, através da combinação da água, da terra e do ar, tem sido evidente na região.

1.2. CASO PARTICULAR DE TOMAR

Tomar localiza-se na margem direita do rio Zêzere e é atravessado pelo rio Nabão que divide a cidade, constituindo assim um espaço natural de grande valor patrimonial e turístico, que integra igualmente a Albufeira do Castelo de Bode.

De acordo com os últimos censos de 2011 realizados pelo INE, o concelho de Tomar conta com uma população de, aproximadamente, 40 674 habitantes, distribuídos por uma área de 351,2 km². É constituído por 16 freguesias: Além da Ribeira, Alviobeira, Asseiceira, Beselga, Carregueiros, Casais, Junceira, Madalena, Olalhas, Paialvo, Pedreira, Sabacheira, Santa Maria dos Olivais, São Pedro de Tomar, Serra e Tomar (São João Baptista).

O município apresenta uma repartição irregular da sua população por freguesia, sendo que a freguesia de Santa Maria dos Olivais é a que regista a maior densidade populacional com 730,3 hab/km², seguida de São João Baptista com 426,6 hab/km². Estes valores podem ser explicados pelo facto de as duas freguesias mais povoadas estarem localizadas exactamente no centro da cidade. Em contrapartida, as freguesias de Sabacheira, Pedreira, Olalhas e Serra são as que revelam os valores mais baixos em termos de densidade populacional, que oscilam entre os 28 e os 46 hab/km².

2. ANÁLISE ESTRATÉGICA

No quadro que se segue (Quadro 14) apresenta-se uma das ferramentas utilizadas na análise estratégica do território, designadamente a Análise SWOT. É interessante constatar que um dos instrumentos operacionais da CIMT, nomeadamente o Programa Territorial de Desenvolvimento, do qual foi extraída a informação, obedece ao período de carência do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, ou seja, de 2007-2013. Importa portanto, referir a Análise SWOT da CIMT, uma vez que como análise estratégica do território, possui informações relevantes para o cumprimento do estudo.

Quadro 14: Análise SWOT da CIMT, 2008.

	Pontos Fortes e Oportunidades	Pontos Fracos e Ameaças
Óptica Global	- A CIMT assume uma posição de excelência no conjunto das regiões intermédias portuguesas, o que representa oportunidades futuras que concedam especial enfoque à competitividade e que utilizem os avanços obtidos em termos de coesão como forma de promover a sua valorização competitiva, a partir de critérios de eficiência e de gestão colectiva da coesão e das redes de equipamentos e serviços. - O nível de vida da região, analisando o PIB per capita, tem sido análogo ao padrão nacional (cerca de 90%), estando o ritmo de crescimento dos últimos anos em conformidade com a média nacional. - A posição da CIMT enquanto “lugar estratégico de Portugal”, além de beneficiar da mediação a Lisboa e da intersecção de eixos viários (A1-A23), pode funcionar como uma “porta de entrada em Lisboa”, pela sua proximidade à capital e enquanto pólo de concentração de domínios e de atribuições logísticas tais como: “fora, mas perto de Lisboa”; “porta de saída de Lisboa”, como opção de “fuga populacional” à capital e de região de captação turística e de projecção de consumo “perto, mas fora de Lisboa”. - A mudança do quadro de inclusão na divisão administrativa (passando da região de Lisboa e Vale do Tejo – LVT – para a região Centro) introduz benefícios associados aos critérios de afectação de fundos comunitários, facilitando a captação de investimentos que preferencialmente se localizariam na região de Lisboa.	- O percurso recente do Médio Tejo, confrontado com a evolução em termos de competitividade e coesão, caracteriza uma região vitoriosa, mas ainda a recuperar de atrasos face ao padrão médio nacional, uma vez que o trajecto recente de progresso em termos de coesão não tem sido assistido por um crescimento paralelo no que respeita à competitividade. - A necessidade de impedir uma inclinação latente para a reprodução de um modelo produtivo que se tem pautado por fragilidades, face aos níveis médios nacionais de produtividade, e que tem sido contrabalançado por via de um aumento intensivo da utilização dos recursos humanos disponíveis. - A oscilação do grau de incerteza institucional e do respectivo referencial de criação de riqueza provocados pela modificação do contexto de inserção administrativa: a melhoria do posicionamento do Médio Tejo no <i>ranking</i> intra-regional de PIB per capita (passando de uma situação inexpressiva em LVT para uma posição relativamente confortável na região Centro) não representa melhorias objectivas.
Óptica do Território	A relevância turística do património do Médio Tejo, com vista à construção de um produto turístico atractivo e diversificado, que enaltece a sua herança templária; que investe na integração das margens ribeirinhas dos seus rios em “cidades e vilas com rio”; que oferece uma opção	A dificuldade de rentabilização e de consecução do retorno económico dos investimentos realizados no aprofundamento da relação entre as cidades, as pessoas e os rios, a par da frágil consistência de serviços e

	viável entre modos de vida urbanos e rurais, perceptíveis nas suas 6 cidades e nas suas 5 vilas; que combina a riqueza patrimonial e cultural inerente aos seus 5 castelos; que é banhada por 5 rios; e que oferece condições naturais e ambientais de excelência para a prática de actividades desportivas. • As boas ligações no acesso à região, especialmente nos concelhos a Sul e Este, propícias à potenciação dos eixos viários estruturantes de circulação entre os concelhos do Médio Tejo (A1 e A23) no sentido da implementação de soluções que facilitem a melhoria da mobilidade de pessoas com dificuldades adicionais neste domínio (jovens sem licença de condução e idosos). • As instituições de ensino superior com maior relevância na região - Instituto Politécnico de Tomar, Escola Superior de Tecnologia de Abrantes e Escola Superior de Educação de Torres Novas. • Os investimentos realizados em equipamentos culturais e desportivos compuseram uma boa rede de espaços favoráveis à fruição e divulgação cultural, que sugerem a sua adaptação a rotas diversificadas de programação cultural como forma de afirmação da região nos roteiros de turismo cultural e de projecção dos seus atractivos à fixação de nova população. • Os bons níveis de acesso a equipamentos de saúde, apesar da possibilidade de melhoria da disponibilidade de profissionais da saúde e do acesso a cuidados primários, sobretudo diante de objectivos que visam a subida da qualidade de vida.	actividades complementares, indispensáveis à estruturação da "atractividade" de alguns pólos urbanos. • Os concelhos a Norte da região com dificuldades acrescidas na circulação intra e inter-regional. • As habilitações da população residente acercam-se da média nacional, ainda que com oscilações no sentido do declínio médio do seu nível geral. • As dificuldades na instituição de redes e mecanismos de ligação entre os programas e os investimentos municipais de carácter cultural podem induzir à contestação de custos e à impossibilidade de usufruir dos benefícios de uma "especialização temática" e de um correcto desempenho. • O nível de cobertura de equipamentos de acção social mantém-se ainda abaixo da média nacional, o posicionamento pouco favorável nos níveis de cobertura populacional com sistemas de saneamento, de abastecimento de água e de recolha de resíduos sólidos urbanos, que sugerem o aprofundamento dos níveis de integração regional como mecanismo de aumento destes níveis de cobertura (à semelhança dos bons resultados atingidos ao nível da cobertura populacional com sistemas de tratamento de águas residuais).
Óptica das Empresas	• O aumento da pressão para a fixação de empresas ligadas à actividade de transportes e logística, sobretudo no nó viário entre Alcanena-Torres Novas (A1-A23) e Vila Nova da Barquinha, cujos resultados podem ser orientados para o desenvolvimento de actividades económicas complementares, bem como para a projecção dos seus impactos no desenvolvimento integrado dos concelhos e da região do Médio Tejo, nomeadamente como forma de fixação de nova população e de incentivo ao aumento de novas áreas de desenvolvimento urbano (serviços às pessoas e às empresas, actividades e serviços culturais e de lazer). • O perfil de especialização produtiva onde se destacam os sectores ligados à indústria do papel e publicações, madeira, cortiça e mobiliário. O grau potencial de especialização do sector do material de transporte que se espera para a região, resultante do desenvolvimento empresarial em torno do nó viário da A1-A23, pode ser perspectivado em termos de melhoria dos níveis de produtividade e eficiência produtiva que este sector representa actualmente na	• As carências da região em termos de mão-de-obra, quer em termos quantitativos quer qualitativos, associada aos impactos de uma potencial inaptidão de antecipar as implicações do aumento da pressão pela fixação de novas empresas e actividades empresariais, nomeadamente no que respeita ao estabelecimento de critérios de ordenamento e estratégias de desenvolvimento estruturadas, que se poderão traduzir na "não maximização" dos seus efeitos potenciais. • O perfil de especialização que concorre com níveis de produtividade sectorial pouco distintos face à média nacional e que invalidam a adequação regional de benefícios associados à especialização sectorial. • O perfil de especialização com sub-representação das actividades que valorizam estratégias de diferenciação do produto e de I&D e, com sobre-representação de actividades centradas na valorização dos recursos

	região (inferior à média nacional). • O perfil de especialização produtiva industrial em que as indústrias apoiadas por factores avançados de competitividade demonstram uma certa vantagem e uma capacidade de afirmação futura, como é o caso de indústrias que funcionam em economia de escala, e em que também se aponta como positiva a existência de um número limitado de indústrias que fundamentam a sua competitividade no factor trabalho a baixo custo. • A capacidade de projectar a pressão sentida para o aumento da concentração empresarial e sectorial, no sentido da valorização do efeito de dimensão e massa crítica como elementos de relevância desta localização na captação de empresas com maior nível de incorporação tecnológica, de serviços complementares às actividades principais e que, no seu conjunto, podem conferir consistência e segurança ao tecido económico da região. • A diversidade e qualidade dos produtos regionais. • A evolução dos níveis de exportação por habitante da região, apesar de moderados no quadro nacional, evidencia uma tendência de concentração face ao panorama nacional. • O nível de dinamismo empresarial da região traduz-se em iniciativas empresariais com boa capacidade de permanência no mercado e de conservação de postos de trabalho, e que demonstram, simultaneamente, taxas de aprovação de candidaturas aos sistemas de incentivos a empresas privadas mais elevadas que as do quadro nacional e da região Centro.	naturais. • A dificuldade de aumento da escala de produção dos produtos regionais e da sua viabilização enquanto produto com capacidade de colocação no mercado que, associadas aos obstáculos de inclusão de inovação, podem impedir o seu desenvolvimento potencial ou, até mesmo, levar ao seu desaparecimento. • As fragilidades ao nível da capacidade de utilização e materialização do conhecimento científico e tecnológico na melhoria/criação de produtos e processos (com predomínio de sectores de baixa tecnologia), que devem ser enquadradas com um panorama de evolução recente do perfil de especialização da região pouco harmónico com a evolução prevista dos sectores que produzem maiores níveis de valor acrescentado. • A reduzida taxa de abertura ao exterior da região do Médio Tejo, fomentada quer por uma propensão exportadora pouco expressiva, quer por uma taxa de penetrabilidade das importações pouco evidente. • A tendência para um abrandamento do grau de concentração do tecido empresarial face ao padrão nacional, traduzido no reforço dos escalões empresariais de menor dimensão e na atenuação do peso dos escalões mais elevados.
Óptica das Pessoas	• A tendência de estabilização populacional atingida pode constituir uma oportunidade para apostar num modelo de captação de nova população residente, em conjunto com o impacto da corrente migratória que se faz sentir em Portugal e, em particular, com as especificidades do concelho do Entroncamento que, pelo facto de apresentar uma estrutura populacional claramente mais jovem e instruída que o padrão médio da região Médio Tejo, pode ter um papel importante no reforço da dotação de recursos humanos da região. • A capacidade regional de resistência à subida do nível de desemprego, associada à oportunidade de usar a captação e fixação de nova população jovem e instruída como forma de engrandecer a qualificação média da população activa.	• A perda populacional significativa ao longo dos anos 80 e 90, ainda que a estabilidade se tenha voltado a atingir com a entrada no século XXI. • A estrutura etária envelhecida, com repercussões potenciais futuras no aumento das dificuldades de restituição de mão-de-obra no mercado de trabalho, aliada a uma possível acentuação do processo de perda populacional nos concelhos menos activos e mais envelhecidos. • A elevada percentagem de trabalhadores não qualificados na população activa empregada, associada a uma baixa taxa de actividade (explicada por uma estrutura etária com menor peso da população em idade activa que a média nacional), e que leva a equacionar a capacidade futura da região em conseguir sustentar os postos de trabalho gerados na região.

Fonte: Adaptado de Programa Territorial Desenvolvimento – Estratégia de Desenvolvimento 2020: Plano de Acção 2007-2013, Médio Tejo & Pinhal Interior Sul (2008).

3. EXPLICITAÇÃO DE OBJECTIVOS

3.1. PERGUNTA DE PARTIDA

Os objectivos de uma investigação caracterizam o ponto onde o investigador ambiciona chegar com o estudo, definindo o que se espera alcançar com a investigação. Desta forma, a presente investigação tem como intuito determinar em que medida o ecoturismo pode contribuir para a valorização do território, através do aumento da oferta turística na região em análise. Como tal, o objectivo geral do estudo prende-se com a necessidade de responder à seguinte pergunta de partida: "Quais os factores que contribuem para o desenvolvimento do ecoturismo na CIMT?". Deste modo, a actual investigação pretende avaliar quais os agentes a ter em conta e que devem ser melhorados, no sentido de estabelecer/afirmar o ecoturismo como pólo de atracção turística da região.

Por sua vez, os objectivos específicos do presente estudo são:

- Avaliar o conhecimento dos municípios e das empresas de animação turística da CIMT relativamente a políticas, modelos de gestão e estratégia no que diz respeito à compreensão e desenvolvimento do ecoturismo;
- Obter informações dos municípios e das empresas de animação turística locais sobre a apreciação geral do sistema turístico na perspectiva da oferta;
- Conhecer a opinião dos municípios e das empresas de animação turística da CIMT sobre a classificação global do ecoturismo, no que respeita à percepção e desenvolvimento do mesmo;
- Perceber quais os núcleos de atractividade turística presentes na CIMT com maior potencial para o ecoturismo;
- Aferir dos municípios e das empresas de animação turística locais a sua opinião relativamente aos recursos e às atracções turísticas mais susceptíveis de atrair uma maior procura a nível de ecoturismo.

FASE METODOLÓGICA

CAPÍTULO I – METODOLOGIA

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O presente capítulo procura expôr e fundamentar as abordagens metodológicas utilizadas para o desenvolvimento e consecução do estudo, bem como, para responder ao problema de investigação apresentado.

De acordo com Fortin (2009), a categoria de estudo pode ser descritiva, exploratória, explicativa e preditiva. Deste modo, o presente estudo trata-se de uma investigação descritiva que assenta num método de investigação-acção, revertendo para um estudo de caso. Descritiva, no sentido de que não implica a generalização dos resultados e que assenta, na sua essência, em dados qualitativos. Porém, não deixa de ser importante a aplicação quantitativa do tratamento dos resultados dos inquéritos por questionário.

Por conseguinte, segundo Vogt (1993), tratando-se a presente investigação de um estudo de caso, cujo principal intuito é a recolha e análise de dados sobre um determinado exemplo individual com vista à determinação de um fenómeno mais amplo, torna-se quase essencial a utilização tanto de dados qualitativos como de dados quantitativos (Günther, 2006). Neste contexto, a utilização de técnicas qualitativas como a análise documental, especialmente no que diz respeito à revisão da literatura, ou a aplicação dos inquéritos por questionário para o estudo de caso, bem como, de técnicas quantitativas como o tratamento dos dados resultantes da aplicação dos mesmos inquéritos, são determinantes para a consecução deste estudo.

Tanto o estudo de caso, como a pesquisa de documentos constituem duas formas de pesquisa qualitativa muito utilizadas em trabalhos de investigação. O estudo de caso, por seu turno, tem como objecto de estudo a análise profunda de uma unidade de estudo e, de acordo com Godoy (1995), “visa o exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular” (citado por Neves, 1996). Por este motivo, o tipo de estudo seleccionado foi o estudo de caso pois, segundo Getz (2009), embora não seja generalizável, possibilita a produção de novos conhecimentos e, ao mesmo tempo, permite testar a teoria já existente.

A abordagem quantitativa é assim, um método dedutivo pelo qual através de dados numéricos é possível fornecer conhecimentos efectivos relativamente às variáveis em estudo. De acordo com Veal (1997), a um nível geral, os resultados dos métodos

quantitativos tendem a ser mais valorizados, na medida em que pressupõem a utilização de técnicas mais claras e seguras. A pesquisa por sondagem, nomeadamente o inquérito por questionário, estabelece, desta forma, a técnica mais utilizada na recolha de dados quantitativos (citado por Nunes, 2010).

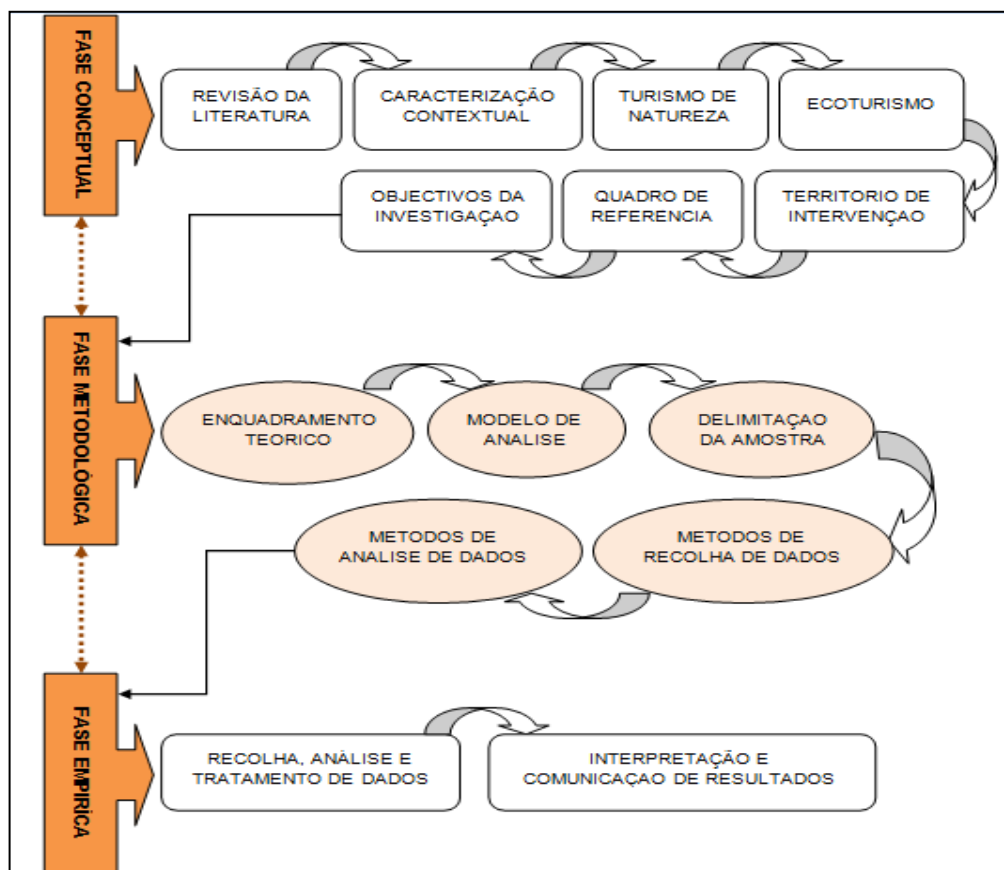
2. MODELO DE ANÁLISE

De acordo com Fortin (2009), o modelo de análise constitui o rumo estrutural de uma investigação e divide-se em três fases, nomeadamente, as fases conceptual, metodológica e empírica. O modelo determina as linhas orientadoras para a identificação do problema de investigação, bem como para a subsequente apreciação do mesmo em termos de relevância, através da caracterização da área de intervenção.

Deste modo, o modelo de análise utilizado no presente estudo assenta na intersecção de diversas metodologias, que vão desde a aplicação de inquéritos por questionário a entidades municipais e a empresas de animação turística, à pesquisa e análise de fontes documentais, tais como: livros, monografias, jornais, teses e dissertações de mestrado e de doutoramento, estatísticas.

O processo científico é constituído, segundo Fortin (2009), por três elementos: ruptura, construção e verificação, que correspondem, respectivamente, às etapas da presente investigação, ou seja, às fases conceptual, metodológica e empírica.

No Esquema 1, que representa o modelo de análise deste estudo, verifica-se que estas três fases da investigação apresentam setas de ligação bidirecional. Estas conexões podem ser explicadas por Quivy e Campenhoudt (2008), que defendem que estes elementos se encontram interligados, na medida em que existe uma interacção permanente entre os mesmos (citado por Cardeira, 2011).

Esquema 1: Modelo de análise.

Fonte: Elaboração própria.

3. DELIMITAÇÃO DA AMOSTRA

O objectivo do presente estudo prende-se com a necessidade de perceber quais os factores que contribuem para o desenvolvimento do ecoturismo no território em estudo, nomeadamente na CIMT, de forma a aumentar a oferta turística da região e a afirmar o ecoturismo como pólo de atracção turística da mesma. Foram aplicados inquéritos por questionário ao lado da oferta turística, uma vez que se pretende compreender se, do ponto de vista da oferta, o território em estudo possui as condições essenciais para o desenvolvimento do ecoturismo e, se as entidades em questão se encontram suficientemente preparadas e instruídas para a implementação deste produto.

Por conseguinte, foram inquiridos os 11 municípios que constituem a CIMT, bem como a própria Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e, ainda, as 15 empresas de animação turística que operam na região, ou seja, um total de 27 entidades. Para efeitos da presente investigação, só foram consideradas entidades que responderam a um inquérito

por questionário, remetido por *e-mail*, no qual se fez constar a apresentação do estudo, os objectivos, bem como se garantiu o anonimato e a confidencialidade das respostas dos inquiridos. Assim sendo, e de acordo com Fortin (2009) cada sujeito que compõe a população-alvo tem uma hipótese idêntica de constituir a amostra, uma vez que se utilizou o método da amostragem aleatória simples, com a técnica do inquérito por questionário.

Desta forma, a amostra apresenta o seguinte perfil (Quadro 15):

- No que concerne aos municípios da CIMT, responderam à solicitação as 11 entidades que a constituem, o que representa 100% do universo, o que corresponde a uma amostra coincidente com o seu universo;
- No que diz respeito à CIMT, correspondeu igualmente à solicitação a entidade, representando mais uma vez 100% do universo, o que equivale a uma amostra coincidente com o seu universo;
- No que respeita às empresas de animação turística que operam na CIMT, corresponderam à solicitação 10 entidades, o que representa 66,67% de um universo constituído por 15 empresas, pelo que a amostra é representativa do universo em estudo.

Quadro 15: Números aleatórios referentes à População-alvo.

Universo	População-alvo / Amostra		
	CIMT	Municípios CIMT	Empresas
CIMT (1)	1		
Municípios CIMT (11)		11	
Empresas (15)			10
Total do Universo (%)	100%	100%	66,67%

Fonte: Elaboração própria (2012).

4. MÉTODOS DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS

Existem diversos métodos de recolha e análise de dados, cuja respectiva estruturação depende sobretudo da percepção de cada autor, nos quais nem sempre são enumerados os mesmos métodos. Contudo, a existência de métodos comuns como é o caso da observação directa, das entrevistas e dos questionários é uma constante, segundo afirmam Fortin (2009) e, Quivy e Campenhoudt (2008; citado por Cardeira, 2011).

No entanto, Quivy e Campenhoudt (2008) caracterizam igualmente o método de recolha de dados preexistentes, tais como: dados estatísticos, documentos textuais ou informações particulares, mencionando ainda a faculdade de utilização de documentos audiovisuais (citado por Cardeira, 2011).

Desta forma, o método de recolha de dados seleccionado no presente estudo foi o inquérito por questionário, pois permite resolver a problemática desta investigação através da obtenção de informações relevantes junto dos participantes. Além disso, e como se pode verificar a partir da explicação supra citada, a recolha de dados preexistentes também foi uma constante nesta investigação, na medida em que se utilizaram diversos instrumentos de recolha de dados, nomeadamente: a análise SWOT, a análise documental de instrumentos operacionais – programas, literatura da especialidade, dissertações de mestrado e de doutoramento –, a análise de dados estatísticos, entre outros.

Apesar de a amostra ser constituída por três subgrupos: CIMT, municípios da CIMT e empresas de animação turística existentes na CIMT, procedeu-se à construção de dois inquéritos por questionário consoante o público-alvo, ou seja, um para a CIMT e seus municípios (ver Apêndice II) e outro para as empresas de animação turística (ver Apêndice III). Contudo, ambos os questionários têm perguntas comuns, apenas divergindo na primeira secção que corresponde à caracterização pessoal e profissional. Além disso, o inquérito relativo às empresas de animação turística contém ainda duas secções adicionais de perguntas específicas para a análise do subgrupo que o inquérito dirigido à CIMT e seus municípios não encerra, que são: a caracterização da empresa e o perfil da procura. Ambos os inquéritos incluem o Protocolo de Realização do Inquérito por Questionário (ver Apêndice I).

Na estrutura dos instrumentos de recolha de dados, optou-se por perguntas abertas na primeira secção dos inquéritos, no correspondente à caracterização pessoal e profissional do inquirido e, por perguntas fechadas com respostas múltiplas e com respostas alternativas utilizando valores quantitativos na escala de *Likert*, tais como: 1 «Nada Importante» a 5 «Extremamente Importante», ou ainda 1 «Nunca Ocorre» a 5 «Extremamente Frequente».

Quanto à validação do inquérito por questionário, procedeu-se à aplicação de um pré-teste de cada um dos inquéritos, respectivamente, a dois municípios e duas empresas de animação turística fora do contexto da CIMT, tendo resultado daí sugestões de melhoria.

A apresentação dos inquéritos por questionário às entidades inquiridas, foi efectuada através de um *e-mail* com uma carta de apresentação na qual se explicou de forma concisa o tema da dissertação de mestrado, os objectivos e se garantiu o anonimato e a confidencialidade dos inquiridos. Na ausência de uma resposta ao fim de 20 dias, todas as entidades não respondentes foram contactadas pessoalmente, por telefone ou por *e-mail*, sendo que, em muitos casos, principalmente nas empresas de animação turística, houve ainda necessidade de reenviar uma 2ª via e, nalguns casos, uma 3ª via.

A responsabilidade do preenchimento do inquérito por questionário foi solicitada ao presidente, no caso dos municípios e da CIMT, e aos gerentes/empresários, no caso das empresas, na qualidade de responsáveis máximos das entidades municipais ou empresas. No entanto, para o preenchimento do questionário colocou-se a hipótese de ser o presidente da câmara ou em sua substituição o vereador responsável pelo departamento de turismo a responder ao inquérito.

Conclui-se assim, que os questionários apresentados em anexo são um instrumento adequado à medição dos objectivos propostos. A aplicação dos inquéritos por questionário decorreu com algumas dificuldades, nomeadamente pelo facto de o processo de recolha e análise de dados implicar uma resposta em suporte digital, o que criou alguma resistência por parte de algumas entidades.

Foram sentidas dificuldades na aplicação do inquérito por questionário às empresas de animação turística, uma vez que algumas destas entidades se negaram a participar no estudo, alegando que são muitos os pedidos para participação em investigações semelhantes e que nunca têm qualquer tipo de retorno do estudo em que participaram e ainda, que o “tempo de que dispõem é precioso demais para perder com este tipo de estudos”, ou então, não retribuindo simplesmente os *e-mails* ou chamadas telefónicas efectuadas.

Nesta sequência, apresenta-se de seguida uma visualização mais esquematizada e pormenorizada das bases de dados e respectivos objectivos de todas as perguntas de cada uma das versões dos inquéritos por questionário:

4.1. QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MUNICÍPIOS DA CIMT

4.1.1. Objectivos de Investigação (CIMT)

N.º	Objectivo Geral	Objectivo Específico	Dimensões	Categorias
1	Caracterizar pessoal e profissionalmente os inquiridos.	Conhecer o perfil biográfico e profissional dos inquiridos.	Caracterização Pessoal e Profissional.	1.1. Sexo; 1.2. Idade; 1.3. Profissão; 1.4. Nacionalidade; 1.5. Habilitações Literárias; 1.6. Designação do Curso; 1.7. Função Principal.
2	Caracterizar os municípios da CIMT.	- Identificar os municípios. - Conseguir indicadores relacionados com a demografia dos municípios da CIMT, visando avaliar particularidades. - Obter dados relativos ao turismo existente nos municípios.	Caracterização do Município.	2.1. Identificação do Município; 2.2. População Residente; 2.3. População Residente na Sede do Concelho; 2.4. Taxa de Actividade; 2.5. Taxa de Desemprego; 2.6. Médicos por 1000/Habitantes; 2.7. Governo; 2.8. N.º de Turistas Recebidos Anualmente (Média); 2.9. Países de Origem dos Turistas (3 Principais).
3	Projectar modelos de gestão e estratégia que engrandeam o desenvolvimento do Ecoturismo como principal pólo de atracção turística da CIMT.	- Saber se existe um plano de desenvolvimento do turismo nos municípios. - Perceber o tipo de influência que o turismo exerce sobre os municípios. - Verificar se existem ou existiram projectos de trabalho ou de investigação relevantes para o desenvolvimento do Ecoturismo nos municípios, e qual o seu interesse em participar em projectos ou actividades de ecoturismo. - Saber se existe algum Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida nos municípios e como avaliam o desempenho desse departamento no município. - Saber se o município possui as condições adequadas para o desenvolvimento do Ecoturismo. - Conhecer a opinião dos municípios relativamente às motivações principais do ecoturista. - Perceber qual o tipo de turista que o município espera que venha a visitar o concelho. - Saber que intervenções deverão ser cumpridas no município para a afirmação do Ecoturismo como complemento aos produtos turísticos sazonais.	Políticas, Modelos de Gestão e Estratégia.	3.1. Existe no município um Plano de Desenvolvimento do Turismo; 3.2. Que tipo de influência apresenta o Turismo no seu município; 3.3. Já esteve ou está envolvido nalgum projecto de trabalho ou de investigação que possa ser relevante para o desenvolvimento do Ecoturismo neste território; 3.3.1. Em caso negativo, tem interesse em participar em projectos ou actividades de ecoturismo; 3.4. Existe algum Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida no seu município; 3.4.1. Em caso afirmativo, como classifica o desempenho desse departamento no seu concelho; 3.5. Considera que o seu município possui as condições adequadas para o desenvolvimento do Ecoturismo; 3.6. Quais considera serem as motivações principais do ecoturista; 3.7. Que tipo de turista espera que venha a visitar o município; 3.8. Que intervenções deverão ser realizadas para a afirmação do Ecoturismo como complemento aos produtos turísticos sazonais do seu município.

4	Avaliar oportunidades de desenvolvimento do sistema turístico.	- Perceber em que medida concorrem os <u>Recursos Turísticos</u> existentes no município para a atracção de turistas e visitantes. - Perceber em que medida contribuem os <u>Equipamentos e Serviços Turísticos</u> presentes no município para a atracção de turistas e visitantes. - Perceber em que medida contribuem os <u>Serviços, Equipamentos e Infra-estruturas Complementares</u> ao turismo existentes no município para a atracção de turistas e visitantes. - Saber qual o grau de concordância relativamente aos <u>Factores de Desenvolvimento</u>, numa perspectiva de atracção turística e qualificação do município como destino de ecoturismo.	Avaliação Global do Sistema Turístico.	4.1. Em que medida acha que os <u>Recursos Turísticos</u> presentes no município contribuem para a atracção de turistas e visitantes; 4.2. Em que medida acha que os <u>Equipamentos e Serviços Turísticos</u> existentes no município contribuem para a atracção de turistas e visitantes; 4.3. Em que medida acha que os <u>Serviços, Equipamentos e Infra-estruturas Complementares</u> ao turismo presentes no município contribuem para a atracção de turistas e visitantes; 4.4. Em que medida concorda com os seguintes <u>Factores de Desenvolvimento</u>, numa perspectiva de atracção turística e qualificação do município como destino de ecoturismo.
5	Determinar a importância da qualificação global do produto nos municípios da CIMT.	- Saber com que frequência ocorrem determinados problemas ambientais e sociais no município. - Saber o grau de importância atribuído aos <u>Recursos Turísticos</u> existentes na CIMT, numa perspectiva de desenvolvimento do Ecoturismo no município. - Saber o grau de importância atribuído aos <u>Equipamentos e Serviços Turísticos</u> existentes na CIMT, numa perspectiva de desenvolvimento do Ecoturismo no município. - Saber o grau de importância atribuído aos <u>Serviços, Equipamentos e Infra-Estruturas Complementares</u> existentes na CIMT, numa perspectiva de desenvolvimento do Ecoturismo. - Saber o grau de importância atribuído às <u>Actividades Turísticas</u> existentes na CIMT, numa perspectiva de desenvolvimento do Ecoturismo no município. - Perceber se a proximidade dos municípios com as Áreas Protegidas da Serra de Aire e Candeeiros, do Paul do Boquilobo e das Pegadas de Dinossáurios, é favorável ao aumento do ecoturismo na CIMT.	Qualificação Geral do Produto no Município.	5.1. Classifique a intensidade de ocorrência dos seguintes problemas ambientais e sociais no seu município; 5.2. Em que medida acha que os seguintes <u>Recursos Turísticos</u> existentes na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo podem contribuir para o desenvolvimento do Ecoturismo no município; 5.3. Em que medida acha que os seguintes <u>Equipamentos e Serviços Turísticos</u> existentes na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo podem contribuir para o desenvolvimento do Ecoturismo no município; 5.4. Em que medida acha que os seguintes <u>Serviços, Equipamentos e Infra-Estruturas Complementares</u> existentes na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo podem contribuir para o desenvolvimento do Ecoturismo no município; 5.5. Em que medida acha que as seguintes <u>Actividades Turísticas</u> existentes na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo podem contribuir para o desenvolvimento do Ecoturismo no município; 5.6. Considera a proximidade do município com as Áreas Protegidas da Serra de Aire e Candeeiros, do Paul do Boquilobo e das Pegadas de Dinossáurios favorável ao aumento do ecoturismo na CIMT.

Fonte: Conceção própria, 2012.

4.2. QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS EMPRESAS DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA DA CIMT

4.2.1. Objectivos de Investigação (Empresas)

N.º	Objectivo Geral	Objectivo Específico	Dimensões	Categorias
1	Caracterizar pessoal e profissionalmente os inquiridos.	Conhecer o perfil biográfico e profissional dos inquiridos.	Caracterização Pessoal e Profissional.	1.1. Sexo; 1.2. Idade; 1.3. Profissão; 1.4. Nacionalidade; 1.5. Habilitações Literárias; 1.6. Designação do Curso; 1.7. Função Principal.
2	Caracterizar a empresa de animação turística.	- Identificar a empresa de animação turística. - Saber a natureza/proveniência da empresa. - Saber a que nível funciona a empresa e há quanto tempo subsiste no mercado.	Caracterização da Empresa.	2.1. Identificação da Empresa; 2.2. Natureza da Empresa; 2.2.1. Se não for de origem local, favor indicar procedência; 2.3. A que nível opera a empresa; 2.4. Tempo de existência da empresa.
3	Conhecer o perfil da procura.	- Saber quantos clientes visitam por mês a empresa. - Conhecer o comportamento do fluxo turístico nos últimos anos, bem como a nacionalidade da grande parte dos clientes da empresa.	Perfil da Procura.	3.1. Quantidade de visitantes por mês; 3.2. Comportamento do fluxo turístico nos últimos anos; 3.3. Nacionalidade da maioria dos clientes da empresa.
4	Projectar modelos de gestão e estratégia que engrandçam o desenvolvimento do Ecoturismo como principal pólo de atracção turística da CIMT.	- Saber se existe um plano de desenvolvimento do turismo nos municípios. - Perceber o tipo de influência que o turismo exerce sobre os municípios. - Verificar se existem ou existiram projectos de trabalho ou de investigação relevantes para o desenvolvimento do Ecoturismo nos municípios, e qual o seu interesse em participar em projectos ou actividades de ecoturismo. - Saber se existe algum Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida nos municípios e como avaliam o desempenho desse departamento no município. - Saber se o município possui as condições adequadas para o desenvolvimento do Ecoturismo. - Conhecer a opinião dos municípios relativamente às motivações principais do ecoturista. - Perceber qual o tipo de turista que o município espera que venha a visitar o concelho. - Saber que intervenções deverão ser cumpridas no município para a afirmação do Ecoturismo	Políticas, Modelos de Gestão e Estratégia.	4.1. Existe no município um Plano de Desenvolvimento do Turismo; 4.2. Que tipo de influência apresenta o Turismo no seu município; 4.3. Já esteve ou está envolvido nalgum projecto de trabalho ou de investigação que possa ser relevante para o desenvolvimento do Ecoturismo neste território; 4.3.1. Em caso negativo, tem interesse em participar em projectos ou actividades de ecoturismo; 4.4. Existe algum Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida no seu município; 4.4.1. Em caso afirmativo, como classifica o desempenho desse departamento no seu concelho; 4.5. Considera que o seu município possui as condições adequadas para o desenvolvimento do Ecoturismo; 4.6. Quais considera serem as motivações principais do ecoturista; 4.7. Que tipo de turista espera que venha a visitar o município; 4.8. Que intervenções deverão ser realizadas para a afirmação do Ecoturismo como complemento aos produtos turísticos sazonais do seu município.

		como complemento aos produtos turísticos sazonais.		
5	Avaliar oportunidades de desenvolvimento do sistema turístico.	- Perceber em que medida concorrem os <u>Recursos Turísticos</u> existentes no município para a atracção de turistas e visitantes. - Perceber em que medida contribuem os <u>Equipamentos e Serviços Turísticos</u> presentes no município para a atracção de turistas e visitantes. - Perceber em que medida contribuem os <u>Serviços, Equipamentos e Infra-estruturas Complementares</u> ao turismo existentes no município para a atracção de turistas e visitantes. - Saber qual o grau de concordância relativamente aos <u>Factores de Desenvolvimento</u>, numa perspectiva de atracção turística e qualificação do município como destino de ecoturismo.	Avaliação Global do Sistema Turístico.	5.1. Em que medida acha que os <u>Recursos Turísticos</u> presentes no município contribuem para a atracção de turistas e visitantes; 5.2. Em que medida acha que os <u>Equipamentos e Serviços Turísticos</u> existentes no município contribuem para a atracção de turistas e visitantes; 5.3. Em que medida acha que os <u>Serviços, Equipamentos e Infra-estruturas Complementares</u> ao turismo presentes no município contribuem para a atracção de turistas e visitantes; 5.4. Em que medida concorda com os seguintes <u>Factores de Desenvolvimento</u>, numa perspectiva de atracção turística e qualificação do município como destino de ecoturismo.
6	Determinar a importância da qualificação global do produto nos municípios da CIMT.	- Saber com que frequência ocorrem determinados problemas ambientais e sociais no município. - Saber o grau de importância atribuído aos <u>Recursos Turísticos</u> existentes na CIMT, numa perspectiva de desenvolvimento do Ecoturismo no município. - Saber o grau de importância atribuído aos <u>Equipamentos e Serviços Turísticos</u> existentes na CIMT, numa perspectiva de desenvolvimento do Ecoturismo no município. - Saber o grau de importância atribuído aos <u>Serviços, Equipamentos e Infra-Estruturas Complementares</u> existentes na CIMT, numa perspectiva de desenvolvimento do Ecoturismo. - Saber o grau de importância atribuído às <u>Actividades Turísticas</u> existentes na CIMT, numa perspectiva de desenvolvimento do Ecoturismo no município. - Perceber se a proximidade dos municípios com as Áreas Protegidas da Serra de Aire e Candeeiros, do Paul do Boquilobo e das Pegadas de Dinossáurios, é favorável ao aumento do ecoturismo na CIMT.	Qualificação Geral do Produto no Município.	6.1. Classifique a intensidade de ocorrência dos seguintes problemas ambientais e sociais no seu município; 6.2. Em que medida acha que os seguintes <u>Recursos Turísticos</u> existentes na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo podem contribuir para o desenvolvimento do Ecoturismo no município; 6.3. Em que medida acha que os seguintes <u>Equipamentos e Serviços Turísticos</u> existentes na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo podem contribuir para o desenvolvimento do Ecoturismo no município; 6.4. Em que medida acha que os seguintes <u>Serviços, Equipamentos e Infra-Estruturas Complementares</u> existentes na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo podem contribuir para o desenvolvimento do Ecoturismo no município; 6.5. Em que medida acha que as seguintes <u>Actividades Turísticas</u> existentes na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo podem contribuir para o desenvolvimento do Ecoturismo no município; 6.6. Considera a proximidade do município com as Áreas Protegidas da Serra de Aire e Candeeiros, do Paul do Boquilobo e das Pegadas de Dinossáurios favorável ao aumento do ecoturismo na CIMT.

Fonte: Concepção própria, 2012.

FASE EMPÍRICA

CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

1. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Com vista a alcançar os objectivos da presente investigação e tendo em linha de conta a necessidade de esclarecer inquietações e dúvidas relacionadas com a temática em causa, serão apresentados, nesta dimensão, os dados estatísticos resultantes da aplicação dos inquéritos por questionário. Nesse sentido, os respectivos inquéritos foram aplicados aos *players* cujo *core business* se relaciona com o presente estudo, definindo-se assim o público-alvo da presente investigação, a saber: a CIMT e os municípios que a compõem – Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha –, bem como as empresas de animação turística existentes na CIMT.

Desta forma, existem duas versões dos inquéritos por questionário, tendo sido uma delas aplicada tanto à CIMT como aos municípios associados e, uma outra, aplicada às empresas de animação turística. Contudo, a única diferença entre ambas as versões dos questionários é a existência de dois capítulos adicionais que se destinam unicamente às empresas, não se aplicando aos municípios, pelo que toda a restante estrutura dos inquéritos é idêntica.

Das 27 entidades contactadas – sede da CIMT, 11 municípios da CIMT e 15 empresas de animação turística –, obtiveram-se um total de 22 respostas efectivas ao inquérito por questionário – sede da CIMT, 11 municípios da CIMT e 10 empresas de animação turística – e 1 resposta negativa por parte de uma das empresas, a Aventur – Aventura e Lazer, que se recusou a responder ao inquérito, alegando de que se trata de tempo perdido, dado que já colaborou com muitos outros investigadores, acabando por nunca ter acesso aos estudos finais nos quais cooperou. Deste modo, o total de respostas recebidas representa cerca de 82% da amostra e o período da recolha de dados equivale aos meses entre Setembro e Novembro de 2011.

A apresentação dos resultados analisados relativos à aplicação dos inquéritos por questionário segue a estrutura das questões do inquérito das empresas de animação turística (ver Apêndice III). A recolha, análise e o tratamento de dados, que se apresentam de seguida, foram efectuados com o propósito de responder à pergunta de partida.

1.1. CARACTERIZAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL

A totalidade das pessoas inquiridas na CIMT, bem como nos municípios da CIMT e nas empresas de animação turística da região do Médio Tejo são de nacionalidade portuguesa. No que respeita ao género dos inquiridos que compõem a amostra, cerca de 68% são do sexo masculino e 32% do sexo feminino (Gráfico 19). Quanto ao grupo etário, nove pessoas têm entre 25 e 35 anos, oito têm entre 36 e 45 anos e, finalmente, 5 pessoas têm mais de 45 anos (Gráfico 20), apresentando no geral uma média de idades de 40 anos.

Gráfico 19: Género dos inquiridos.

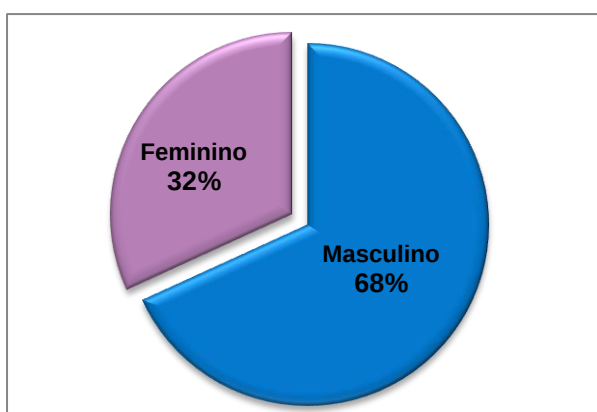
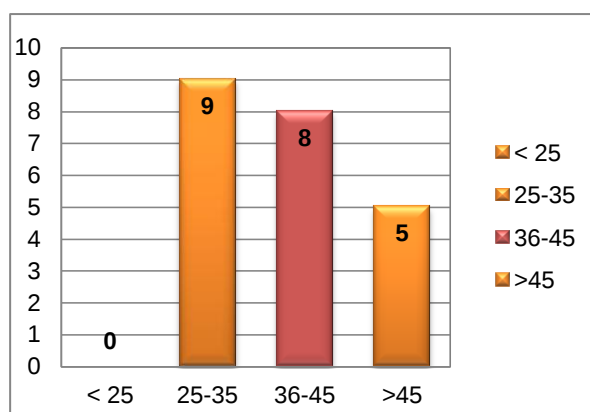
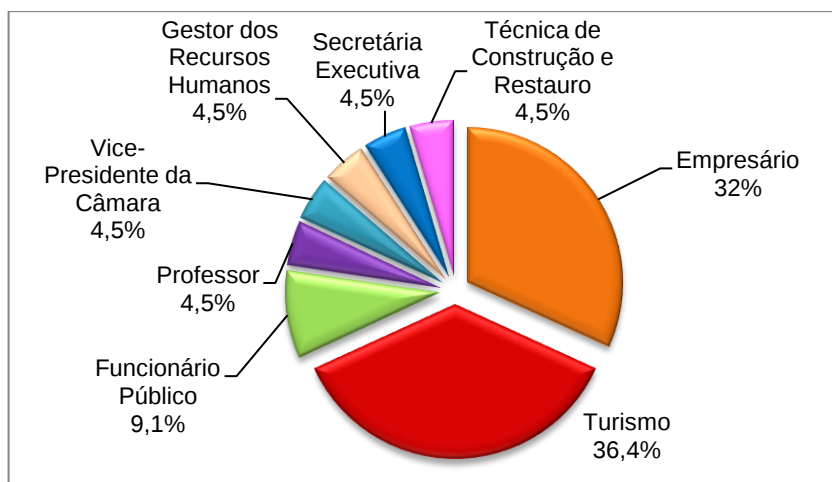


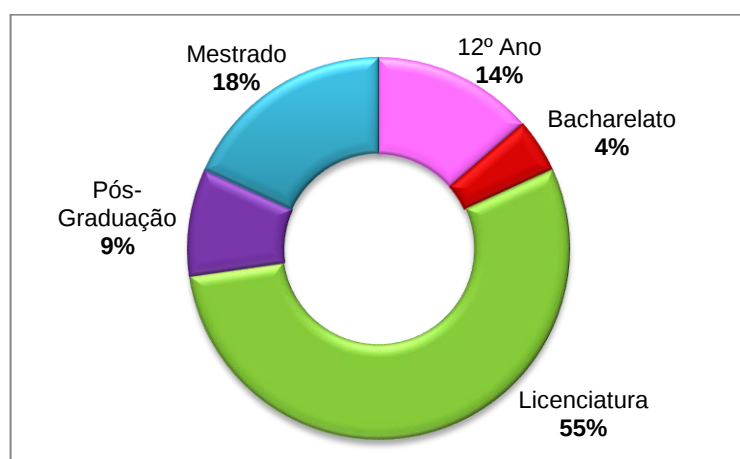
Gráfico 20: Grupo etário dos inquiridos.



Relativamente à profissão dos inquiridos (Gráfico 21), aproximadamente 36% desempenham funções na área do turismo e, desta forma, numa lógica de dar coerência a esta dimensão, criou-se um grande grupo de profissionais de turismo que engloba as seguintes profissões: técnico da cultura, do turismo e da valorização do património; técnico superior de turismo; chefe de divisão do turismo, da cultura e da museologia; e, animador turístico/guia aventura. Além do turismo, 32% dos inquiridos são empresários, 9% são funcionários da administração pública e, os restantes são professores, gestores dos recursos humanos, secretários executivos, técnicos de construção e restauro e, finalmente, vice-presidente da câmara municipal.

Gráfico 21: Profissão dos inquiridos.

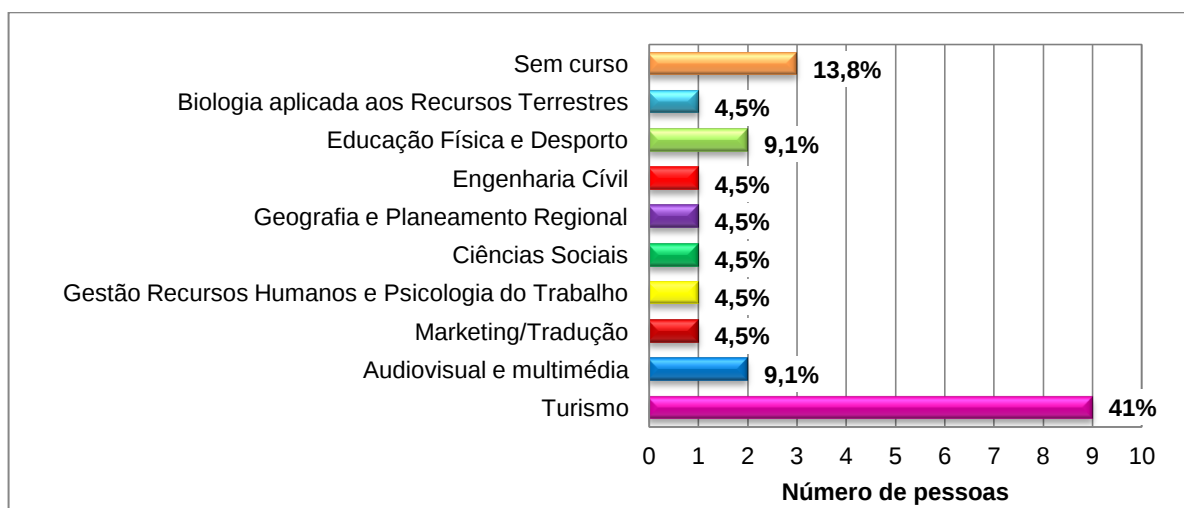
No que concerne às habilitações literárias, verifica-se que 55% dos inquiridos são licenciados, 18% possuem o mestrado, 14% só têm o 12º ano, 9% têm qualificações ao nível da pós-graduação e 4% do bacharelato (Gráfico 22). Importa referir, no entanto, que os graus mais baixos correspondem ao lado das empresas de animação turística e, em contrapartida, todos os níveis superiores pertencem às entidades públicas inquiridas – sede da CIMT e câmaras municipais da CIMT –, sendo a licenciatura o nível mais baixo apresentado por estas.

Gráfico 22: Habilitações literárias dos inquiridos.

De entre a totalidade de pessoas que têm pelo menos um curso superior (dezanove), cerca de 41% possuem um diploma da área do turismo, nomeadamente dos seguintes cursos: Estratégias de Desenvolvimento Turístico, Museus e Educação, Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural, Gestão de Operações Turísticas, Gestão

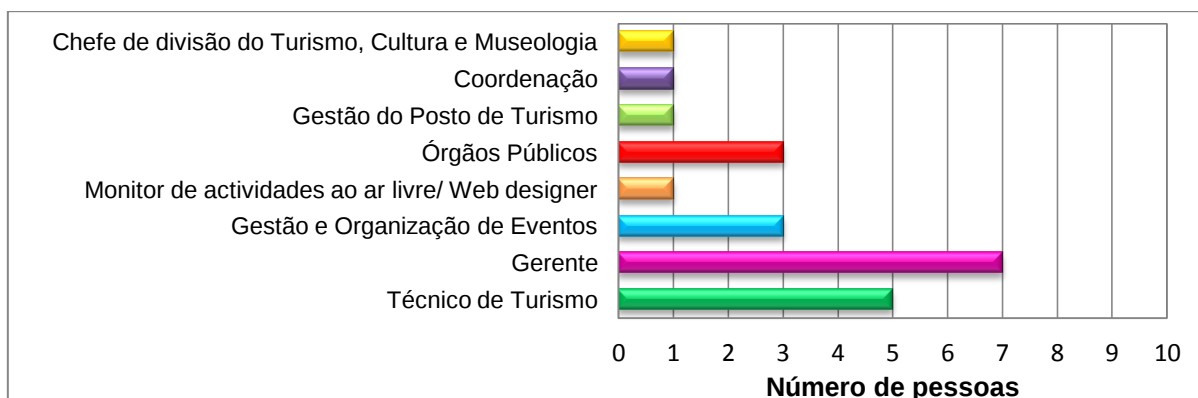
e Planeamento em Turismo, Gestão Turística e Cultural e, Gestão do Lazer e Animação Turística. À parte do turismo, 9,1% dos inquiridos têm formação noutras áreas, designadamente em Audiovisual e Multimédia e em Educação Física e Desporto e 4,5% em Marketing/Tradução, em Gestão dos Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho, em Ciências Sociais, em Geografia e Planeamento Regional e em Biologia aplicada aos Recursos Terrestres (Gráfico 23).

Gráfico 23: Designação do curso dos inquiridos.



Em relação à função principal dos 22 indivíduos inquiridos, 7 são gerentes do seu próprio negócio – empresas de animação turística –, 5 são técnicos de turismo, 3 exercem funções na área da gestão e organização de eventos, outros 3 são órgãos públicos – executivos camarários e secretariado – e, os restantes têm cargos diversos, tais como: chefe de divisão do turismo, da cultura e museologia; coordenador; gestor do posto de turismo; e monitor de actividades ao ar livre/*web designer* (Gráfico 24).

Gráfico 24: Função principal dos inquiridos.

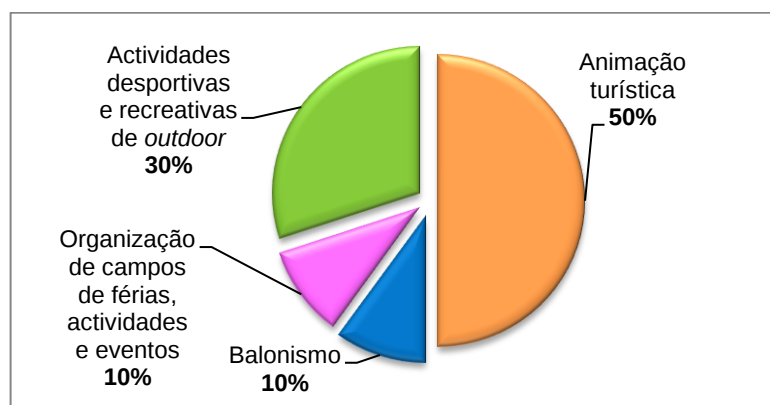


1.2. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA E PERFIL DA PROCURA

Esta dimensão restringe-se na sua totalidade às empresas de animação turística, pelo que se achou relevante verificar se todas as empresas que cooperaram com o estudo estão inscritas no Registo Nacional de Agentes de Animação Turística (RNAAT). Até à data em que os inquéritos foram aplicados – 2011 –, 80% das empresas de animação turística encontravam-se registadas no RNAAT e, somente 20% não se encontravam inscritas no mesmo. Apesar de 20% não estarem abrangidas pelo RNAAT, sentiu-se a necessidade de incluir as respostas destas empresas nos resultados finais, na medida em que são organizações com um grande impacto na região, direccionadas para os desportos de natureza que, por sua vez, são parte integrante do ecoturismo, que é o tema principal desta investigação.

De acordo com o Gráfico 25, verifica-se que a maioria (50%) das empresas inquiridas tem como objecto a animação turística, 30% as actividades desportivas e recreativas de *outdoor*, 10% a organização de campos de férias, actividades e eventos e, os restantes 10%, o balonismo. Quanto à natureza das empresas, todas elas têm origem local.

Gráfico 25: Objecto das empresas.



No que concerne ao tempo de existência das empresas, verificou-se que a maioria (60%) encontra-se no mercado há mais de 5 anos e, somente quatro empresas têm entre 1 e 5 anos de existência (Gráfico 26). Deste modo, grande parte das empresas apresenta já alguma maturidade no mercado, o que pode significar uma maior afluência por parte de visitantes, pelo seu maior reconhecimento a nível local e nacional.

Por conseguinte, relativamente ao perfil da procura das empresas em questão, constatou-se que 60% das empresas recebe aproximadamente entre 21 e 50 visitantes por

mês, 20% mais de 100 visitantes, 10% menos de 20 e, outros 10% entre 51 e 100 visitantes (Gráfico 27).

Gráfico 26: Tempo de existência da empresa, 2011.

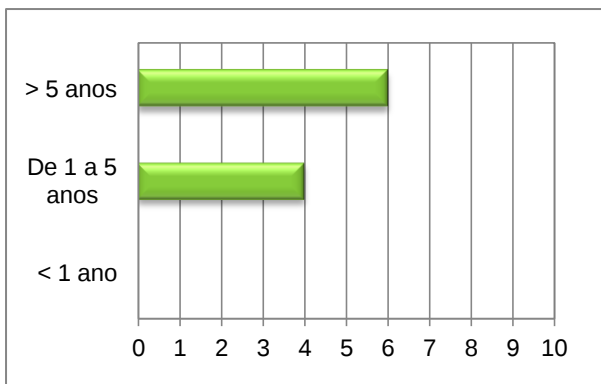
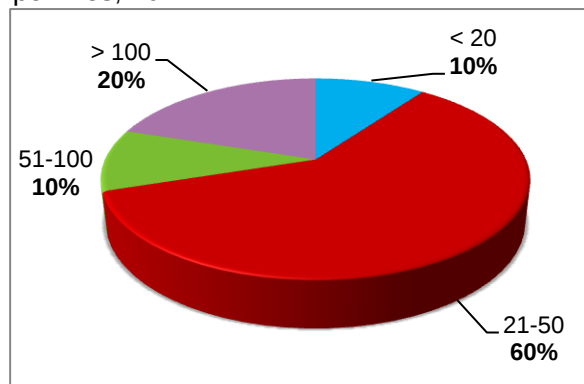


Gráfico 27: Quantidade média de visitantes por mês, 2011.



No que respeita ao comportamento do fluxo de visitantes nos últimos anos (Quadro 16), a nível de clientes internacionais, bem como de clientes locais, 4 empresas consideram que têm cada vez mais visitantes/clientes estrangeiros e locais, enquanto 3 consideram que recebem aproximadamente o mesmo número de visitantes internacionais e locais que nos anos precedentes e, finalmente, outras 3 empresas depreendem que têm tido uma menor procura por parte destes tipos de visitantes. Por outro lado, a nível de clientes nacionais, somente uma empresa considera que o seu fluxo tem vindo a crescer ao longo dos últimos anos, enquanto 6 concluem que este se tem mantido e, 3 que a procura por parte de visitantes de nacionalidade portuguesa diminuiu. O facto de o fluxo de visitantes nacionais ter vindo, maioritariamente, a decrescer ou a manter-se, pode ter como explicação o agravamento da crise económica e financeira que o país tem vindo a sofrer nestes últimos anos e, que tem feito com que a população no geral tenha de fazer escolhas mais limitadas, nomeadamente no que respeita a bens ou serviços de primeira necessidade, em detrimento de bens ou serviços considerados supérfluos.

Não obstante, a totalidade das empresas retorquiu que a maioria dos seus clientes tem nacionalidade portuguesa, o que indica que apesar do número de visitantes nacionais estar a decrescer ou a manter-se e o número de visitantes internacionais estar a aumentar, são os nacionais que representam o maior número e permitem que a empresa seja reconhecida e se mantenha em funcionamento.

Quadro 16: Comportamento do fluxo de visitantes nas empresas de animação turística da CIMT, nos últimos anos.

	Internacionais	Nacionais	Locais
Maior	4	1	4
Igual	3	6	3
Menor	3	3	3

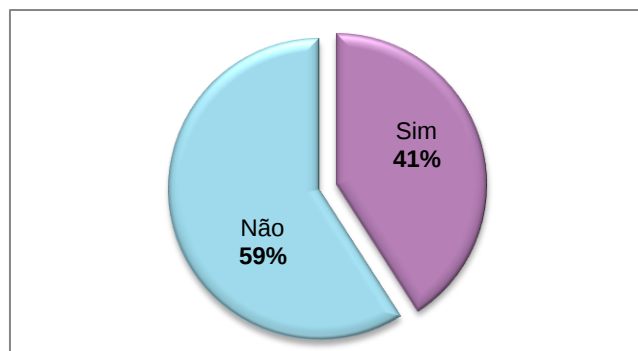
1.3. POLÍTICAS, MODELOS DE GESTÃO E ESTRATÉGIA

Esta dimensão tem como objectivo central a delineação de modelos de gestão e estratégia que beneficiem o ecoturismo como pólo de atractividade turística nos onze municípios que compõem a CIMT. A presente dimensão, ‘políticas, modelos de gestão e estratégia’, surge nos inquéritos dirigidos à CIMT e aos seus municípios, assim como às empresas de animação turística que operam na região.

Na questão relativa à importância do turismo para o desenvolvimento do território, todas as entidades – municípios e empresas – responderam Muito Importante, à excepção da sede da CIMT e de duas empresas que consideraram apenas Importante. Com efeito, de uma forma geral, todas as respostas foram muito positivas, pelo que se deduz que o turismo se trata de uma actividade preponderante para o desenvolvimento da região.

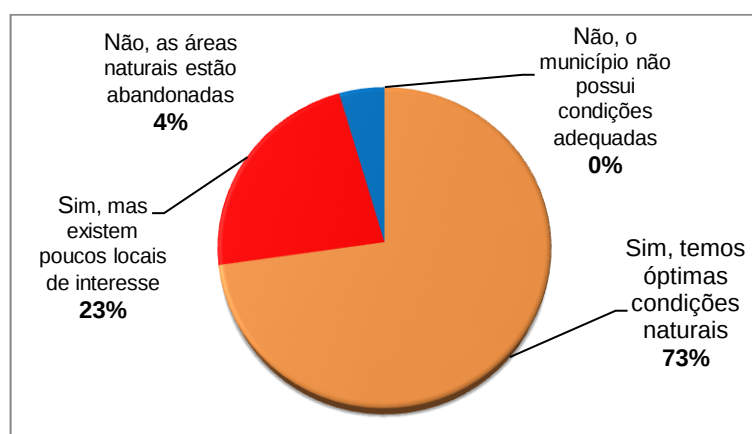
Como se observa no Gráfico 28, cerca de 59% dos inquiridos nunca esteve envolvido em qualquer projecto de trabalho ou de investigação susceptível de ser relevante para o desenvolvimento do ecoturismo no território. Desses 59%, cerca de 62% mostraram-se interessados em participar em projectos ecoturísticos, 31% afirmam que lhes é indiferente e somente 7%, não se mostram nada interessados. Em contrapartida, 41% dos inquiridos afirma ter já participado em projectos turísticos, tais como: passeios pedestres e interpretação do património; levantamento do património subaquático; elaboração de percursos pedestres sinalizados; fornecimento de informações faunísticas para o projecto Biodiversity4all; *ateliers* artísticos; recuperação da Reserva do Boquilobo; e, estruturação turística. Deste modo, pelas acções já prestadas, verifica-se que a região tem sido alvo de iniciativas com uma grande relevância para o ecoturismo.

Gráfico 28: Envolvimento em projectos de trabalho ou de investigação relevantes para o ecoturismo.



Numa tentativa de avaliar os municípios da CIMT, investigou-se se os municípios possuem condições adequadas para o desenvolvimento do ecoturismo. Deste modo, como se pode verificar no Gráfico 29, aproximadamente 73% das entidades inquiridas afirmam que o município onde se inserem tem óptimas condições naturais, 23% consideram que o seu município tem boas condições, mas que existem poucos locais de interesse e, apenas, 4% declaram que o município não tem condições adequadas para o desenvolvimento do ecoturismo, pois as áreas naturais encontram-se abandonadas. Verifica-se então, que no geral, o território que constitui toda a CIMT abrange toda uma área que tem um grande potencial a nível de ecoturismo.

Gráfico 29: Condições dos municípios da CIMT para o desenvolvimento do ecoturismo.



No que concerne às motivações que induzem ao consumo do ecoturismo, foram apresentadas às entidades inquiridas um conjunto de possíveis razões que podem concorrer para a procura do produto em questão, que são apresentadas nos Quadros 17 e 18. Para

tal, foi utilizada uma escala de 1 a 5, por ordem decrescente de importância, em que o 1 foi considerado o mais importante e o 5, o menos importante.

Em face da análise e interpretação de resultados, apurou-se que; a interação com as comunidades locais; bem como, o relaxamento e a apreciação do sossego da natureza foram as motivações que reuniram um maior consenso entre as empresas de animação turística inquiridas. Estas motivações foram as que congregaram um maior número de respostas, não tendo sido eleitas somente por 30% ou 40% das empresas, como demonstra o quadro seguinte (Quadro 17).

Por outro lado, apesar de não terem agregado um grande número de respostas, duas das motivações apresentadas foram reconhecidas por 40% do total das empresas como sendo as mais importantes, sendo elas: viajar com um intuito de um baixo ou nenhum impacto no ambiente e, aumentar a confiança através de actividades desafiantes.

Quadro 17: Motivações do ecoturismo segundo as empresas, em frequência e percentagem (%) de resposta total.

Empresas de animação turística da CIMT												
Motivações do Ecoturismo	Fr*	1	Fr*	2	Fr*	3	Fr*	4	Fr*	5	Fr*	SR**
Conhecer e aprender sobre novas culturas e diferentes modos de vida	-	-	1	10	-	-	-	-	4	40	5	50
Viajar com o intuito de um baixo ou nenhum impacto	2	20	-	-	1	10	-	-	-	-	7	70
Contemplar locais exóticos e prístinos, antes que estes desapareçam	1	10	2	20	1	10	-	-	1	10	5	50
Contribuir para a melhoria da economia local	1	10	1	10	1	10	2	20	-	-	5	50
Aventura, fruição e usufruto dos espaços naturais	1	10	2	20	1	10	1	10	2	20	3	30
Sentimento de retribuição/voluntariado/ criar a mudança	-	-	-	-	2	20	-	-	-	-	8	80
Visitar territórios naturais, com baixa densidade populacional	1	10	1	10	-	-	1	10	-	-	7	70
Aumentar os seus conhecimentos relativamente à fauna e flora	1	10	-	-	-	-	1	10	-	-	8	80
Interagir com as comunidades locais	1	10	1	10	2	20	2	20	-	-	4	40
Aumentar a confiança através de actividades desafiantes	2	20	2	20	1	10	-	-	-	-	5	50
Relaxar e apreciar o sossego da natureza	-	-	-	-	1	10	3	30	2	20	4	40
Outras: Diversão e lazer	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10	9	90

*Fr: Frequência

**SR: Sem resposta

No que respeita às motivações do ecoturismo segundo a opinião da CIMT e dos seus municípios, verifica-se que os motivos que cerca de 42% destas entidades consideram mais relevantes no momento da escolha pela prática do ecoturismo são a aventura, a fruição e o usufruto dos espaços naturais e, o aumento dos conhecimentos relativamente à fauna e flora (Quadro 18). Em contrapartida, as motivações cuja eleição agregou um maior número de respostas por parte das entidades foram: a contribuição para a melhoria da economia local; a interacção com as comunidades locais; e, o facto de se poder relaxar e apreciar o sossego da natureza. Adicionalmente, há que realçar que somente 16,7% das entidades abrangidas no Quadro 17, não consentiram com estas respostas.

Quadro 18: Motivações do ecoturismo segundo a CIMT e seus municípios, em frequência e percentagem (%) de resposta total.

CIMT e municípios da CIMT												
Motivações do Ecoturismo	Fr*	1	Fr*	2	Fr*	3	Fr*	4	Fr*	5	Fr*	SR**
Conhecer e aprender sobre novas culturas e diferentes modos de vida	1	8,3	-	-	2	16,7	1	8,3	2	16,7	6	50
Viajar com o intuito de um baixo ou nenhum impacto	1	8,3	-	-	-	-	-	-	1	8,3	10	83,3
Contemplar locais exóticos e prístinos, antes que estes desapareçam	1	8,3	-	-	1	8,3	1	8,3	1	8,3	8	66,7
Contribuir para a melhoria da economia local	1	8,3	2	16,7	3	25	-	-	4	33,3	2	16,7
Aventura, fruição e usufruto dos espaços naturais	3	25	2	16,7	-	-	1	8,3	-	-	6	50
Sentimento de retribuição/voluntariado/ criar a mudança	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	100
Visitar territórios naturais, com baixa densidade populacional	-	-	2	16,7	-	-	2	16,7	1	8,3	7	58,3
Aumentar os seus conhecimentos relativamente à fauna e flora	2	16,7	-	-	-	-	4	33,3	-	-	6	50
Interagir com as comunidades locais	1	8,3	4	33,3	3	25	1	8,3	1	8,3	2	16,7
Aumentar a confiança através de actividades desafiantes	1	8,3	-	-	-	-	-	-	-	-	11	91,7
Relaxar e apreciar o sossego da natureza	1	8,3	2	16,7	3	25	2	16,7	2	16,7	2	16,7

*Fr: Frequência

**SR: Sem resposta

Como forma de avaliar a opinião dos inquiridos relativamente às intervenções que deverão ser realizadas, num futuro próximo, para que a afirmação do ecoturismo seja possível em todo o território da CIMT, foram sugeridas algumas acções exequíveis que se apresentam nos Quadros 19 e 20. Deste modo, a escala utilizada varia de 1 a 3, por ordem

decrecente de importância, na qual o 1 representa o mais importante e o 3, o menos relevante.

Através da análise e interpretação dos resultados, verificou-se que as intervenções que reuniram um maior número de respostas (50%), por parte das empresas de animação turística inquiridas, foram a criação de programação distinta para os turistas e, a divulgação e promoção dos locais de interesse (Quadro 19). Constatou-se ainda que, por coincidência, ambas as intervenções anteriormente descritas foram igualmente nomeadas, no conjunto, por 60% das empresas, como sendo as mais relevantes a efectivar no território.

Quadro 19: Intervenções para a afirmação do ecoturismo no território segundo as empresas, em frequência e percentagem (%) de resposta total.

Empresas de animação turística da CIMT								
Intervenções	Fr*	1	Fr*	2	Fr*	3	Fr*	SR**
Criação de programação distinta para os turistas	3	30	1	10	1	10	5	50
Levantamento histórico e paisagístico dos locais de interesse	2	20	2	20	-	-	6	60
Restituição do património paisagístico	-	-	-	-	2	20	8	80
Implementação de sistemas de informação turística nos locais de interesse	-	-	2	20	2	20	6	60
Realização e utilização de parcerias-chave	-	-	3	30	-	-	7	70
Criação de circuitos e itinerários temáticos	2	20	-	-	2	20	6	60
Divulgação e promoção dos locais de interesse	3	30	1	10	1	10	5	50
Construção de novos equipamentos culturais, desportivos e de lazer	-	-	1	10	1	10	8	80
Melhoria das acessibilidades	-	-	-	-	-	-	10	100
Outras: Mudar os políticos	-	-	-	-	1	10	9	90

*Fr: Frequência

**SR: Sem resposta

Na opinião da CIMT e dos municípios constituintes, e de acordo com o quadro seguinte (Quadro 20), há uma intervenção em que a unanimidade de respostas foi geral, não tendo sido escolhida unicamente por um município, que é a criação de circuitos e itinerários temáticos e, ainda outra cuja importância é muito relevante para 50% das entidades inquiridas, sendo ela, a divulgação e promoção dos locais de interesse. À parte desta intervenção, para outras duas entidades, o levantamento histórico e paisagístico dos locais de interesse, bem como a implementação de sistemas de informação turística nos locais de interesse foram igualmente eleitas por uma grande porção das entidades (Quadro 20).

Quadro 20: Intervenções para a afirmação do ecoturismo no território segundo a CIMT e seus municípios, em frequência e percentagem (%) de resposta total.

CIMT e municípios da CIMT								
Intervenções	Fr*	1	Fr*	2	Fr*	3	Fr*	SR**
Criação de programação distinta para os turistas	1	8,3	-	-	1	8,3	10	83,3
Levantamento histórico e paisagístico dos locais de interesse	2	16,7	1	8,3	2	16,7	7	58,3
Restituição do património paisagístico	-	-	1	8,3	1	8,3	10	83,3
Implementação de sistemas de informação turística nos locais de interesse	1	8,3	1	8,3	3	25	7	58,3
Realização e utilização de parcerias-chave	1	8,3	1	8,3	1	8,3	9	75
Criação de circuitos e itinerários temáticos	-	-	7	58,3	4	33,3	1	8,3
Divulgação e promoção dos locais de interesse	6	50	1	8,3	-	-	5	41,7
Construção de novos equipamentos culturais, desportivos e de lazer	-	-	-	-	-	-	12	100
Melhoria das acessibilidades	1	8,3	-	-	-	-	11	91,7

*Fr: Frequência

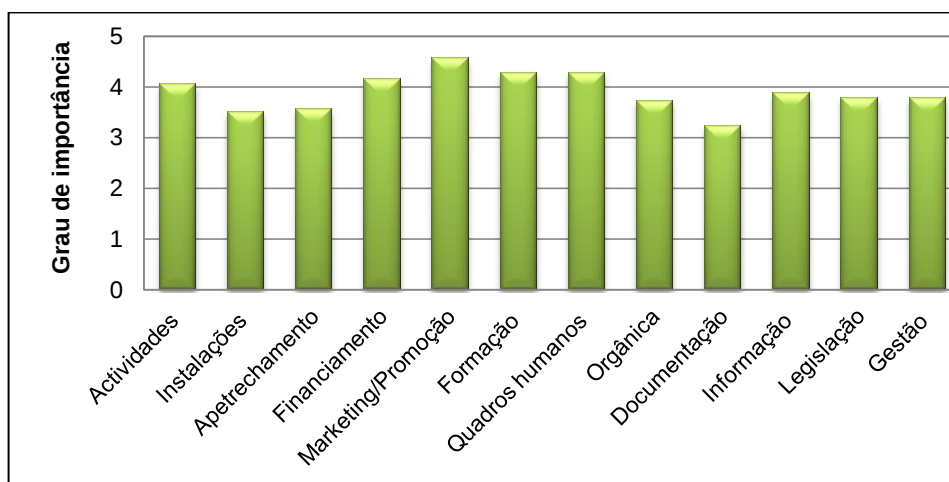
**SR: Sem resposta

1.4. QUALIFICAÇÃO GERAL DO PRODUTO NO TERRITÓRIO

Nesta dimensão, pretende-se perceber a concepção de cada entidade relativamente à importância da qualificação global do produto no território da CIMT. Deste modo, em todas as subcategorias desta dimensão, foi utilizada uma escala crescente de importância que varia de 1 a 5, na qual o 5 indica 'extremamente importante', o 4 – muito importante, o 3 – importante, o 2 – pouco importante e, o 1 – nada importante.

No Gráfico 30 encontram-se discriminados alguns dos factores de desenvolvimento que podem ter um papel fundamental para a afirmação do ecoturismo no território em questão, representados de acordo com a média das respostas das entidades, segundo a escala acima utilizada.

Desta forma, como referencia o gráfico seguinte, os factores de desenvolvimento que, na opinião da totalidade das entidades inquiridas, são mais relevantes para a afirmação do ecoturismo na CIMT são o *marketing*/promoção, a formação, os quadros humanos, o financiamento e as actividades.

Gráfico 30: Grau de importância atribuído aos factores de desenvolvimento.

SINTESE ESTATÍSTICA: Grau de importância atribuído aos factores de desenvolvimento existentes na CIMT para a afirmação do ecoturismo no território.

Quadro 21: Grau de importância atribuído aos factores de desenvolvimento existentes na CIMT.

FACTORES DE DESENVOLVIMENTO	Média total	Desvio Padrão	Mediana total	Moda total	Moda CIMT e municípios (12)	Moda empresas (10)
Actividades (eventos culturais e desportivos, entre outros)	4,0	0,90	4,0	4	4	5
Instalações (espaços naturais, golfe, SPA's, entre outros)	3,5	0,80	3,5	3	3	4
Apetrechamento (apoio aos equipamentos)	3,5	0,80	3,0	3	4	3
Financiamento (empréstimos, investimentos)	4,1	0,94	4,0	5	5	3
Marketing/Promoção	4,5	0,51	5,0	5	5	5
Formação (acreditação, actividades didácticas)	4,3	0,77	4,0	5	4	5
Quadros humanos (adequação dos mesmos)	4,3	0,77	4,0	5	5	5
Orgânica (atribuição de competências, funções)	3,7	0,98	4,0	3	3	3
Documentação (centros de documentação, entre outros)	3,2	0,97	3,0	3	3	3
Informação (conteúdos, páginas electrónicas)	3,9	0,94	4,0	4	4	3
Legislação (gestão urbanística e ambiental)	3,8	0,92	4,0	3	4	3
Gestão (gestão da produção e do ambiente)	3,8	0,75	4,0	3	4	3

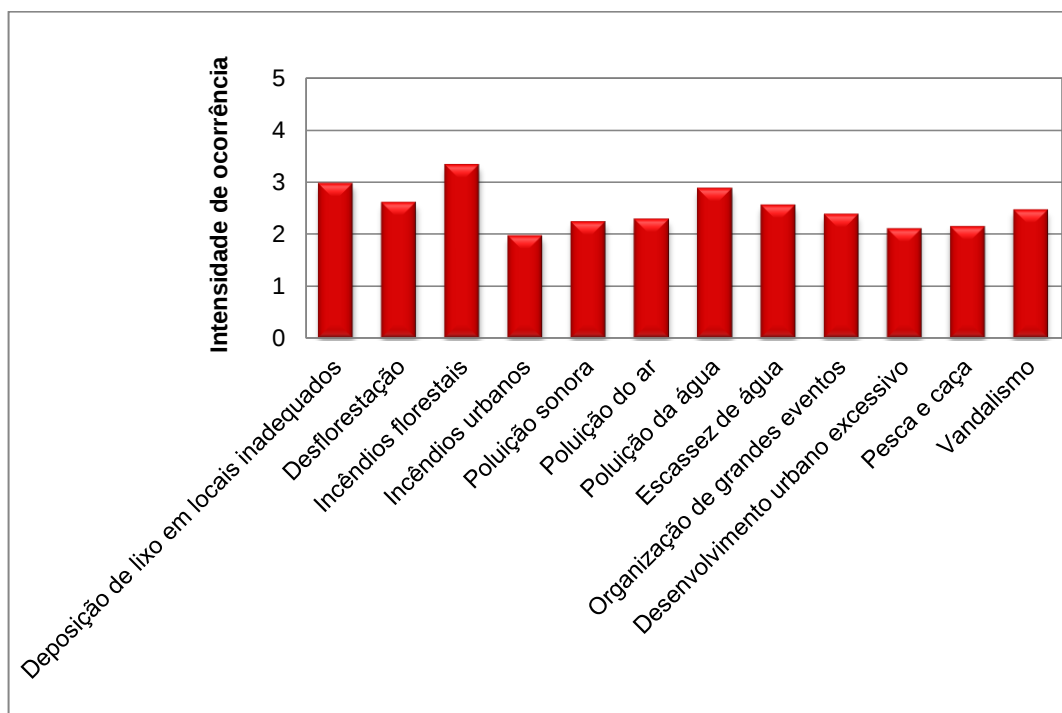
Fonte: Concepção própria, 2012.

No Gráfico 31, que diz respeito à intensidade de ocorrência dos problemas ambientais e sociais que existem na CIMT, foi utilizada uma escala crescente de intensidade

de ocorrência que varia de 1 a 5, na qual o 5 indica 'extremamente frequente', o 4 – muito frequente, o 3 – frequente, o 2 – pouco frequente e, o 1 – nunca ocorre.

Por conseguinte, segundo as entidades inquiridas os problemas que mais ocorrem no território são os incêndios florestais, a deposição de lixo em locais inadequados e poluição da água. Em contrapartida, os problemas menos frequentes são os incêndios urbanos, o desenvolvimento urbano excessivo e a pesca e caça.

Gráfico 31: Intensidade de ocorrência dos problemas ambientais e sociais existentes na CIMT.



SÍNTESE ESTATÍSTICA: Intensidade de ocorrência dos problemas ambientais e sociais existentes na CIMT, com vista à atenuação dos mesmos.

Quadro 22: Intensidade de ocorrência dos problemas ambientais e sociais existentes na CIMT.

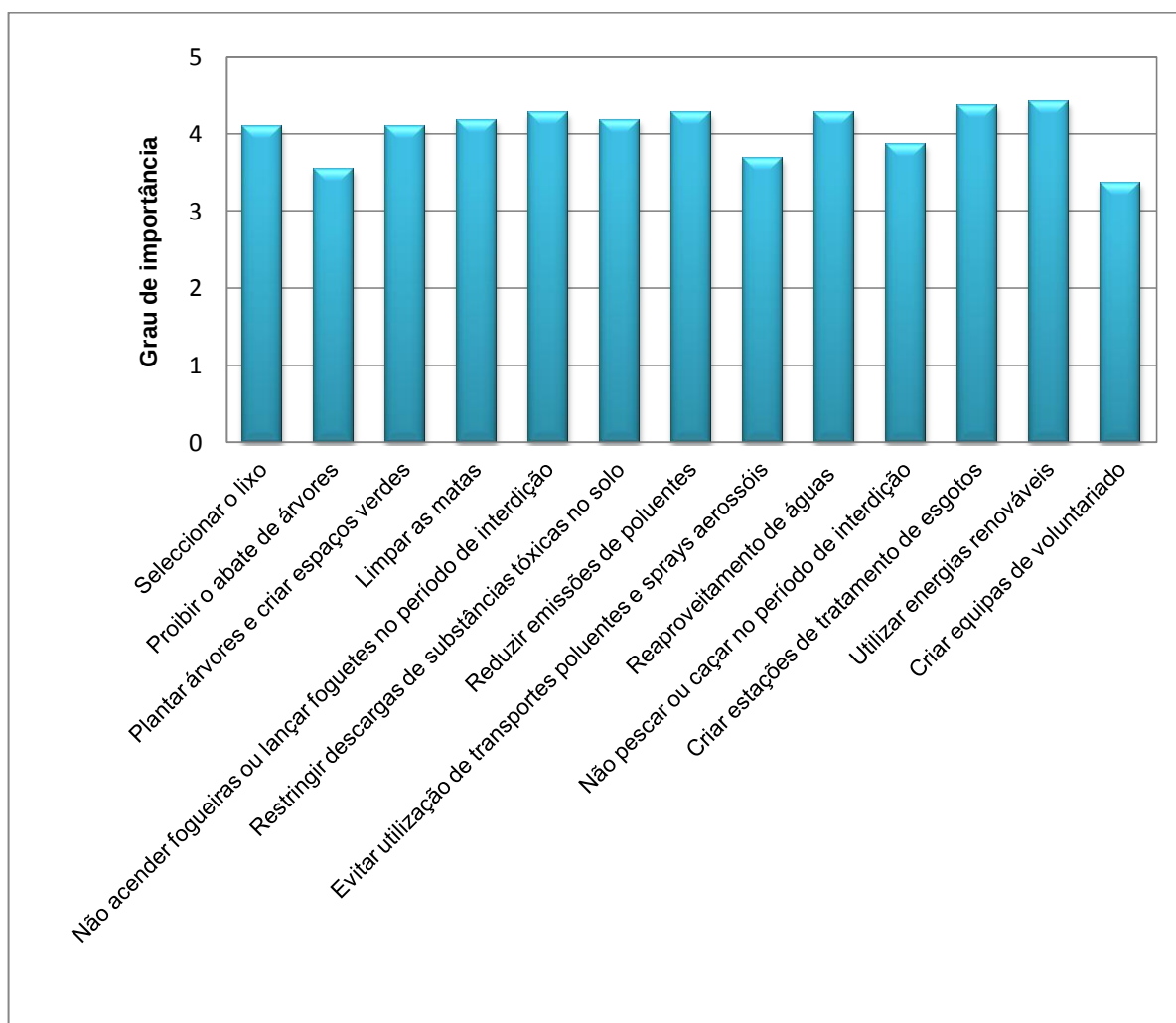
PROBLEMAS AMBIENTAIS E SOCIAIS	Média total	Desvio Padrão	Mediana total	Moda total	Moda CIMT e municípios (12)	Moda empresas (10)
Deposição de lixo em locais inadequados	3,0	1,0	3,0	2	2	4
Desflorestação	2,6	0,80	2,0	2	2	3
Incêndios florestais	3,3	0,95	3,0	3	3	3
Incêndios urbanos	2,0	0,38	2,0	2	2	2
Poluição sonora	2,2	0,43	2,0	2	2	2
Poluição do ar	2,3	0,55	2,0	2	2	2
Poluição da água	2,9	1,13	2,0	2	2	2
Escassez de água	2,5	0,96	2,0	2	2	3

Organização de grandes eventos	2,4	0,58	2,0	2	2	2
Desenvolvimento urbano excessivo	2,1	0,61	2,0	2	2	2
Pesca e caça	2,1	0,71	2,0	2	2	2
Vandalismo	2,5	0,74	2,0	2	2	2

Fonte: Conceção própria, 2012.

Como se encontra referenciado no Gráfico 32, as medidas sociais e ambientais que os inquiridos consideram mais relevantes para a afirmação do ecoturismo no território são: a utilização de energias renováveis, a criação de estações de tratamentos de esgotos, o reaproveitamento das águas, a redução das emissões de poluentes, e ainda, o não ateamento de fogueiras ou lançamento de foguetes no período de interdição.

Gráfico 32: Grau de importância atribuído às medidas sociais e ambientais.



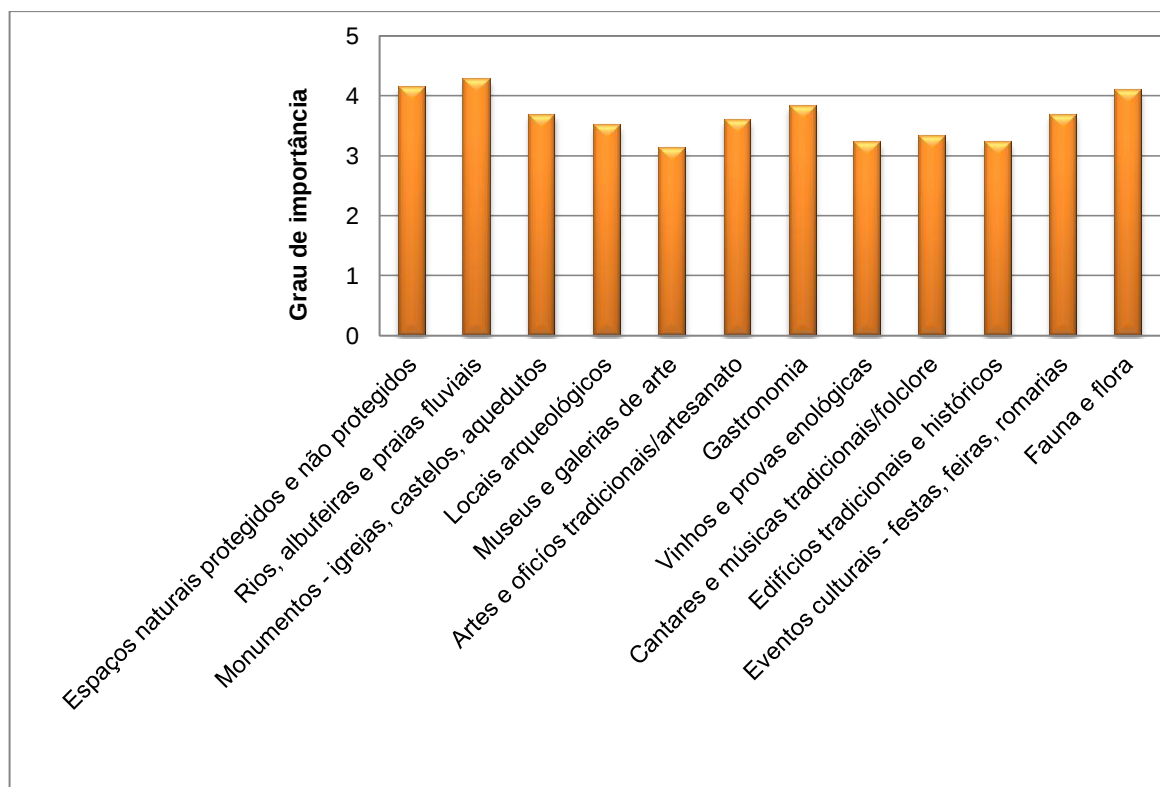
SINTESE ESTATÍSTICA: Grau de importância atribuído às medidas sociais e ambientais, numa perspectiva de afirmação do ecoturismo na CIMT.

Quadro 23: Grau de importância atribuído às medidas sociais e ambientais.

MEDIDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS	Média total	Desvio Padrão	Mediana total	Moda total	Moda CIMT e municípios (12)	Moda empresas (10)
Seleccionar o lixo	4,1	1,0	4,0	4	4	4
Proibir o abate de árvores	3,5	1,18	4,0	4	4	4
Plantar árvores e criar espaços verdes	4,1	0,81	4,0	4	5	4
Limpar as matas	4,2	0,96	4,0	4	5	4
Não acender fogueiras ou lançar foguetes no período de interdição	4,3	0,83	4,5	5	5	5
Restringir descargas de substâncias tóxicas no solo	4,2	0,85	4,0	5	4	5
Reduzir emissões de poluentes	4,3	0,77	4,0	5	5	5
Evitar utilização de transportes poluentes e <i>sprays</i> aerossóis	3,7	1,13	4,0	4	4	3
Reaproveitamento de águas	4,3	0,77	4,0	5	5	3
Não pescar ou caçar no período de interdição	3,9	1,04	4,0	5	4	3
Criar estações de tratamento de esgotos	4,4	0,90	5,0	5	5	5
Utilizar energias renováveis	4,4	0,80	5,0	5	5	5
Criar equipas de voluntariado	3,4	1,53	3,5	3	5	3

Fonte: Conceção própria, 2012.

Como se verifica no Gráfico 33, os recursos turísticos existentes na CIMT que as diferentes entidades consideram ser mais relevantes para o desenvolvimento do ecoturismo no território são: os rios, albufeiras e praias fluviais; os espaços naturais protegidos e não protegidos; a fauna e flora; a gastronomia; os monumentos – igrejas, castelos, aquedutos; e, os eventos culturais – festas, feiras, romarias. Por outro lado, os recursos aos quais os inquiridos atribuem menos importância são: os museus e galerias de arte; os vinhos e provas enológicas; e, os edifícios tradicionais e históricos.

Gráfico 33: Grau de importância atribuído aos recursos turísticos existentes na CIMT.

SINTESE ESTATÍSTICA: Grau de importância atribuído aos recursos turísticos existentes na CIMT, visando o desenvolvimento do ecoturismo no território da CIMT.

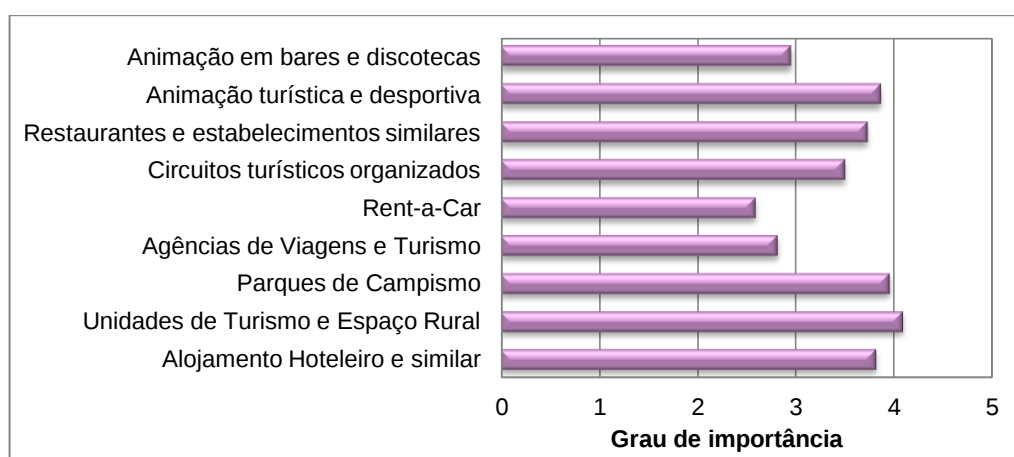
Quadro 24: Grau de importância atribuído aos recursos turísticos existentes na CIMT.

RECURSOS TURÍSTICOS	Média total	Desvio Padrão	Mediana total	Moda total	Moda CIMT e municípios (12)	Moda empresas (10)
Espaços naturais protegidos e não protegidos	4,1	0,99	4,5	5	5	5
Rios, albufeiras e praias fluviais	4,3	0,77	4,0	5	5	5
Monumentos – igrejas, castelos, aquedutos	3,7	1,04	4,0	4	4	3
Locais arqueológicos	3,5	1,30	4,0	4	4	3
Museus e galerias de arte	3,1	1,08	3,0	3	3	2
Artes e ofícios tradicionais/ artesanato	3,6	0,73	4,0	4	4	3
Gastronomia	3,8	0,73	4,0	4	4	4
Vinhos e provas enológicas	3,2	1,27	3,5	4	4	3
Cantares e músicas tradicionais/ folclore	3,3	1,13	3,0	3	4	3
Edifícios tradicionais e históricos	3,2	1,15	3,0	3	3	3
Eventos culturais – festas, feiras, romarias	3,7	0,95	4,0	4	4	3
Fauna e flora	4,1	0,87	4,0	5	4	5

Fonte: Concepção própria, 2012.

Conforme se encontra exposto no Gráfico 34, os equipamentos e serviços turísticos existentes na CIMT que as empresas e os municípios consideram ser mais relevantes para a afirmação do ecoturismo no território são: as unidades de Turismo e Espaço Rural (TER); os Parques de Campismo; a animação turística e desportiva; o alojamento hoteleiro e similar; e, os restaurantes e estabelecimentos similares. Em contrapartida, encaram os *rent-a-car*, as agências de viagens e turismo, bem como, a animação em bares e discotecas, os equipamentos e serviços turísticos com menos interesse para a afirmação do ecoturismo.

Gráfico 34: Grau de importância atribuído aos equipamentos e serviços turísticos existentes na CIMT.



SINTESE ESTATÍSTICA: Grau de importância atribuído aos equipamentos e serviços turísticos existentes na CIMT, numa perspectiva de afirmação do ecoturismo no território da CIMT.

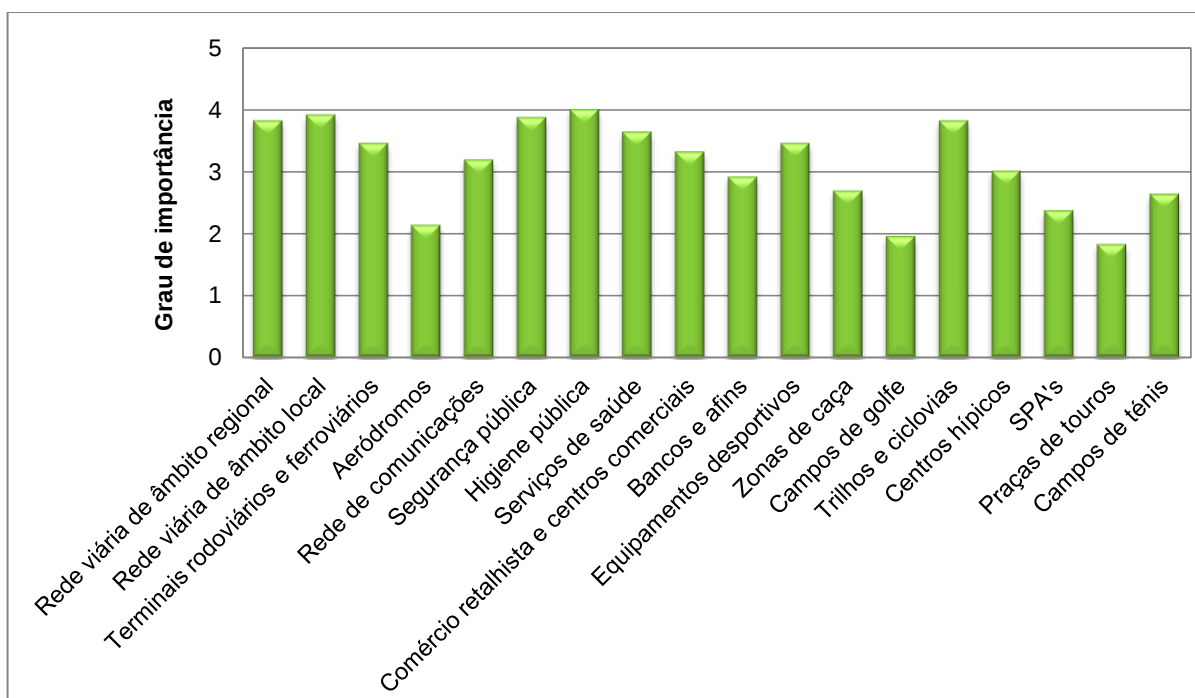
Quadro 25: Grau de importância atribuído aos equipamentos e serviços turísticos existentes na CIMT.

EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS	Média total	Desvio Padrão	Mediana total	Moda total	Moda CIMT e municípios (12)	Moda empresas (10)
Alojamento hoteleiro e similar	3,8	0,66	4,0	4	3	4
Unidades de TER	4,1	1,19	4,0	4	5	4
Parques de campismo	4,0	1,05	4,0	4	4	5
Agências de Viagens e Turismo	2,8	1,26	3,0	3	3	4
<i>Rent-a-Car</i>	2,6	1,33	3,0	3	2	3
Circuitos turísticos organizados	3,5	1,37	4,0	4	3	4
Restaurantes e estabelecimentos similares	3,7	0,83	4,0	4	3	4
Animação turística e desportiva	3,9	1,08	4,0	4	4	5
Animação em bares e discotecas	3,0	0,84	3,0	3	2	3

Fonte: Concepção própria, 2012.

No Gráfico 35, observa-se que os equipamentos e infra-estruturas complementares ao turismo presentes na CIMT que são considerados mais relevantes para o desenvolvimento do ecoturismo no território são: a higiene pública; a rede viária de âmbito local; a segurança pública; a rede viária de âmbito regional; os trilhos e ciclovias; e, os serviços de saúde.

Gráfico 35: Grau de importância atribuído aos equipamentos e infra-estruturas complementares ao turismo existentes na CIMT.



SINTESE ESTATÍSTICA: Grau de importância atribuído aos equipamentos e infra-estruturas complementares ao turismo existentes na CIMT, numa perspectiva de afirmação do ecoturismo no território da CIMT.

Quadro 26: Grau de importância atribuído aos equipamentos e infra-estruturas complementares ao turismo existentes na CIMT.

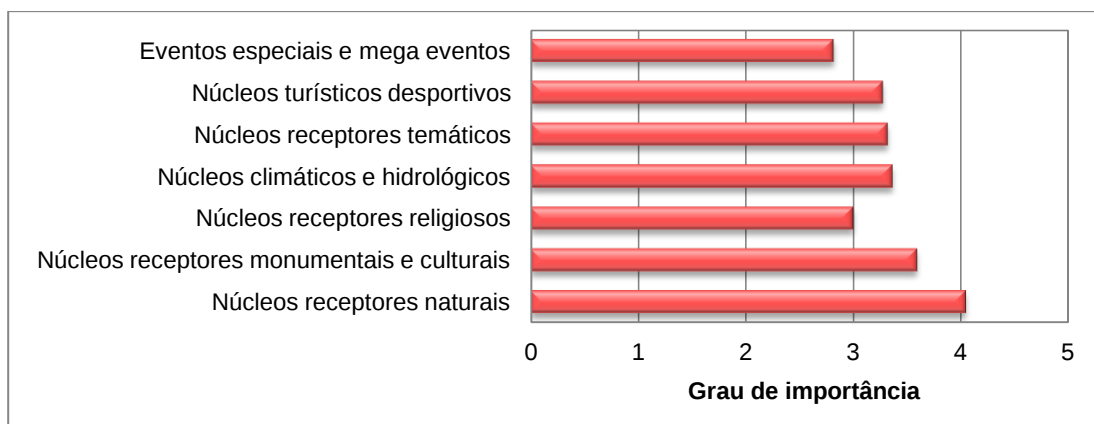
EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS COMPLEMENTARES AO TURISMO	Média total	Desvio Padrão	Mediana total	Moda total	Moda CIMT e municípios (12)	Moda empresas (10)
Rede viária de âmbito regional	3,8	0,85	4,0	4	4	3
Rede viária de âmbito local	3,9	0,81	4,0	4	4	4
Terminais rodoviários e ferroviários	3,5	0,91	3,0	3	3	3
Aeródromos	2,1	0,99	2,0	2	2	2
Rede de comunicações	3,2	1,10	3,0	3	3	3

Segurança pública (polícia, entre outros)	3,9	0,83	4,0	4	4	3
Higiene pública	4,0	0,76	4,0	4	4	4
Serviços de saúde	3,6	0,85	3,5	3	4	3
Comércio retalhista e centros comerciais	3,3	0,95	3,0	3	3	3
Bancos e afins	2,9	0,81	3,0	3	3	2
Equipamentos desportivos	3,5	0,86	3,0	3	4	3
Zonas de caça	2,7	1,36	3,0	3	4	3
Campos de golfe	2,0	1,25	2,0	2	2	1
Trilhos e ciclovias	3,8	1,01	4,0	4	5	4
Centros hípicas	3,0	1,11	3,0	3	3	3
SPA's	2,4	1,36	2,5	3	3	3
Praças de touros	1,8	1,10	2,0	2	2	1
Campos de ténis	2,6	1,05	3,0	3	3	2

Fonte: Concepção própria, 2012.

De acordo com o Gráfico 36, os núcleos de atracção turística existentes na CIMT cuja relevância é maior no que respeita ao desenvolvimento do ecoturismo no território são: os núcleos receptores naturais; os núcleos receptores monumentais e culturais; e, os núcleos climáticos e hidrológicos que, por sua vez, correspondem aos núcleos naturais e aos núcleos concebidos sem intenção.

Gráfico 36: Grau de importância atribuído aos núcleos de atracção turística existentes na CIMT.



SINTESE ESTATÍSTICA: Grau de importância atribuído aos núcleos de atracção turística existentes na CIMT, numa perspectiva de afirmação do ecoturismo no território.

Quadro 27: Grau de importância atribuído aos núcleos de atracção turística existentes na CIMT.

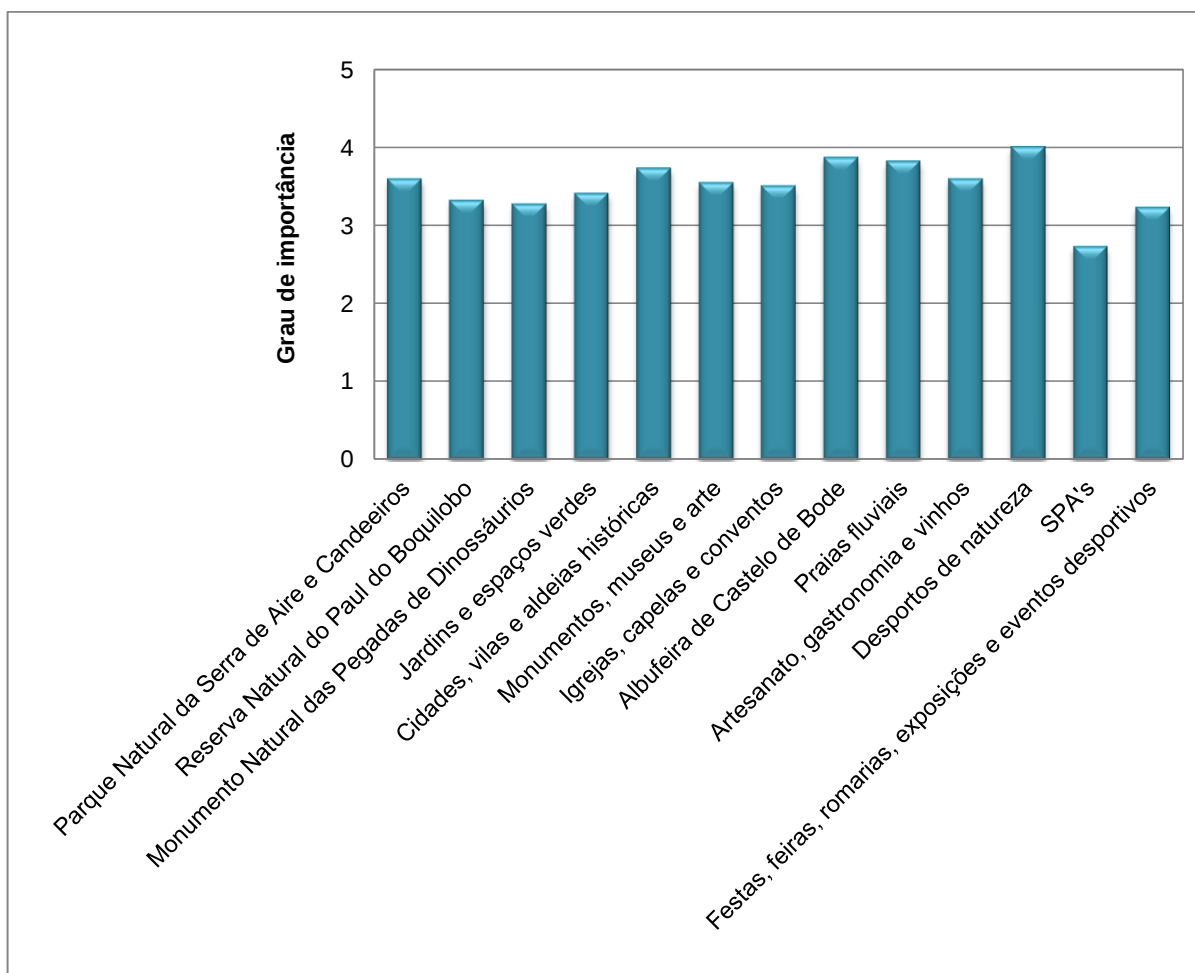
NÚCLEOS DE ATRACÇÃO TURÍSTICA	Média total	Desvio Padrão	Mediana total	Moda total	Moda CIMT e municípios (12)	Moda empresas (10)
-------------------------------	-------------	---------------	---------------	------------	-----------------------------	--------------------

Núcleos receptores naturais	4,0	0,90	4,0	4	5	4
Núcleos receptores monumentais e culturais	3,6	0,80	4,0	4	4	4
Núcleos receptores religiosos	3,0	0,87	3,0	3	3	3
Núcleos climáticos e hidrológicos	3,4	1,18	3,5	4	4	4
Núcleos receptores temáticos	3,3	1,13	3,5	4	4	3
Núcleos turísticos desportivos	3,3	0,70	3,0	3	3	3
Eventos especiais e mega eventos	2,8	1,30	3,0	2	2	3

Fonte: Conceção própria, 2012.

Segundo a opinião das entidades inquiridas, as atracções turísticas existentes na CIMT que têm um maior interesse no âmbito da afirmação do ecoturismo no território são, conforme indica o Gráfico 37: os desportos de natureza; a Albufeira de Castelo de Bode; as praias fluviais; as cidades, vilas e aldeias históricas; o Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros; e, o artesanato, gastronomia e vinhos.

Gráfico 37: Grau de importância atribuído às atracções turísticas existentes na CIMT.



SÍNTESE ESTATÍSTICA: Grau de importância atribuído às atracções turísticas existentes na CIMT, numa perspectiva de afirmação do ecoturismo no território.

Quadro 28: Grau de importância atribuído às atracções turísticas existentes na CIMT.

ATRACÇÕES TURÍSTICAS	Média total	Desvio Padrão	Mediana total	Moda total	Moda CIMT e municípios (12)	Moda empresas (10)
Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros	3,6	1,18	4,0	4	4	4
Reserva Natural do Paul do Boquilobo	3,3	1,17	3,0	3	3	4
Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios de Ourém - Torres Novas	3,3	1,12	3,0	3	4	3
Jardins e espaços verdes	3,4	1,05	3,0	3	3	4
Cidades, vilas e aldeias históricas	3,7	0,88	4,0	4	4	4
Monumentos, museus e arte	3,5	0,96	3,0	3	4	3
Igrejas, capelas e conventos	3,5	0,91	3,0	3	4	3
Albufeira de Castelo de Bode	3,9	1,04	4,0	3	4	5
Praias fluviais	3,8	0,96	4,0	4	4	4
Artesanato, gastronomia e vinhos	3,6	0,59	4,0	4	4	3
Desportos de natureza	4,0	0,69	4,0	4	4	4
SPA's	2,7	0,94	3,0	3	3	3
Festas, feiras, romarias, exposições e eventos desportivos	3,2	1,11	3,0	3	4	3

Fonte: Conceção própria, 2012.

2. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A recolha de dados desempenha um papel muito significativo nos estudos exploratório-descritivos, uma vez que é nesta dimensão que são reunidos dados e informações relevantes para a determinação dos objectivos propostos e das tendências destes, bem como, para estudos subsequentes (Cardeira, 2011).

Deste modo, a discussão dos resultados analisados anteriormente irá ter em linha de conta os objectivos específicos da presente investigação divulgados previamente. Como investigadora de um tema cujo território de estudo é uma Comunidade Intermunicipal da qual eu, como natural de um dos municípios que a compõe – Tomar –, gozo de uma ligação mais profunda, sinto-me no direito de fazer certos juízos relativos a questões de conhecimento geral relacionadas com a presente investigação.

No acto da aplicação dos inquéritos por questionário às respectivas entidades, fui compelida, em certos casos, a deslocar-me aos locais de forma a pressionar as mesmas, no âmbito da sua participação no presente estudo. Durante esse período de hesitação,

consegui em modo de conversação, colocar certas questões aos responsáveis sobre o tema a ser investigado, tentando apreender a sua posição em relação ao ecoturismo. Verificou-se, então, que apesar de a maioria dos inquiridos possuir cursos superiores – Licenciaturas e Mestrados –, na área do turismo (41%), e ser relativamente jovem – média de 40 anos –, a verdade é que estes não se encontram devidamente instruídos no que respeita ao ecoturismo – principalmente do lado das empresas –, nem às questões com este relacionadas, dada a natureza de muitas das respostas obtidas.

Como se pode verificar, existe na CIMT uma grande quantidade de empresas de animação turística inscritas no RNAAT, e ainda outras que não pertencem a este núcleo, mas que desenvolvem actividades análogas. Esta situação indica que embora não estejam totalmente consciencializados da importância do ecoturismo, têm noção do nível de interesse natural, paisagístico, histórico e cultural da CIMT para a prática de actividades e desportos relacionados com a natureza e com o património turístico, os quais se encontram adjacentes ao ecoturismo.

O facto de a maioria das empresas se encontrar no mercado há mais de 5 anos pode vir a constituir tanto uma vantagem como um obstáculo. Se por um lado, a sua maturidade pode manifestar uma maior afluência de visitantes à região, pela maior afirmação, por outro, a maturação pode designar uma maior resistência à mudança, por parte dos responsáveis, levando à ausência de um ajustamento constante dos quadros humanos e dos produtos e serviços oferecidos, adequado aos princípios do ecoturismo.

Embora a pluralidade dos inquiridos afirme nunca ter participado em projectos de trabalho ou de investigação relevantes para o desenvolvimento do ecoturismo na sub-região do Médio Tejo, a verdade é que ainda subsiste uma grande parte (41%) que confirma ter cooperado em diversos projectos de grande interesse para o ecoturismo. Esta situação revela que na região começa a verificar-se, lentamente, algumas iniciativas que podem vir a ter um impacto bastante positivo na afirmação do ecoturismo, a curto e médio prazo.

Após a análise dos resultados, na perspectiva da oferta, a apreciação geral dos inquiridos relativamente à relevância do turismo para o desenvolvimento do território foi muito positiva, o que denota que, a nível geral, as entidades reconhecem a extrema importância desta actividade económica, numa região com uma localização um pouco depreciada, como é o centro do país.

As motivações que, no parecer das entidades, são responsáveis pela prática do ecoturismo são: a aventura, a fruição e o usufruto dos espaços naturais; a interacção com as comunidades locais; o relaxamento e a apreciação do sossego da natureza; e, o aumento dos conhecimentos relativamente à fauna e flora. Como se pode verificar, estas motivações vão de encontro aos fundamentos autênticos do ecoturismo.

Para que a afirmação do ecoturismo no território seja uma realidade, as entidades concordam que algumas intervenções devem de ser efectivadas na região, nomeadamente, a criação de uma programação distinta para os turistas; a divulgação, promoção e o levantamento histórico e paisagístico dos locais de interesse; a criação de circuitos e itinerários temáticos; e, a implementação de sistemas de informação turística nos locais de interesse. Além disso, o ecoturismo prevê a inexistência, ou quase, de problemas ambientais e sociais, dado que é na natureza e nas pessoas que assenta a base deste produto turístico. Deste modo, as entidades admitem que a CIMT tem ainda que trabalhar no sentido de minimizar a ocorrência de certos problemas que acontecem com alguma frequência no território, nomeadamente, os incêndios florestais, a deposição de lixo em locais inadequados e a poluição da água.

Os problemas que na opinião dos inquiridos ocorrem com menos frequência são os incêndios urbanos, o desenvolvimento urbano excessivo e a pesca e caça. No entanto, eu discordo relativamente a um dos problemas citados – a pesca e caça – pois, na qualidade de observadora participante, considero este um dos principais problemas da região. A verdade é que sendo uma área que se encontra completamente rodeada de água e de uma profunda mancha verde, a CIMT é palco dos mais variados concursos de caça e pesca e alvo de pescarias e caçadas furtivas frequentes. Um outro problema que acontece com alguma frequência é a desflorestação de grandes quantidades de zonas verdes, principalmente nos últimos anos, para dar origem a novas infraestruturas ou a terrenos de cultivo. Por outro lado, o facto de ser predominantemente um território rural faz com que o desenvolvimento urbano seja controlado e, por sua vez, o mesmo acontece com os fogos urbanos, o que é uma vantagem relativamente à afirmação do ecoturismo.

Por conseguinte, as medidas sociais e ambientais que, no parecer das entidades, devem ser alvo de alguma preocupação, com vista ao desenvolvimento do ecoturismo, são a utilização de energias renováveis, a criação de estações de tratamentos de esgotos, o reaproveitamento das águas, a redução das emissões poluentes e, ainda, o não ateamento de fogueiras ou lançamento de foguetes no período de interdição. Contudo, não devemos esquecer o facto de que a zona é alvo frequente de incêndios florestais e, neste sentido, deve-se incutir na população o dever de limpar as matas, pois se estas forem limpas com alguma regularidade, a ocorrência de incêndios florestais diminui radicalmente numa zona tão florestada. Além disso, os municípios devem apostar na colocação de mais pontos do lixo, bem como, ecopontos, de forma a incentivar a seleccionar o lixo e a reduzir a poluição das ruas.

Em termos de equipamentos e serviços turísticos, as entidades consideram as unidades de TER, os parques de campismo, a animação turística e desportiva, o alojamento

hoteleiro e similar e, os restaurantes e estabelecimentos similares, os mais relevantes para a afirmação do ecoturismo na região. Note-se que grande parte dos equipamentos e serviços turísticos aqui apontados, existentes na CIMT, encontram-se obsoletos e desajustados às novas práticas do turismo/ecoturismo, pelo que um aperfeiçoamento e actualização dos mesmos é uma condição necessária para a afirmação do ecoturismo no território em estudo. O mesmo acontece com alguns dos equipamentos e infraestruturas complementares ao turismo que são considerados pelos inquiridos como os básicos no que toca ao desenvolvimento do ecoturismo, a saber: a higiene pública, as redes viárias de âmbito local e regional, a segurança pública, os trilhos e ciclovias e, os serviços de saúde. As redes viárias encontram-se em mau estado e, os trilhos e ciclovias são poucos e alguns deles não estão em condições de utilização, pelo que a sua reestruturação é igualmente essencial.

Os factores de desenvolvimento que, segundo os inquiridos, concorrem para a afirmação do ecoturismo na CIMT são o *marketing*/promoção, a formação, os quadros humanos, o financiamento e, as actividades. Ora, a subsistência de actividades turísticas pressupõe a existência de quadros humanos ajustados às funções exercidas, bem como de financiamento, nomeadamente de empréstimos, investimentos ou patrocínios por parte de diferentes entidades. Para que os quadros humanos se adequem aos respectivos cargos, torna-se indispensável a formação dos mesmos, através de uma acreditação e/ou de actividades didácticas, para que estes possam estar em constante aprendizagem e actualização. Consequentemente, para que as actividades funcionem como meio de captação de turistas ou visitantes, o método mais eficaz de os atrair é através do *marketing*/promoção das mesmas. As novas TIC, nomeadamente a *Internet*, têm funcionado como um dos meios privilegiados de divulgação e publicidade de produtos e actividades, atraindo visitantes de qualquer parte do globo.

Relativamente aos núcleos de atractividade turística existentes no território, verificou-se que os núcleos receptores naturais, monumentais e culturais e, climáticos e hidrológicos foram considerados os mais relevantes para o desenvolvimento do ecoturismo, os quais correspondem aos núcleos naturais e aos núcleos concebidos sem intenção.

Os recursos turísticos existentes eleitos como os mais importantes foram: os rios, albufeiras e praias fluviais; os espaços naturais protegidos e não protegidos; a fauna e flora; a gastronomia; os monumentos; e, os eventos culturais – festas, feiras e romarias. Sendo a CIMT uma região com uma crença religiosa muito acentuada, a existência de festas, feiras e romarias religiosas é uma constante ao longo de todo o ano, daí a importância deste tipo de eventos culturais para a população que constitui a CIMT.

Finalmente, as atracções turísticas existentes cujo interesse para as entidades é superior, no âmbito do desenvolvimento do ecoturismo no território, são: os desportos de natureza; a Albufeira de Castelo de Bode; as praias fluviais; as cidades, vilas e aldeias históricas; o Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros; e, o artesanato, a gastronomia e vinhos.

Por conseguinte, constata-se que tanto os núcleos de atractividade turística, como os recursos e as atracções turísticas escolhidas vão, de encontro com os princípios do ecoturismo, o que releva uma certa percepção por parte das entidades, relativamente ao tema do presente estudo.

CAPÍTULO II – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÃO

De acordo com Fortin (1999), as conclusões de um trabalho científico devem indicar a posição do investigador relativamente aos resultados obtidos, incluindo declarações peremptórias, ou uma apreciação sobre os resultados positivos ou negativos alcançados com a investigação, indicando ainda, de que forma podem estes ser aplicados na prática (citado por Nunes, 2010). Deste modo, segundo o princípio acima proferido e tendo como base a estrutura do presente projecto científico, demonstrar-se-ão as conclusões apuradas ao longo de todo o processo de investigação.

No que concerne à revisão da literatura subordinada ao turismo, importa salientar que o turismo é actualmente uma das actividades económicas com maior robustez e resistência às adversidades micro e macroeconómicas, que tem sido alvo de um crescimento sem precedentes, nos últimos 62 anos. O turismo tem demonstrado, ao longo da sua existência e em situações homólogas, a capacidade criativa e empreendedora dos seus agentes, devendo a crise ser encarada como uma oportunidade de penetração em novos mercados e de melhoria da qualidade dos produtos e serviços turísticos oferecidos.

É, por isso, essencial investigar o respectivo potencial de desenvolvimento, bem como novas vias de exploração para uma afirmação mais consistente de Portugal enquanto destino turístico, num mercado cada vez mais globalizado e competitivo (Cardeira, 2011).

Para tal, é necessário ter em conta as particularidades e especificidades de Portugal enquanto destino turístico, pelo que a presente investigação se dirigiu a um dos elementos do território nacional, que se encontra um pouco mais isolado, no centro do país: a CIMT.

Neste contexto, o interesse crescente pelos espaços naturais e pelas preocupações com as questões ambientais, bem como, a maior propensão para o consumo de produtos ligados à natureza, ao desporto e à cultura, foram fundamentos básicos para o aparecimento do turismo de natureza e, conseqüentemente, do Ecoturismo (Nunes, 2010).

De acordo com Burnay (2006), “o Turismo de Natureza extrapolou a fronteira dos limites das áreas protegidas, tendo-se alargado a todo o território nacional, no que respeita, essencialmente, à prática de actividades relacionadas com o desporto de natureza”, tendo desenvolvido particularmente, a vertente de animação ambiental, mais especificamente, a variante de desporto de natureza.

O ecoturismo é um pequeno segmento da actividade turística cuja importância e prática tem vindo a aumentar com grande rapidez no mundo actual, sendo frequentemente apontado como a solução para os problemas do ambiente e do turismo clássico.

Hector Ceballos-Lascurain, em 1987, empregava o termo ecoturismo para descrever visitas a áreas naturais protegidas e não classificadas com o intuito de as descobrir, estudar e contemplar, não só a sua envolvente, mas também os seus recursos naturais e culturais (citado por Rodrigues, 2004).

O ecoturismo contribui para a diferenciação do destino e posiciona-se como um produto quase de primeira necessidade pelo seu carácter regenerativo e de refúgio perante os potenciais consumidores. Trata-se então de um produto que constitui um dos atractivos turísticos mais significativos, sendo a sua importância amplamente reconhecida.

Desta forma, com vista a alcançar os objectivos propostos, as principais conclusões que se podem aferir após a análise dos resultados do presente projecto de investigação são:

1. Apesar de o ecoturismo ser uma actividade que não se encontra ainda explorada na região, existem algumas entidades que afirmam ter já participado em projectos relevantes para o desenvolvimento do mesmo no território, o que revela a existência efectiva de iniciativas locais neste sentido.

2. A prática do ecoturismo é impulsionada pela vontade de interagir com as comunidades locais, de relaxar e apreciar o sossego da natureza, de aumentar os conhecimentos relativamente à fauna e flora e, ao mesmo tempo, pelo desejo de aventura, fruição e usufruto dos espaços naturais.

3. É necessário efectuar algumas intervenções para que a afirmação do ecoturismo no território seja possível, uma vez que se verifica uma certa carência de actividades e serviços turísticos na região.

4. Ainda que existam equipamentos e serviços turísticos, bem como equipamentos e infraestruturas complementares ao turismo em número suficiente para a afirmação do ecoturismo na CIMT, muitos dos seleccionados pelas entidades encontram-se em desuso e a necessitar de uma reestruturação que vá de encontro aos princípios do ecoturismo. Além disso, muitas das redes viárias existentes no território encontram-se em mau estado, pelo que a renovação das mesmas é condição básica para a afirmação do ecoturismo no território em estudo.

5. A subsistência de problemas ambientais e sociais na região é uma realidade, pelo que as entidades admitem que a CIMT tem ainda que trabalhar no sentido de minimizar a ocorrência de certos problemas que acontecem com alguma frequência no território, nomeadamente os incêndios florestais. Para isso, é importante prevenir os problemas acima

citados através da implementação das medidas ambientais e sociais referidas nos resultados obtidos para o estudo.

6. Na CIMT existe uma grande diversidade de recursos e atracções turísticas de elevado interesse que têm todos os requisitos para funcionar como factor de atracção de visitantes.

7. Embora os municípios possuam as condições essenciais para que o usufruto do ecoturismo seja possível na região, a verdade é que nem todos os municípios se encontram preparados para tal, tanto a nível de infraestruturas e serviços como em termos de «mentalidade» da própria população local. Na realidade, tanto a comunidade em si como os próprios empresários das empresas de animação turística, não crêem que o desenvolvimento do ecoturismo na região venha a ser benéfico para a mesma. As suas opiniões recaem sobre o facto de considerarem que a CIMT não integra áreas naturais suficientes que suscitem o interesse dos ecoturistas, à parte da albufeira de Castelo de Bode e, que as AP presentes na região são desinteressantes. Por outro lado, os organismos públicos, tais como as câmaras municipais e a própria CIMT, acreditam que o ecoturismo é um produto com grande potencial na zona, admitindo ainda que a região possui recursos naturais e culturais de elevado interesse turístico que podem funcionar como principal factor de deslocação de visitantes.

8. Finalmente, os factores de desenvolvimento eleitos, nomeadamente o *marketing/promoção*, a formação, os quadros humanos, o financiamento e as actividades, apresentam por si só e em conjunto, uma elevada importância para a afirmação do ecoturismo na CIMT, dado que a cada um é atribuída uma função que se interliga com os restantes. As actividades turísticas pressupõem a existência de financiamento, de *marketing/promoção* e de quadros humanos, os quais requerem, por sua vez, de formação.

Conclui-se então, que se deve instruir os stakeholders, numa lógica de excelência ambiental e potenciar desenvolvimento de programas de ecoturismo/turismo de natureza, visando o desenvolvimento territorial. O desenvolvimento do ecoturismo nos municípios da CIMT pode proporcionar a todos os intervenientes – comunidade local, empresários turísticos e as próprias câmaras municipais – um leque de benefícios económicos, sociais e ambientais e, ainda possibilitar o aumento e a diversificação da oferta turística. Além disso, deve-se formar e adequar os recursos humanos às funções existentes, tendo em conta todos os factores de desenvolvimento acima descritos. Desta forma, deverá haver uma diversificação da oferta turística motivando uma vantagem competitiva para o território a médio e longo prazo, isto é, o destino turístico poderá caracterizar-se por via do ecoturismo/turismo de natureza.

CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO

A presente investigação constitui um suporte relevante para a elaboração de um estudo mais aprofundado sobre vias de desenvolvimento e estratégias sustentáveis assentes nas múltiplas potencialidades que o ecoturismo abrange.

Contudo, o estudo em si apresenta já contribuições significativas para uma melhor percepção do turismo de natureza e, naturalmente, do ecoturismo enquanto instrumento de diversificação da oferta turística e, simultaneamente, de atractivo para os visitantes que se deslocam à região em análise.

A investigação permite estabelecer que a CIMT apresenta um grande potencial de desenvolvimento do ecoturismo, pelas diversas particularidades que oferece ao visitante, a nível natural, paisagístico, histórico e, sócio-cultural.

O estudo evidencia também que existe uma grande dificuldade em abordar as entidades relativamente a matérias sobre as quais não se encontram familiarizadas, como é o caso do ecoturismo. Esta situação revela por um lado, o desconhecimento face a esta importante actividade da oferta turística, e por outro, a desconfiança de que o desenvolvimento do ecoturismo na comunidade em que se inserem lhes traga dificuldades.

Sendo uma região localizada no interior do país, o turismo aqui praticado é, essencialmente, o turismo cultural. Não obstante, os picos de afluência de turistas na região correspondem aos do turismo de massas, uma vez que muitos dos visitantes são emigrantes ou os filhos destes, que regressam às origens na época alta. Esta situação aponta para a carência efectiva de diversificação da oferta, numa comunidade acostumada ao turismo tradicional e reticente à mudança, através da criação de novos produtos que se adequem à região e que potenciem a captação de novos fluxos turísticos em diferentes períodos do ano, como forma de melhorar o tipo de turismo praticado e de combater a sazonalidade.

Esta investigação apresenta contribuições indicativas da direcção que o ecoturismo deve seguir no território em análise. Contudo, tal como em todas as investigações existem limitações. Neste caso, pronunciam-se sobretudo ao nível da fase de recolha de dados, visto que os inquéritos por questionário aplicados à oferta turística foram colocados somente aos municípios e às empresas de animação turística da região, quando podiam abarcar um maior leque de entidades, tais como estabelecimentos hoteleiros e de restauração. Porém, para que tal fosse possível, era necessário que esta investigação se prolongasse por muitas mais páginas e dias, pois um estudo desta natureza implica o desenvolver de um tema tão complexo como é o ecoturismo.

O facto de ter crescido num dos municípios que constituem a CIMT – Tomar – permitiu-me assistir ao desenvolvimento do turismo de forma directa, tendo assistido à afluência massificada dos visitantes nos meses da alta estação, o Verão, e ao desenvolvimento de uma intuição comum da população local de que os turistas iriam sempre regressar. No entanto, o mundo cada vez mais globalizado faz com que os turistas estejam cada vez mais informados e exigentes relativamente à qualidade da oferta turística, pelo que a necessidade de novos desafios ao turismo em Portugal é uma condição básica para a fidelização dos visitantes a um determinado destino. Além disso, as comunidades locais estão também cada vez mais cansadas da exposição ao turismo clássico e concentrado, daí a necessidade de criar atractivos turísticos que constituam igualmente atractivos para as populações locais, de modo a formar um equilíbrio sustentável entre visitantes e comunidades locais durante todo o ano.

Espero, por fim, que esta investigação possa cooperar na consciencialização e afirmação da importância do ecoturismo para o desenvolvimento turístico sustentável da região em análise e, previsivelmente, de Portugal enquanto destino turístico.

BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, I. C. (2004). *O Papel do Ecoturismo no Município de Urubici - SC*. Dissertação apresentada ao Departamento de Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de mestre, orientada por Masato Kobiyama, Florianópolis. Obtido em 12 de Outubro de 2010, de PPGEA - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PPGEA0202.pdf>
- Ante Mare – Turismo, A. E. (2005). *Manual para o Investidor em Turismo de Natureza*. Bensafrim: VICENTINA – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste.
- Aoki, L. (2005). *Ecoturismo: Mercados Atuais, Desafios e Tendências*. Obtido em 12 de Dezembro de 2010, de The World Bank: <http://info.worldbank.org/etools/docs/library/142336/Luciana%20Aoki.pdf>
- Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A. [THR]. (2006). *10 Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal - Turismo de Natureza*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- Associação Empresarial de Portugal [AEP]. (2008). *Turismo de Natureza*. Obtido em 14 de Abril de 2011, de AEP: <http://www.aeportugal.pt/Downloads/EstudosAEP/200806TurismoNatureza.pdf>
- Barbosa, M. A. (2008). *O Ecoturismo e a Sustentabilidade - Parque Estadual da Serra Dourada - GO (PESD)*. Dissertação apresentada ao Departamento de Ecologia e Produção Sustentável da Universidade de Universidade Católica de Goiás para obtenção do grau de mestre, orientada por Ycarim Melgaço Barbosa, Goiânia. Obtido em 23 de Dezembro de 2010, de PUC Goiás: http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=549
- Breton, J.-M. (2004). Paradigme d'Écotourisme et Sociétés Traditionnelles en Mutation - Le Cas de l'Outre-Mer Français. *Téoros - Revue de Recherche en Tourisme*, Vol.23, no.2 , 54-60.
- Burnay, M. J. (2006). O Turismo Sustentável e o Turismo de Natureza - Constrangimentos e Oportunidades. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, no.6 , 167-176.
- Cardeira, M. I. (2011). *A Organização de Eventos - Definição de Estratégias para a Atenuação da Sazonalidade no Algarve e na Sub-Região do Litoral Alentejano*. Dissertação apresentada à Unidade Funcional de Turismo da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de mestre, orientada por Paulo Alexandre Correia Nunes, Lisboa.
- Carvão, S. (2009). Tendências do Turismo Internacional. *Exedra*, 17-32.
- Câmara Municipal de Tomar [CMT]. (27 de Setembro de 2007). *Tomar Cidade Templária*. Obtido em 15 de Abril de 2012, de CM-Tomar: <http://www.cm-tomar.pt>
- CCDRC, C. d., Mais Centro, P. O., & QREN, Q. d. (2009). *As Comunidades Intermunicipais da Região Centro*. Obtido em 08 de Outubro de 2010, de Estudo Geral - Repositório Digital da Universidade de Coimbra: <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/11930/14/anexo%206.pdf>
- César, P. A., Stigliano, B. V., Raimundo, S., & Nucci, J. C. (2007). *Caminhos do Futuro - Ecoturismo*. Brasil: IPSIS.
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo [CIMT]. (n.d.). *Médio Tejo Digital*. Obtido em 28 de Março de 2011, de Médio Tejo - Portal Regional: <http://www.mediotejodigital.pt/pt/>

Cunha, L. (2003). *Introdução ao Turismo*. Lisboa: Verbo.

Deloitte Consultores, S.A. (2010). *Getting ready for the future? Present decisions future impacts*. Associação de Turismo de Lisboa – Plano Estratégico 2011-2014. Setembro 2010. Obtido em 24 de Janeiro de 2012, de Turismo de Lisboa: http://www.visitlisboa.com/getdoc/2d96a472-47a7-408c-a606-977c0f7ab032/ATL-Plano_Estrategico-2011-2014.aspx

Dinis, S. M. (2005). *O Ecoturismo: um Instrumento para o Desenvolvimento Sustentável?*. Dissertação apresentada ao Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Internacional da Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e Gestão para obtenção do grau de mestre, orientada por Adelino Torres, Lisboa. Obtido em 15 de Outubro de 2010, de Adelinotorres.com: <http://www.adelinotorres.com/teses/Sandrina%20Dinis-ECOTURISMO%20E%20DESENVOLVIMENTO%20SUSTENT%C3%81VEL.pdf>

Drumm, A., & Moore, A. (2002). *Desenvolvimento do Ecoturismo - Um manual para Planejadores e Gestores de Conservação, Volume I*. Estados Unidos da América: The Nature Conservancy.

Fennell, D. (2008). *Ecotourism* (3ª ed.). Londres: Routledge.

Ferreira, L. F. (2003). *Ecoturismo: Estágio no Brasil e Peru. Experiências Brasileiras em Capacitação*. Dissertação apresentada ao Departamento de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do grau de mestre, orientada por Paulo Cesar Milone, São Paulo. Obtido em 4 de Outubro de 2010, de Ministério do Turismo do Brasil: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/espaco_academico/downloads_espaco/ecoturismo___estagio_no_brasil_e_peru___experiencias_brasileiras_em_ecoturismo___luiz_fernando_f.pdf

Filho, D. R. (2007). *O Estudo do Ecoturismo Praticado na Chapada dos Veadeiros, no Estado de Goiás, Brasil. Uma Visão Ambiental Estratégica*. Dissertação apresentada ao Departamento de Política e Gestão Ambiental da Universidade de Brasília para obtenção do grau de mestre, orientada por Paulo César Gonçalves Egler, Brasília. Obtido em 23 de Dezembro de 2010, de Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP): http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2187

Fortin, M. (2009). *O Processo de Investigação – da concepção à realização*. 5ª edição. Loures: Lusociência.

Getz, D. (2009). *Event Studies – Theory, research and policy for planned events*. 3rd edition. Great Britain: Butterworth-Heinemann.

Günther, H. (Mai-Ago de 2006). Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210.

Hvenegaard, G. T. (2002). Using Tourist Typologies for Ecotourism Research. *Journal of Ecotourism*, Vol.1, No 1 , 7-18.

ICN, I. C., & TT, T. T. (2006). *Programa de Visitação e Comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas*. Portugal: ICNB - Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade.

Indicadores de Monitorização e Previsão da Actividade Turística [IMPACTUR] (2011). *Relatório Anual de 2010 – Portugal*. Obtido em 30 de Novembro de 2011, de Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo – CIIT: http://ciitt.ualg.pt/impactur/dt_anuais.asp?nut=1

- Indicadores de Monitorização e Previsão da Actividade Turística [IMPACTUR] (2012). *Relatório do Trimestre Flutuante SET/OUT/NOV de 2011 – Portugal*. Obtido em 15 de Fevereiro de 2012, de Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo – CIIT: http://ciitt.ualg.pt/impactur/dt_trim_flu.asp?nut=1
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF] (2011). *Legislação Fundamental*. Obtido em 5 de Janeiro de 2011, de ICNF: <http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007/O+ICNB/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Legisla%C3%A7%C3%A3o+Fundamental/>
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF] (2011). *Legislação – Áreas Protegidas*. Obtido em 15 de Janeiro de 2011, de ICNF: <http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007/O+ICNB/Legisla%C3%A7%C3%A3o/%C3%81reas+Protegidas/>
- Instituto Nacional de Estatística [INE] (2011). *Dormidas (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo (estabelecimento hoteleiro)*. Obtido em 09 de Fevereiro de 2012, de INE: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005157&contexto=bd&selTab=tab2
- Koens, J. F., Dieperink, C., & Miranda, M. (2009). Ecotourism as a Development Strategy: Experiences. *Environ Dev Sustain*, Vol.11 , 1225-1237.
- Loureiro, L. V. (2005). *Resort e Ecoturismo: Sinergia Positiva ou Negativa?*. Dissertação apresentada ao Departamento de Administração da Universidade Federal da Bahia para obtenção do grau de mestre, orientada por Paulo Henrique de Almeida, Salvador – Bahia. Obtido em 23 de Dezembro de 2010, de Escola de Administração UFBA: http://www.adm.ufba.br/pub/publicacao/5/MPA/2005/372/leonardo_vasconcellos_loureiro.pdf
- Mariani, M. A. (2006). *O Ecoturismo como Campo de Possibilidades de Desenvolvimento Sustentável no Pantanal*. In M. A. Rotta, H. S. Luna, & W. A. Weis, *Ecoturismo no Pantanal*. Brasil: Embrapa.
- Médio Tejo & Pinhal Interior Sul. (2008). *Programa Territorial Desenvolvimento - Estratégia de Desenvolvimento 2020. Plano de Acção 2007/2013*. Obtido em 9 de Junho de 2012, de Médio Tejo Portal Regional: http://www.mediotejodigital.pt/NR/rdonlyres/00016692/hvzfgnjvrwqhtmqqheqryjcsamsnxgmsf/PTD_MeDIOTEJOPINHALINTERIORSUL.pdf
- Neves, F. N. (2009). *Turismo Sustentável e Ecoturismo em Zonas Costeiras. Estudo: Barra e S. Jacinto*. Dissertação apresentada ao Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro para obtenção do grau de mestre, orientada por Carlos Costa, Aveiro. Obtido em 27 de Janeiro de 2011, de Universidade de Aveiro: <http://biblioteca.sinbad.ua.pt/teses/2009001333>
- Neves, J. L. (2º Sem. de 1996). Pesquisa Qualitativa - Características, Usos e Possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, Vol. 1 n.3.
- Nogueira, J. M., Imbroisi, D., & Rios, R. M. (2008). *Ecoturismo e Conservação da Diversidade Biológica: uma Avaliação Econômica de Potenciais Complementaridades*. Obtido em 12 de Outubro de 2010, de SOBER: <http://www.sober.org.br/palestra/9/453.pdf>
- Nunes, P. (2010). *Desporto, Turismo e Ambiente - O Turismo de Natureza como Pólo de Atracção Turística Complementar ao Produto Sol & Mar na Sub-região do Litoral Alentejano*. Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências do Desporto da Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Motricidade Humana para obtenção do grau de doutor, orientada por Carlos Jorge Gamito Santinhos Pereira, Lisboa.

- Organização Mundial do Turismo [OMT]. (2002). *Tourisme Horizon 2020: Prévisions Globales et Profils des Segments de Marché* (Vol. 7). World Tourism Organization.
- Organização Mundial do Turismo [OMT]. (2011). *UNWTO Tourism Highlights*. Edição 2011. World Tourism Organization.
- Ormsby, A., & Mannle, K. (2006). Ecotourism Benefits and the Role of Local Guides at Masoala National Park, Madagascar. *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 14, No.3, 271-287.
- Patacho, M. M. (2010). *Comparação de Programas de Certificação em Ecoturismo*. Dissertação apresentada ao Departamento de Gestão e Conservação de Recursos Naturais da Universidade de Évora e da Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Agronomia para obtenção do grau de mestre, orientada por Jorge Umbelino, Évora. Obtido em 20 de Janeiro de 2011, de Universidade de Évora: http://www.ensino.uevora.pt/mgcrn/Documentos_varios/tese_Madalena_Patacho.pdf
- Pedrini, A. G. (2006). *Avaliação da Educação Ambiental no Ecoturismo (em Trilhas) no Brasil: uma Proposta Baseada na Qualidade Conceitual*. Obtido em 12 de Outubro de 2010, de <http://vida.ib.usp.br/pipermail/eco3/attachments/20081102/f34b3330/attachment-0038.pdf>
- Popesku, D. J. (2007). Ecotourism as a New Sustainable Tourism Product. In W. T. [WTO], *Tourism Development in Europe* (pp. 79-84). World Tourism Organization.
- Prado, M. V., Andrade, J. R., & Faccioli, G. G. (2004). *Turismo Sustentável e Capacidade de Carga dos Atrativos Turísticos do Município de Canindé do São Francisco/SE: uma Reflexão dos Aspectos Metodológico*. PRODEMA – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio-Ambiente. Obtido em 19 de Março de 2011, de ANPPAS: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT15/marta_virginia.pdf
- Rodrigues, C. (2002). *Turismo de Natureza - O desporto de natureza e a emergência de novos conceitos de lazer*. Lisboa: ICN.
- Rodrigues, J. M. (2004). *Ecoturismo e Assentamento: uma Agenda Sustentável para Trabalhadores Rurais em Padre Bernardo - GO*. Monografia apresentada ao Centro de Excelência da Universidade de Brasília para obtenção do certificado de especialista em ecoturismo, orientada por Suzana Machado Pádua, Brasília. Obtido em 12 de Outubro de 2010, de Biblioteca Digital de Monografias: http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/417/1/2004_JuarezMartinsRodrigues.pdf
- Rodrigues, O. D. (2003). *Um Modelo de Ecoturismo Competitivo como Contribuição para o Desenvolvimento Local – o Caso de Paraúna/Go*. In Almeida M. G.. *Paradigmas do Turismo*. Goiânia: Alternativa.
- Roos, M. C., Ribeiro, L., & Prado, A. C. (2006). *Programa de Turismo Sustentável no Pantanal: o Caso da Fazenda Rio Negro*. In M. A. Rotta, H. S. Luna, & W. A. Weis, *Ecoturismo no Pantanal*. Goiânia: Embrapa.
- Ruschmann, D. V. (1997). *Turismo e Planejamento Sustentável*. Campinas: Papirus.
- Santos, F. F., Neto, J. A., & Krom, V. (2006). *A Sustentabilidade Através do Ecoturismo: uma Análise do Núcleo Santa Virgínia e da Estação Ecológica de Bananal*. Obtido em 12 de Outubro de 2010, de INIC/EPG: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/epg/06/EPG00000475_ok.pdf
- Spinola, C. A. (2005). *Ecoturismo em Espaços Naturais de Proteção Integral no Brasil - O Caso do Parque Nacional da Chapada Diamantina Bahia*. Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia Física e Análise Geográfica Regional da Universidade de Barcelona – Faculdade de Geografia e História para obtenção do grau de doutora,

- orientada por Francesc López Palomeque, Barcelona. Obtido em 12 de Outubro de 2010, de Instituto de Pesquisas Aplicadas: http://www.ipapesquisa.com.br/textos/tese_carolina.pdf
- The International Ecotourism Society [TIES] (2006). *Global Ecotourism Fact Sheet*. EUA: TIES.
- The International Ecotourism Society [TIES] (1990). Obtido em 27 de Dezembro de 2010, de TIES: http://www.ecotourism.org/site/c.orLQKXPCLmF/b.4835303/k.BEB9/What_is_Ecotourism__The_International_Ecotourism_Society.htm
- Turismo de Portugal (2011). *O Turismo em Números – 2010*. Obtido em 26 de Janeiro de 2012, de Turismo de Portugal: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/quadroestatisticos/Documents/O%20Turismo%20em%20N%C3%BAmeros/O%20Turismo%20em%20N%C3%BAmeros%20-%202010.pdf>
- Turismo de Portugal (2012). *O Turismo em Números – Portugal*. Obtido em 20 de Fevereiro de 2012, de Turismo de Portugal: [http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/quadroestatisticos/Documents/O%20Turismo%20em%20N%C3%BAmeros/O%20Turismo%20N%C3%BAmeros_dez_11%20\(Top%205\).pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/quadroestatisticos/Documents/O%20Turismo%20em%20N%C3%BAmeros/O%20Turismo%20N%C3%BAmeros_dez_11%20(Top%205).pdf)
- Valentine, P. S. (1992). Review: Nature-based Tourism. In *Special interest tourism* (pp. 105-127). Londres, Reino Unido: Belhaven Press.
- Wood, M. E. (2002). *Ecotourism: Principles, Practices & Policies for Sustainability*. France: UNEP - United Nations Environment Programme.
- World Wildlife Fund [WWF] (2003). *Sociedade e Ecoturismo: na trilha do Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Vitae Civilis e WWF-Brasil.
- World Tourism Organization [WTO] (2011). *UNWTO World Tourism Barometer*. Volume 9, October 2011. Obtido em 4 de Janeiro de 2012, de World Tourism Organization UNWTO: http://dtxqt4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/unwto_barom11_october_excerpt.pdf
- World Tourism Organization [WTO] (2011). *UNWTO Tourism Highlights – 2011 Edition*. Obtido em 2 de Dezembro de 2011, de Tourism Trends and Marketing Strategies UNWTO: http://mkt.unwto.org/sites/all/files/docpdf/unwtohighlights11enhr_1.pdf
- World Travel & Tourism Council [WTTC] (2011). *The Authority on World Travel & Tourism – Travel & Tourism 2011*. Obtido em 8 de Janeiro de 2012, de World Travel & Tourism Council: http://www.wttc.org/site_media/uploads/downloads/traveltourism2011.pdf
- World Travel & Tourism Council [WTTC] (2010). *Travel & Tourism Economic Impact – Executive Summary 2010*. Obtido em 6 de Janeiro de 2011, de Osservatorio Nazionale del Turismo: http://www.ontit.it/opencms/export/sites/default/ont/it/documenti/files/ONT_2010-09-22_02418.pdf

LEGISLAÇÃO DE CONSULTA

DECRETO REGULAMENTAR N.º 12/96 DE 22 DE OUTUBRO – Cria o Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios DE Ourém/Torres Novas.

DECRETO REGULAMENTAR N.º 18/99 DE 27 DE AGOSTO – Regula a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas áreas protegidas.

DECRETO REGULAMENTAR N.º 18/99 DE 27 DE AGOSTO – Regulamentação da animação ambiental nas AP, bem como o processo de licenciamento das iniciativas e projectos de actividades, serviços e instalações de animação ambiental.

DECRETO REGULAMENTAR N.º 49/97 DE 20 DE NOVEMBRO – Estabelece a reclassificação da Reserva Natural do Paúl de Boquilobo.

DECRETO-LEI N.º 135/2012. D.R. N.º 125, SÉRIE I DE 29 DE JUNHO – Aprova a orgânica do ICNF, I.P.

DECRETO-LEI N.º 139/90 DE 27 DE ABRIL – Regulamenta a Lei n.º 90/88 de protecção do Lobo-ibérico *Canis lupus signatus*.

DECRETO-LEI N.º 142/2008 DE 24 DE JULHO – Estabelece o regime jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

DECRETO-LEI N.º 169/2001 DE 25 DE MAIO – Estabelece medidas de protecção ao sobreiro e à azinheira.

DECRETO-LEI N.º 198/80 DE 24 DE JULHO – Cria a Reserva Natural Parcial do Paúl do Boquilobo.

DECRETO-LEI N.º 316/89 DE 22 DE SETEMBRO – Regulamenta a a convenção relativa à protecção da vida selvagem e do ambiente natural na Europa (Convenção de Berna).

DECRETO-LEI N.º 39/2008 DE 7 DE MARÇO – Aprova o novo conceito de Turismo de Natureza.

DECRETO-LEI N.º 423/89 DE 4 DE DEZEMBRO – Estabelece o regime de protecção do azevinho espontâneo.

DECRETO-LEI N.º 47/99 DE 16 DE FEVEREIRO – Regula o Turismo de Natureza.

DECRETO-LEI N.º 565/99 DE 21 DE DEZEMBRO – Regula a introdução na natureza de espécies não indígenas da flora e da fauna.

DECRETO-LEI N.º 69/2000 DE 3 DE MAIO – Aprova o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental.

DECRETO-LEI N.º 118/79 DE 4 DE MAIO – Cria o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

DESPACHO N.º 12697/2008 – Aprova o Plano de Acção para a Conservação do Lince-ibérico em Portugal.

DESPACHO N.º 21997/2009 – Aprova o Plano de Acção para a Salvaguarda e Monitorização da População de Roazes do Estuário do Sado, para vigorar entre 2009 e 2013.

LEI N.º 1/2005 DE 12 DE AGOSTO – Constituição da República Portuguesa.

LEI N.º 11/87 DE 7 DE ABRIL – Lei de Bases do Ambiente.

LEI N.º 90/88 DE 13 DE AGOSTO – Protecção do Lobo Ibérico.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 109/2007 – Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - 2015 e o respectivo Plano de Implementação, incluindo os indicadores de monitorização.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 112/98 – Estabelece a criação do Programa Nacional de Turismo de Natureza.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 152/2001 – Adota a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 76/00 – Estabelece a Lista Nacional de Sítios - Rede Natura 2000.

APÊNDICE I

PROTOCOLO DE REALIZAÇÃO DOS INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO



PROTOCOLO DE REALIZAÇÃO DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Com a realização deste inquérito por questionário pretende-se saber a opinião dos municípios que constituem a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), relativamente ao Ecoturismo como pólo de atracção turística e como forma de desenvolvimento do território. Ambiciona-se assim, saber quais os factores que contribuem para o desenvolvimento do Ecoturismo na CIMT e, deste modo, avaliar quais os agentes a ter em conta e que devem ser melhorados, no sentido de estabelecer e afirmar o Ecoturismo como pólo de atracção turística da CIMT.

A presente investigação está inserida num projecto que visa a obtenção do grau de mestre em Turismo, na especialidade de Gestão Estratégica de Empresas Turísticas, orientado por Paulo Alexandre Correia Nunes, Professor Doutor Associado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa.

O anonimato e confidencialidade dos questionários serão rigorosamente respeitados e, a informação neles contida será apenas divulgada de forma conjunta, após tratamento estatístico, motivo pelo qual agradecemos que responda com franqueza às questões apresentadas, de modo a que a recolha de dados e o resultado final seja o mais fidedigno possível.

Instruções para devolver o inquérito por questionário:

- Após o preenchimento dos questionários, favor entregar directamente à pessoa responsável.
- No caso de os questionários terem sido enviados para o seu serviço de e-mail, por favor crie uma nova mensagem, envie-a para o endereço andreiapmantunes@hotmail.com, com o assunto “ULHT.TM.andreia.antunes” e coloque o ficheiro “ULHT.TM.andreia.antunes” em anexo.

Nota: No caso de dúvida queira contactar a interessada: Andreia Antunes – Tlm: 919442089 / E-mail: andreiapmantunes@hotmail.com.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
24 de Setembro de 2011

A candidata,

(Dra.) Andreia Patrícia Miguel Antunes

APÊNDICE II

INQUÉRITO N.º 1 – Municípios da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e CIMT



1. Caracterização pessoal e profissional

1.1. Género: _____ 1.2. Idade: _____ 1.3. Profissão: _____ 1.4. Nacionalidade: _____ 1.5. Habilitações literárias: _____ 1.6. Designação do curso: _____ 1.7. Função principal: _____ 1.8. Município: _____

2. Políticas, modelos de gestão e estratégia

2.1. Qual a importância do turismo para o desenvolvimento do território? (Coloque um X na sua opção.)

Muito importante ☐ Importante ☐ Pouco importante ☐ Nada importante ☐ Não sabe/Não responde ☐

2.2. Já esteve ou está envolvido(a) nalgum projecto de trabalho ou de investigação que possa ser relevante para o desenvolvimento do Ecoturismo no território? (Coloque um X na sua opção.)

Sim ☐ Qual? _____ Não ☐ NS / NR ☐

2.2.1. Em caso negativo, tem interesse em participar em projectos ou actividades de Ecoturismo? (Coloque um X na sua opção.)

Muito interessado(a) ☐ Interessado(a) ☐ Indiferente ☐ Pouco interessado(a) ☐ Nada interessado(a) ☐

2.3. Considera que o seu município possui condições adequadas para o desenvolvimento do Ecoturismo? (Coloque um X na sua opção.)

Sim, temos ótimas condições naturais	☐
Sim, mas existem poucos locais de interesse	☐
Não, as áreas naturais estão abandonadas	☐
Não, o município não possui condições adequadas	☐

2.4. O que motiva o usufruto do produto Ecoturismo? (Selecione um máximo de 5 opções por ordem decrescente de importância: 1 – mais importante; 5 – menos importante).

Conhecer e aprender sobre novas culturas e diferentes modos de vida	☐
Viajar com o intuito de um baixo ou nenhum impacto na natureza	☐
Contemplar locais exóticos e únicos, antes que estes desapareçam	☐
Contribuir para a melhoria da economia local	☐
Aventura, fruição e usufruto dos espaços naturais	☐
Sentimento de retribuição/voluntariado/ criar a mudança	☐
Visitar territórios naturais, com baixa densidade populacional	☐
Aumentar os seus conhecimentos relativamente à fauna e flora	☐
Interagir com as comunidades locais	☐
Aumentar a confiança através de actividades desafiantes, de transposição de obstáculos	☐
Relaxar e apreciar o sossego da natureza	☐
Outras:	☐

2.5. Que intervenções deverão ser realizadas para a afirmação do Ecoturismo no município? (Selecione um máximo de 3 opções por ordem decrescente de importância: 1 – mais importante; 3 – menos importante).

Criação de programação distinta para os Visitantes	☐
Visita, levantamento histórico e paisagístico dos locais de interesse	☐
Restituição do património degradado	☐
Implementação de sistemas de informação turística nos locais de interesse	☐

Realização e utilização de parcerias-chave	☐
Criação de circuitos e itinerários temáticos	☐
Divulgação e promoção dos locais de interesse	☐
Construção de novos equipamentos culturais, desportivos e de lazer	☐
Melhoria das acessibilidades	☐
Outras:	☐

3. Qualificação geral do produto no território

3.1. Qual a importância dos factores de desenvolvimento para a afirmação do Ecoturismo no território? (Coloque um X nas suas opções)

Factores de desenvolvimento	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	NS/NR
3.1.1. Actividades (eventos culturais e desportivos, entre outros)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.1.2. Instalações (espaços naturais; golfe; SPA's, entre outros)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.1.3. Apetrechamento (apoio aos equipamentos)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.1.4. Financiamento (empréstimos, investimentos)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.1.5. Marketing/ Promoção	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.1.6. Formação (acreditação, actividades didácticas)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.1.7. Quadros Humanos (adequação dos mesmos)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.1.8. Orgânica (atribuições de competências, funções)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.1.9. Documentação (centros de documentação, entre outros)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.1.10. Informação (conteúdos, páginas electrónicas)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.1.11. Legislação (gestão urbanística e ambiental)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.1.12. Gestão (gestão da produção e do ambiente)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

3.2. Classifique a ocorrência de eventuais problemas ambientais e sociais existentes no território. (Coloque um X nas suas opções).

Problemas ambientais e sociais	Nunca ocorre	Pouco frequente	Frequente	Muito frequente	Extremamente frequente	NS/NR
3.2.1. Deposição de lixo em locais inadequados	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.2.2. Desflorestação (corte de árvores, entre outros)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.2.3. Incêndios florestais	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.2.4. Incêndios urbanos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.2.5. Poluição sonora (transportes, entre outros)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.2.6. Poluição do ar (fábricas, incêndios, entre outros)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.2.7. Poluição da água (esgotos, barcos, entre outros)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.2.8. Escassez de água	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.2.9. Organização de grandes eventos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.2.10. Desenvolvimento urbano excessivo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.2.11. Pesca e Caça (degradação de recursos e destruição dos habitats)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.2.12. Vandalismo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

3.3. Qual a importância das medidas ambientais e sociais que se apresentam? (Coloque um X nas suas opções).

Medidas ambientais e sociais	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	NS/NR
3.3.1. Seleccionar o lixo (reciclagem)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.3.2. Proibir o abate de árvores	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.3.3. Plantar árvores e criar espaços verdes	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.3.4. Limpar as matas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.3.5. Não acender fogueiras ou lançar foguetes no período de interdição	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.3.6. Restringir descargas de substâncias tóxicas no solo (agricultura sustentável)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.3.7. Reduzir as emissões de poluentes	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.3.8. Evitar utilização de transportes poluentes e sprays aerossóis	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.3.9. Criar estações de tratamento e de drenagem	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

O Ecoturismo como Valorização do Território – Contributos para o Aumento da Oferta Turística existente na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

de águas residuais (reaproveitamento)						
3.3.10. Não pescar, nem caçar, respeitando o período de reprodução das espécies	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.3.11. Criar estações de tratamento de esgotos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.3.12. Utilizar energias renováveis	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.3.13. Criar equipas de voluntariado para limpeza das ruas e matas e vigilância de fogos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

3.4. Visando o desenvolvimento do Ecoturismo, qual a importância atribuída aos recursos turísticos existentes no território? (Coloque um X nas suas opções).

Recursos turísticos	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	NS/NR
3.4.1. Espaços Naturais Protegidos e Não Protegidos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.4.2. Rios, Albufeiras e Praias Fluviais	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.4.3. Monumentos – Igrejas, Castelos, Aquedutos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.4.4. Locais Arqueológicos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.4.5. Museus e Galerias de Arte	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.4.6. Artes e ofícios tradicionais/ Artesanato	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.4.7. Gastronomia	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.4.8. Vinhos e provas enológicas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.4.9. Cantares e músicas tradicionais/ Folclore	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.4.10. Edifícios tradicionais e históricos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.4.11. Eventos Culturais – Festas, Feiras, Romarias	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.4.12. Fauna e Flora	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

3.5. Visando o desenvolvimento do Ecoturismo, qual a importância atribuída aos equipamentos e serviços turísticos existentes no território? (Coloque um X nas suas opções).

Equipamentos e serviços turísticos	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	NS/NR
3.5.1. Alojamento Hoteleiro e similar	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.5.2. Unidades de Turismo e Espaço Rural	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.5.3. Parques de Campismo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.5.4. Agências de Viagens e Turismo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.5.5. Rent-a-Car	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.5.6. Circuitos turísticos organizados	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.5.7. Restaurantes e estabelecimentos similares	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.5.8. Animação: turística e desportiva	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.5.9. Animação em bares e discotecas, outras	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

3.6. Visando o desenvolvimento do Ecoturismo, qual a importância atribuída aos equipamentos e infra-estruturas complementares existentes no território? (Coloque um X nas suas opções).

Equipamentos e infra-estruturas complementares	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	NS/NR
3.6.1. Rede Viária de âmbito regional (rede principal)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.2. Rede viária de âmbito local (rede complementar)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.3. Terminais rodoviários e ferroviários	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.4. Aeródromos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.5. Rede de comunicações	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.6. Segurança pública (polícia, entre outros)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.7. Higiene pública	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.8. Serviços de Saúde	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.9. Comércio retalhista e centros comerciais	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.10. Bancos e afins	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.11. Equipamentos desportivos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.12. Zonas de caça	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.13. Campos de Golfe	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

O Ecoturismo como Valorização do Território – Contributos para o Aumento da Oferta Turística existente na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

3.6.14. Trilhos e Ciclovias	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.15. Centros hípicas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.16. SPA'S	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.17. Praças de Touros	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.18. Campos de Ténis	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.19. Outros:	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

3.7. Visando o desenvolvimento do Ecoturismo, qual a importância atribuída aos núcleos de atracção turística existentes no território? (Coloque um X nas suas opções).

Núcleos de atracção turística	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	NS/NR
3.7.1. Núcleos receptores naturais	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.7.2. Núcleos receptores monumentais e culturais	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.7.3. Núcleos receptores religiosos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.7.4. Núcleos climáticos e hidrológicos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.7.5. Núcleos receptores temáticos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.7.6. Núcleos turísticos desportivos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.7.7. Eventos especiais e mega eventos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

3.8. Visando o desenvolvimento do Ecoturismo, qual a importância atribuída aos atracções turísticas existentes no território? (Coloque um X nas suas opções).

Atracções turísticas	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	NS/NR
3.8.1. Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.8.2. Reserva Natural do Paul do Boquilobo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.8.3. Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios de Ourém-Torres Novas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.8.4. Jardins e espaços verdes	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.8.5. Cidades, vilas e aldeias históricas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.8.6. Monumentos, museus e arte	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.8.7. Igrejas, capelas e conventos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.8.8. Albufeira de Castelo de Bode	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.8.9. Praias fluviais	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.8.10. Artesanato, gastronomia e vinhos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.8.11. Desportos de natureza	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.8.12. SPA's	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.8.13. Festas, feiras, romarias, exposições e eventos desportivos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

Obrigado pela sua Colaboração!

Andreia Patrícia Miguel Antunes

TLM: 919 442 089

E-mail: andreiapmantunes@hotmail.com

APÊNDICE III

INQUÉRITO N.º 2 – Empresas de animação turística

**1. Caracterização pessoal e profissional**

1.1. Género: _____ 1.2. Idade: ____ 1.3. Profissão: _____ 1.4. Nacionalidade: _____ 1.5. Habilitações literárias: _____ 1.6. Designação do curso: _____ 1.7. Função principal: _____ 1.8. Registo Nacional de Agentes de Animação Turística (RNAAT): Sim ☐ Não ☐ (Coloque um X na sua opção.)

2. Caracterização da empresa

2.1. Objecto da empresa: _____

2.2. Natureza da empresa: (Coloque um X na sua opção.)
Local ☐ Nacional ☐ Internacional ☐

2.2.1. Se não for de origem local, favor indicar procedência: _____

2.3. Tempo de existência da empresa: (Coloque um X na sua opção.)
Menos de 1 ano ☐ De 1 a 5 anos ☐ Mais de 5 anos ☐

3. Perfil da procura

3.1. Quantidade de visitantes por mês: (Coloque um X na sua opção.)
Inferior a 20 ☐ Entre 21 e 50 ☐ Entre 51 e 100 ☐ Superior a 101 ☐

3.2. Comportamento do fluxo turístico nos últimos anos: (Coloque um X na sua opção.)

Visitantes	Maior	Igual	Menor
3.2.1. Internacionais	☐ 1	☐ 2	☐ 3
3.2.2. Nacionais	☐ 1	☐ 2	☐ 3
3.2.3. Locais	☐ 1	☐ 2	☐ 3

3.3. Nacionalidade da maioria dos clientes da empresa: (Coloque um X na sua opção.)
Internacional ☐ Nacional ☐ Mista ☐

4. Políticas, modelos de gestão e estratégia

4.1. Qual a importância do turismo para o desenvolvimento do território? (Coloque um X na sua opção.)
Muito importante ☐ Importante ☐ Pouco importante ☐ Nada importante ☐ Não sabe/Não responde ☐

4.2. Já esteve ou está envolvido(a) nalgum projecto de trabalho ou de investigação que possa ser relevante para o desenvolvimento do Ecoturismo no território de intervenção? (Coloque um X na sua opção.)
Sim ☐ Qual? _____ Não ☐ Não sabe/Não responde ☐

4.2.1. Em caso negativo, tem interesse em participar em projectos ou actividades de Ecoturismo? (Coloque um X na sua opção.)
Muito interessado(a) ☐ Interessado(a) ☐ Indiferente ☐ Pouco interessado(a) ☐ Nada interessado(a) ☐

4.3. Considera que o município sede possui as condições adequadas para o desenvolvimento do Ecoturismo? (Coloque um X na sua opção.)

Sim, temos óptimas condições naturais	☐
Sim, mas existem poucos locais de interesse	☐
Não, as áreas naturais estão abandonadas	☐

Não, o município não possui condições adequadas ☐

4.4. Qual a motivação para o consumo do Ecoturismo? (Selecione um máximo de 5 opções por ordem decrescente de importância: 1 – mais importante; 5 – menos importante).

Conhecer e aprender sobre novas culturas e diferentes modos de vida	
Viajar com o intuito de um baixo ou nenhum impacto	
Contemplar locais exóticos e prístinos, antes que estes desapareçam (natureza virgem)	
Contribuir para a melhoria da economia local	
Aventura, fruição e usufruto dos espaços naturais	
Sentimento de retribuição/voluntariado/ criar a mudança	
Visitar territórios naturais, com baixa densidade populacional	
Aumentar os seus conhecimentos relativamente à fauna e flora	
Interagir com as comunidades locais	
Aumentar a confiança através de actividades desafiadoras	
Relaxar e apreciar o sossego da natureza	
Outras: _____	

4.5. Que intervenções deverão ser realizadas para a afirmação do Ecoturismo no território? (Selecione um máximo de 3 opções por ordem decrescente de importância: 1 – mais importante; 3 – menos importante).

Criação de programação distinta para os turistas	
Levantamento histórico e paisagístico dos locais de interesse	
Restituição do património degradado	
Implementação de sistemas de informação turística nos locais de interesse	
Realização e utilização de parcerias-chave	
Criação de circuitos e itinerários temáticos	
Divulgação e promoção dos locais de interesse	
Construção de novos equipamentos culturais, desportivos e de lazer	
Melhoria das acessibilidades	
Outras: _____	

5. Qualificação geral do produto no território

5.1. Qual a importância dos factores de desenvolvimento para a afirmação do Ecoturismo no território? (Coloque um X nas suas opções)

Factores de desenvolvimento	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	NS/NR
5.1.1. Actividades (eventos culturais e desportivos, entre outros)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.1.2. Instalações (espaços naturais; golfe; SPA's, entre outros)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.1.3. Apetrechamento (apoio aos equipamentos)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.1.4. Financiamento (empréstimos, investimentos)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.1.5. Marketing/ Promoção	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.1.6. Formação (acreditação, actividades didácticas)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.1.7. Quadros Humanos (adequação dos mesmos)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.1.8. Orgânica (atribuições de competências, funções)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.1.9. Documentação (centros de documentação, entre outros)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.1.10. Informação (conteúdos, páginas electrónicas)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.1.11. Legislação (gestão urbanística e ambiental)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.1.12. Gestão (gestão da produção e do ambiente)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

5.2. Classifique a ocorrência de eventuais problemas ambientais e sociais existentes no território. (Coloque um X nas suas opções).

Problemas ambientais e sociais	Nunca	Pouco	Frequente	Muito	Extremamente	NS/NR
--------------------------------	-------	-------	-----------	-------	--------------	-------

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

O Ecoturismo como Valorização do Território – Contributos para o Aumento da Oferta Turística existente na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

	ocorre	frequente		frequente	frequente	
5.2.1. Deposição de lixo em locais inadequados	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.2. Desflorestação (corte de árvores, entre outros)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.3. Incêndios florestais	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.4. Incêndios urbanos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.5. Poluição sonora (transportes, entre outros)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.6. Poluição do ar (fábricas, incêndios, entre outros)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.7. Poluição da água (esgotos, barcos, entre outros)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.8. Escassez de água	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.9. Organização de grandes eventos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.10. Desenvolvimento urbano excessivo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.11. Pesca e Caça (degradação de recursos e destruição dos habitats)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.12. Vandalismo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

5.2.1. Qual a importância das medidas ambientais e sociais que se apresentam? (Coloque um X nas suas opções).

Medidas ambientais e sociais	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	NS/NR
5.2.1.1. Selecionar o lixo (reciclagem)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.1.2. Proibir o abate de árvores	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.1.3. Plantar árvores e criar espaços verdes	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.1.4. Limpar as matas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.1.5. Não acender fogueiras ou lançar foguetes no período de interdição	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.1.6. Restringir descargas de substâncias tóxicas no solo (agricultura sustentável)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.1.7. Reduzir as emissões de poluentes	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.1.8. Evitar utilização de transportes poluentes e sprays aerossóis	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.1.9. Criar estações de tratamento e de drenagem de águas residuais (reaproveitamento)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.1.10. Não pescar, nem caçar, respeitando o período de reprodução das espécies	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.1.11. Criar estações de tratamento de esgotos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.1.12. Utilizar energias renováveis	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.2.1.13. Criar equipas de voluntariado para limpeza das ruas e matas e vigilância de fogos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

5.3. Visando o desenvolvimento do Ecoturismo, qual a importância atribuída aos recursos turísticos existentes no território? (Coloque um X nas suas opções).

Recursos turísticos	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	NS/NR
5.3.1. Espaços Naturais Protegidos e Não Protegidos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.3.2. Rios, Albufeiras e Praias Fluviais	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.3.3. Monumentos – Igrejas, Castelos, Aquedutos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.3.4. Locais Arqueológicos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.3.5. Museus e Galerias de Arte	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.3.6. Artes e ofícios tradicionais/ Artesanato	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.3.7. Gastronomia	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.3.8. Vinhos e provas enológicas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.3.9. Cantares e músicas tradicionais/ Folclore	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.3.10. Edifícios tradicionais e históricos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.3.11. Eventos Culturais – Festas, Feiras, Romarias	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.3.12. Fauna e Flora	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

5.4. Visando o desenvolvimento do Ecoturismo, qual a importância atribuída aos equipamentos e serviços turísticos existentes no território? (Coloque um X nas suas opções).

Equipamentos e serviços turísticos	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	NS/NR
5.4.1. Alojamento Hoteleiro e similar	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.4.2. Unidades de Turismo e Espaço Rural	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

O Ecoturismo como Valorização do Território – Contributos para o Aumento da Oferta Turística existente na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

5.4.3. Parques de Campismo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.4.4. Agências de Viagens e Turismo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.4.5. Rent-a-Car	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.4.6. Circuitos turísticos organizados	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.4.7. Restaurantes e estabelecimentos similares	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.4.8. Animação: turística e desportiva	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.4.9. Animação em bares e discotecas, outras	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

5.5. Visando o desenvolvimento do Ecoturismo, qual a importância atribuída aos equipamentos e infra-estruturas complementares existentes no território? (Coloque um X nas suas opções).

Equipamentos e infra-estruturas complementares	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	NS/NR
5.5.1. Rede Viária de âmbito regional	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.5.2. Rede viária de âmbito local	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.5.3. Terminais rodoviários e ferroviários	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.5.4. Aeródromos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.5.5. Rede de comunicações	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.5.6. Segurança pública (polícia, entre outros)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.5.7. Higiene pública	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.5.8. Serviços de Saúde	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.5.9. Comércio retalhista e centros comerciais	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.5.10. Bancos e afins	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.5.11. Equipamentos desportivos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.5.12. Zonas de caça	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.5.13. Campos de Golfe	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.5.14. Trilhos e Ciclovias	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.5.15. Centros hípicas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.5.16. SPA'S	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.5.17. Praças de Touros	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.5.18. Campos de Ténis	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.5.19. Outros:	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

5.6. Visando o desenvolvimento do Ecoturismo, qual a importância atribuída aos núcleos de atracção turística existentes no território? (Coloque um X nas suas opções).

Núcleos de atracção turística	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	NS/NR
5.6.1. Núcleos receptores naturais	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.6.2. Núcleos receptores monumentais e culturais	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.6.3. Núcleos receptores religiosos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.6.4. Núcleos climáticos e hidrológicos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.6.5. Núcleos receptores temáticos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.6.6. Núcleos turísticos desportivos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.6.7. Eventos especiais e mega eventos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

5.7. Visando o desenvolvimento do Ecoturismo, qual a importância atribuída aos atracções turísticas existentes no território? (Coloque um X nas suas opções).

Atracções turísticas	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	NS/NR
5.7.1. Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.7.2. Reserva Natural do Paul do Boquilobo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.7.3. Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios de Ourém-Torres Novas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.7.4. Jardins e espaços verdes	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.7.5. Cidades, vilas e aldeias históricas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.7.6. Monumentos, museus e arte	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.7.7. Igrejas, capelas e conventos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.7.8. Albufeira de Castelo de Bode	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

O Ecoturismo como Valorização do Território – Contributos para o Aumento da Oferta Turística existente na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

5.7.9. Praias fluviais	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.7.10. Artesanato, gastronomia e vinhos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.7.11. Desportos de natureza	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.7.12. SPA's	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
5.7.13. Festas, feiras, romarias, exposições e eventos desportivos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

Obrigado pela sua Colaboração!

Andreia Patrícia Miguel Antunes

TLM: 919 442 089

E-mail: andreiapmantunes@hotmail.com